



**DECRETO N. 2465, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025**

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 52 de 15/09/2025 \(ID 2041638\)](#),

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Ângelo Simões: Agente de Contratação/Presidente Pregoeiro;
- II - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- IV - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- V - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Ana Paula de Souza Meireles;
- II - Adriana Souza Leite;
- III - Izabelly Paiva Porfírio;
- IV - Vivian Vieira de Araújo
- V - Neurizete dos Santos

**Art. 2º** A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025, ([ID 1957352](#)).

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 16 de setembro de 2025.

*[assinado eletronicamente]*

**AFFONSO CÂNDIDO**  
**Prefeito**

---

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

---



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/09/2025 às 08:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2044611** e o código verificador **312BA8A5**.

---

Docto ID: 2044611 v1

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/SUPECOL/PMJP/RO/2026**  
**(CADASTRO COMPRASNET: 90004/2026)**

**ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-3017/2024 - SEMES**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, no Município de Ji-Paraná/RO, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e tudo mais que se fizer necessário para execução dos serviços, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer SEMES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 18/03/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

**ENDERECO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO por empreitada, por preço global

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**PARTICIPACÃO: AMPLA PARTICIPACÃO**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 570.367,53** (*quinhentos e setenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos*).

**FONTE DE RECURSOS:**

# Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

Avenida 02 de Abril, 1761

(64.002.672/0001-25)

Exercício: 2020

## LISTAGEM DAS FICHAS DA DESPESA

SITUAÇÃO ATÉ 22/01/2026

Página: 1

Exerc.	Class. Funcional	Classif. Especificação	Descrição	Valor Inicial	Alter (+)	Alter (-)	Dotação
Fiche	F.R.	C.A.	Descrição C.A.	Empenhado			Saldo
				Saldo Reserva			Saldo Com Reserva

### FICHAS ORÇAMENTÁRIAS

2			Prefeitura Municipal de Ji-Paraná				
02			PODER EXECUTIVO				
02.13			SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER				
02.13.02			COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER				
	27	810	Desporto e Lazer				
	27	812	Lazer				
	27	812.1012	ESPORTE E LAZER PARA TODOS				
	27	812.1012.1017	Cancel. Retorno e Ampliação Esportes Populares, Proj. Pl. de Jovens				
	27	812.1012.1017.0000	Cancelamento de Proj. Cancelado 00000000 - 0000000000000000				
<b>1043</b>		4.490.01.01000000	MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	490.000,00	0,00	0,00	490.000,00
	0117	1.760	0117.1.760.01000000 - Cancel. Proje	0,00			490.000,00

**Prefeitura Municipal de J-Paraná**  
 Avenida 52 de Abril, 1701  
 94.092.972/0001-25 Exercício: 2028

**LISTAGEM DAS FICHAS DA DESPESA**  
**SITUAÇÃO ATÉ 22/01/2026**

Página 1

Empl.	Clos.	Fund/Prog.	Catg.	Especificação	Dotac. Inicial	Alter. (+)	Alter. (-)	Dotação
Ficha	P.R.	C.A.	Descrição C.A.		Empenhado			Saldo
					Saldo Reserva			Saldo Com Reserva

**FICHAS ORÇAMENTÁRIAS**

2				Prefeitura Municipal de J-Paraná				
02				PODER EXECUTIVO				
02 19				SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER				
021902				COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER				
02190201				Desporto e Lazer				
0219020101				Desporto Comunitário				
021902010101				ESPORTE E LAZER PARA TODOS				
02190201010101				Conv. Reforço e Atividade Esport. Polivalentes, Prog. Pq e Juvem				
1000	4.4.90.51.01.00.0000	4.490.510.0000		Despesa Operacionais	104.000,00	0,00	0,00	104.000,00
1.000.0	202.002	202.002		Recursos Proprios - Contribuicao	0,00			104.000,00
					0,00			104.000,00

**EDITAL:** Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site **[www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)**.

### INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-  
**Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br).**

**Ji-Paraná-RO, 26 de fevereiro de 2026.**

**Thaynara de Sousa Marconi Leite**

Agente de Contratação

Decreto nº 2465/GAB/PMJP/2025

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**(CADASTRO COMPRASNET: 90004/2026)**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO**

O Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da **Superintendência de Compras e Licitações**, seus **Agentes de Contratação e equipe de apoio**, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto n. 2465/GAB/PMJP/2025**, torna público aos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço global**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, modo de disputa **ABERTA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados à licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 18 de março de 2026, às 09h30min.** (Horário de Brasília - DF)

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**UASG: 980005**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-3017/2024 - SEMES**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de **CONSTRUÇÃO DE PRAÇA**, no Município de Ji-Paraná/RO, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e tudo mais que se fizer necessário para execução dos serviços, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer SEMES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **Não poderão** disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, **nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital**, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que **a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando **apto a usufruir do tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública

**4.2. Não se admitirão propostas que apresentem preços unitários e/ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero.**

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas lances.

4.5. Antes da abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

**4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**

**4.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.**



4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão **de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.11. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte **não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional**, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.12. Apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.13. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.14.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

4.15. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão **encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global por empreitada**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior

percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**

**5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.2. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.3.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.3.2. Empresas brasileiras;

5.21.3.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.3.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação**, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Caso a licitante não se manifeste no **prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM** ao ser convocada, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço **permaneça superior** ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.22.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.24. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.25. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 5.25.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 5.25.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.26. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.26.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
  - 5.26.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
  - 5.26.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
  - 5.26.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor **cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.27. Se houver **indícios de inexequibilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.28. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



5.29. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.30. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

5.31. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

5.32. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

5.33. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.34. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.35. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.36. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.37. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei Federal n. 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens neste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração *do serviço*.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fim de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivo agendado com a Administração da Secretaria Municipal de Saúde.**

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no item acima por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 04 (quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no ANEXO III do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência, para** (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- 6.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação **poderá sanar erros ou falhas**, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. Os documentos necessários à habilitação, deverão ser inseridos no sistema, juntamente com a proposta de preços, e deverão estar com prazo vigente, na data definida para a sessão pública, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

- 8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.
- 8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso



para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;



- 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que: inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 10.1.1. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.2. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 10.1.3. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 10.1.4. cometer fraude fiscal.

10.2. Em razão do atraso na execução do objeto, a Administração Pública pode aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

10.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. Multa moratória de:

10.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela com atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

10.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

10.2.3. Multa compensatória:

10.2.3.1. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese:

10.2.3.2. Inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 10% do valor contrato;

10.2.3.3. Inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 20% do valor contrato;

10.2.3.4. 0,2% a 3,2% do valor do contrato, caso as licitantes causem tumultos ou atrasos ao procedimento licitatório, caso a vencedora do certame deixe de assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo

10.2.3.5. de validade da proposta, ou em razão do descumprimento de outras obrigações contratuais/legais;

10.2.3.6. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, de modo justificado, autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

10.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- 10.3.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos;
- 10.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.4. As sanções previstas nos subitens 10.3.1 e 10.3.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, após regular processo administrativo.
- 10.5. Também fica sujeitas às penalidades do art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
- 10.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, devendo observar as seguintes circunstâncias:
- 10.6.1. A natureza e a gravidade da infração;
- 10.6.2. Os prejuízos que a infração ocasionar a este Município ou aos usuários;
- 10.6.3. A vantagem auferida em virtude da infração;
- 10.6.4. Os antecedentes da empresa; e
- 10.6.5. As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes.
- 10.7. Na ocorrência de infrações leves, as quais não acarretem prejuízos ao Município, constatando-se a boa-fé da empresa, a autoridade competente poderá converter a aplicação da penalidade de multa em advertência.
- 10.8. A não manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato ensejará apuração de responsabilidade se, após concessão do prazo de 10 (dez) dias para regularização, a empresa se mantiver irregular perante os órgãos fiscais e/ou trabalhistas que contemplaram a habilitação do instrumento convocatório e observará:
- 10.8.1. Caso a irregularidade fiscal se verifique depois de adimplidas as obrigações contratuais pela empresa, restando pendentes apenas os procedimentos de recebimento e pagamento pela Administração, a ocorrência não resultará em abertura de processo de apuração de infrações à contratada;
- 10.8.2. Nos demais casos, a irregularidade fiscal será apurada por mês, somente cabendo a instauração de novo processo de apuração de infrações após o transcurso de, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da apuração anterior.
- 10.9. A primeira ocorrência sujeitará a contratada à aplicação da penalidade de advertência.
- 10.10. Na hipótese de reincidência, a multa contratual aplicável, independentemente da quantidade de certidões pendentes, deverá ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor remanescente da obra, cujo montante não poderá exceder:
- 10.10.1. - a R\$ 1.000,00 (mil reais), em contratos de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;
- 10.10.2. - a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em contratos de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;
- 10.10.3. - a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em contratos com valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sem prejuízo de rescisão contratual.
- 10.11. Caso a ausência de regularidade seja constatada no momento de eventual prorrogação contratual, o contrato não poderá ser prorrogado, sendo fixada multa de até 5% do saldo remanescente da obra.
- 10.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.16. O Município de Ji-Paraná poderá, havendo perigo de dano, efetuar a retenção do valor de possível multa, em face dos pagamentos devidos à contratada, previamente à instauração do processo de apuração de falta, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

10.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.18. A aplicação das penalidades será de competência do Secretários Municipais, com exceção da declaração de inidoneidade que será de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br)

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

12.1. Os preços dos serviços do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite da apresentação do valor estimado, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas FGV, acumulado em 12 (doze) meses;

12.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação do orçamento estimado, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei 14.133/2021).

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. **ANEXO I – Projeto Básico**
- 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**
- 13.11.2. **ANEXO II – Planilha Orçamentária;**
- 13.11.3. **ANEXO III – Modelo de Proposta;**
- 13.11.4. **ANEXO IV – Documentos de Habilitação;**
- 13.11.5. **ANEXO V – Declaração unificada;**
- 13.11.6. **ANEXO VI – Visita Técnica ou Declaração de Desistência;**
- 13.11.7. **ANEXO VII – Minuta de Contrato.**

**Ji-Paraná-RO, 26 de fevereiro de 2026.**

**Thaynara de Sousa Marconi Leite**  
Agente de Contratação  
Decreto nº 2465/GAB/PMJP/2025





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

PROJETO BÁSICO

**1 INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao artigo 6º inciso XII e XXV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, Portaria Interministerial nº 424 de 2016, alterada pela Portaria Interministerial 558 de 10 de outubro 2019, bem como, PORTARIA CONJUNTAMGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023, elaboramos o presente Projeto Básico, para que através de procedimento licitatório pertinente, seja efetuada a Contratação de empresa especializada em construção civil, visando a **CONSTRUÇÃO DE PRAÇA**, no Município de **Ji-Paraná/RO**, conforme Convênio N.º 897539/2020 firmado com a União Federal, por intermédio do Ministério da Defesa ([ID 725719](#)), Proposta N.º 000626/2020 ([ID 2336342](#)).

**2 DO OBJETO**

**2.1** O presente projeto básico tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em Construção Civil** para execução de **CONSTRUÇÃO DE PRAÇA**, no Município de **Ji-Paraná/RO**, com fornecimento de mão-de- obra, equipamentos, materiais e tudo mais que se fizer necessário para execução dos serviços, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMES, trata-se de obra de natureza comum.

**2.2** O recurso financeiro para execução do objeto deste Convênio é no montante de **R\$ 570.367,53 (quinhentos e setenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e três centavos)**, incluindo a contrapartida do CONVENIENTE e o uso do Rendimento de Aplicação, conforme Termo de convênio N.º 897539/2020 ([ID 725719](#)) e Termo de Apostilamento 01/DPCN/2025 ([ID 2293925](#)).

**2.3** A contratação será do tipo "MENOR PREÇO", na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por "PREÇO GLOBAL", que será regida pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, cujo critério de julgamento adotado será o "MENOR PREÇO", na modalidade Concorrência, em conformidade com as normas previamente estabelecidas no Edital e seus anexos, de acordo com o Art. 6, XXXVIII da Lei Federal n.º 14.133/21, e conforme especificações e cláusulas constantes neste Projeto Básico.

**2.4** Quanto à liberação de recursos, forma de execução, e prazo de vigência, a mesma se dará de acordo com a Portaria Interministerial n.º 424/2016, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

**2.5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO** Contratação de empresa especializada em construção civil para execução do objeto, a contratada deverá seguir e executar os **PROJETOS EXECUTIVOS DE**





**ENGENHARIA, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CADERNOS DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**, elaborados pela empresa PAS - PROJETO, ASSESSORIA E SISTEMA LTDA e PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ disponibilizados nos autos processuais para a execução da CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, com as seguintes características principais: Serviços Preliminares (Placa de Obra, Execução de Almoxarifado e Limpeza Mecanizada de Camada Vegetal; Revestimento de piso (Execução da passeio (calçada), Execução de Passeio em Piso Intertravado; Lastro de Material Granular (Pedra Britada nº01 e nº 02, Areia Média e Seixo Rolado); Pintura (Pintura Acrílica em piso cimentado, Sinalização Horizontal), Arborização (Arvores com até 2,0m, Arbusto, Palmeira e Grama); Instalações Elétricas (Eletroduto Flexível, Caixa de Passagem, Cabo de Cobre Flexível, Contador Tripolar, Disjuntores Bipolar e Tripolar, Poste aço Continuo Curvo Duplo, Lâmpada de Vapor de Sódio 250 W, e Quadro de Distribuição); e Acessórios (Aquisição e Instalação de Parque Infantil)

## **2.6 DESCRIÇÃO SUCINTA DA OBRA**

**2.6.1** A obra consistirá na CONSTRUÇÃO DE PRAÇA no Município de Ji-Paraná, Bairro São Cristóvão, objeto do CONVÊNIO Nº 897539/2020/PCN, visando oferecer um espaço de lazer, convivência comunitária e bem-estar social. Trata-se de bairro populoso que necessita de lugar recreativo para fazer exercícios, brincar, encontrar outras pessoas e socializar. Um espaço público e aberto de qualidade é essencial para gerar conexões humanas nos bairros. Ter um espaço aberto para desfrutar certamente estimula um senso de comunidade e pertencimento ao meio ambiente próximo, ao mesmo tempo em que cria efeitos psicológicos positivos ao estabelecer relações entre os membros da comunidade. A implementação deste projeto busca oferecer ao município, espaços requalificados para o lazer durante toda a vigência contratual, melhorando a qualidade de vida da população, como também, o interesse dos usuários em manter os equipamentos públicos conservados e acessíveis para todos.

**2.6.2** Em que pese o art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem ser, sempre que técnica e economicamente viáveis, parceladas, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, o objeto, neste caso, deverá ser realizado em lote único, considerando a natureza integrada do objeto, que compreende a execução de obra de engenharia para construção de praça pública, incluindo serviços de infraestrutura, pavimentação, instalações elétricas, paisagismo, implantação de mobiliário urbano e instalação de equipamentos de playground.

O parcelamento do objeto, com a realização de certames distintos para a obra civil e para o fornecimento e instalação dos equipamentos, poderia acarretar prejuízos técnicos e operacionais, tais como:

- dificuldade de compatibilização entre cronogramas físicos de execução;
- risco de sobreposição ou lacunas de responsabilidade entre contratadas distintas;
- aumento da complexidade da fiscalização e da gestão contratual;
- possibilidade de paralisação parcial da obra em caso de inadimplemento de um dos contratados;
- comprometimento da garantia técnica e funcional do conjunto da obra;
- prejuízo à padronização estética e funcional dos equipamentos urbanos e do playground.



Ademais, a instalação dos equipamentos de playground e mobiliário urbano demanda a execução prévia de bases estruturais, fundações, nivelamento do solo, infraestrutura elétrica e adequações no sistema de drenagem e pavimentação, caracterizando interdependência técnica direta com os serviços de engenharia.

## **2.7 FINALIDADE E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO**

**2.7.1** O presente projeto básico tem como finalidade definir as diretrizes a serem observados na licitação para a **Contratação de empresa especializada em Construção Civil para execução da obra de CONSTRUÇÃO DE PRAÇA**, no município de Ji-Paraná/RO.

**2.7.2** O objetivo da licitação é a contratação de empresa especializada para a construção de uma praça no Município de Ji-Paraná. Os recursos serão aplicados conforme o projeto, que está de acordo com as diretrizes do Ministério da Defesa, no âmbito do Departamento do Programa Calha Norte (MD/DPCN).

**2.7.3** Os recursos financeiros serão oriundos do Convênio N.º 897539/2020, de acordo com aceite do órgão CONCEDENTE (Ministério da Defesa Departamento do programa Calha Norte).

## **3. DA JUSTIFICATIVA / FINALIDADE**

**3.1** Considerando o interesse público na construção de uma praça no Município de Ji-Paraná, a mútua colaboração entre esta Administração e o Ministério da Defesa evidencia-se pelos benefícios decorrentes da execução do objeto. O projeto tem como finalidade a aplicação dos recursos transferidos na melhoria da infraestrutura urbana, promovendo o desenvolvimento e a qualidade de vida da população. Conforme levantamento prévio, o objeto proposto atenderá a população residente no Bairro Jardim São Cristóvão. A implementação do projeto visa disponibilizar ao município espaços requalificados para lazer durante toda a vigência contratual, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, bem como incentivando os usuários à conservação e ao uso adequado dos equipamentos públicos, garantindo sua acessibilidade a todos.

## **4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS**

**4.1.** O objeto em questão deverá ser licitado na modalidade concorrência, conforme art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

**4.2** O recurso financeiro para execução do objeto deste convênio é no montante de **R\$ 570.367,53 (quinhentos e setenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos)** incluindo a contrapartida do CONVENIENTE e o uso do Rendimento de Aplicação, oriundos do Convênio nº 897539/2020, obedecendo à seguinte dotação orçamentária:

CONCEDENTE(Repasse) **R\$ R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)** conforme ficha orçamentária nº 1043 ([ID 2363120](#))



**Prefeitura Municipal de Ji-Paraná**

Avenida 02 de Abril,1701

04.092.672/0001-25

Exercício: 2026

**LISTAGEM DAS FICHAS DA DESPESA****SITUAÇÃO ATÉ 22/01/2026**

Página 1

Entid.	CLoc	Func/Prog	Catgo	Especificação	Dotac Inicial	Alter (+)	Alter (-)	Dotação
Ficha	F.R.	C.A.	Descrição	C.A.	Empenhado			Saldo
					Saldo Reserva			Saldo Com Reserva
<b>FICHAS ORÇAMENTÁRIAS</b>								
2				Prefeitura Municipal de Ji-Paraná				
02				PODER EXECUTIVO				
02 13				SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER				
021302				COORDENADORIA DE DESPORTO E LAZER				
27				Desporto e Lazer				
27 813				Lazer				
27 813 0012				ESPORTE E LAZER PARA TODOS				
27 813 0012 1017				Constr, Reforma e Ampliação Espaços Poliesportivos, Praç, Pq e Jardins				
27 813 0012 1017 0002				Construção de Praça - Convênio 003/2020 - SICONV 897539/2020				
<b>1043</b>				<b>4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES</b>	<b>480.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>480.500,00</b>
2017.1.700				002.613 Conv.897539/20 - Constr.Praça	0,00			480.500,00
					0,00			480.500,00

CONVENIENTE(Contrapartida) **R\$ 31.299,00 (trinta e um mil e duzentos e noventa e nove reais)** conforme ficha orçamentária nº 1009 ([ID 2363121](#))

**Prefeitura Municipal de Ji-Paraná**

Avenida 02 de Abril,1701

04.092.672/0001-25

Exercício: 2026

**LISTAGEM DAS FICHAS DA DESPESA****SITUAÇÃO ATÉ 22/01/2026**

Página 1

Entid.	CLoc	Func/Prog	Catgo	Especificação	Dotac Inicial	Alter (+)	Alter (-)	Dotação
Ficha	F.R.	C.A.	Descrição	C.A.	Empenhado			Saldo
					Saldo Reserva			Saldo Com Reserva
<b>FICHAS ORÇAMENTÁRIAS</b>								
2				Prefeitura Municipal de Ji-Paraná				
02				PODER EXECUTIVO				
02 13				SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER				
021302				COORDENADORIA DE DESPORTO E LAZER				
27				Desporto e Lazer				
27 812				Desporto Comunitário				
27 812 0012				ESPORTE E LAZER PARA TODOS				
27 812 0012 1017 0000				Constr, Reforma e Ampliação Espaços Poliesportivos, Praç, Pq e Jardins				
<b>1009</b>				<b>4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES</b>	<b>104.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>104.500,00</b>
0.1.500 0				002.002 Recursos Próprios - Contrapartida	0,00			104.500,00
					0,00			104.500,00

RENDIMENTO DE APLICAÇÃO **R\$ 59.068,53 (cinquenta e nove mil, sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos)** ([ID 2293925](#))

**5. DA ELABORAÇÃO****5.1 Unidade responsável pela Elaboração do Projeto.**

PMJP - Secretaria Municipal de Planejamento SEMPLAN

**5.1.2 Responsável técnico: NATALIA APARECIDA DOS SANTOS.****Título do Profissional:** Engenheiro Civil;

**Registro:** 20964D RO.

**Anotação de Responsabilidade Técnica:** ART N.º 2320258500416798 ([ID 2115667](#)).

## **6. DO DETALHAMENTO TÉCNICO DOS SERVIÇOS**

**6.1** Todo o material estará sujeito a ensaios e inspeções antes de serem utilizados nos serviços, ou após seu depósito, em tempo hábil para início da execução, sem comprometimento do cronograma.

**6.2** A critério da FISCALIZAÇÃO, e sempre que julgar conveniente, poderão ser solicitados ensaios em laboratório com finalidade de corroborar os critérios de desempenho mínimos exigidos nesse Projeto Básico, pelo fabricante ou em Norma Técnica.

**6.3** Não será admitida a utilização de materiais de diferentes fabricantes numa mesma área de aplicação. A substituição de materiais especificados durante a execução dos serviços deverá ser comunicada antecipadamente à FISCALIZAÇÃO para sua avaliação, mesmo estando esses produtos em conformidade com a especificação.

**6.4** Os serviços executados em desacordo com as indicações de projeto e recomendações do fabricante e que a FISCALIZAÇÃO julgue de qualidade e desempenhos aquém do especificado, serão de pronto recusados e não considerados para fins de medição, enquanto permanecer a sua incorreção.

**6.5** Caberá à CONTRATADA executar todos os serviços necessários conforme prescrito nos documentos dos projetos de engenharia de acordo com as normas vigentes sobre cada assunto, orientações e conforme dados fornecidos pelos fabricantes dos materiais fornecidos, incluindo fornecimento de materiais e todos os equipamentos, insumos e acessórios necessários para a plena execução dos serviços.

**6.6** Serão de total responsabilidade da Contratada o provimento de materiais, mão de obra e equipamentos inerentes a execução dos serviços;

**6.7** O local da obra deverá ser previamente medido pela CONTRATADA a fim de validar os projetos fornecidos e de garantir a perfeita execução do serviço.

**6.8** A FISCALIZAÇÃO autorizará o início dos serviços após a aprovação dos produtos e materiais depositados que serão utilizados. Este processo se dará mediante comprovação de conformidade com as especificações contidas neste Projeto Básico, assim como memorial descritivo, com as normas regulamentadoras e após o levantamento das condições das áreas que sofrerão as intervenções. É imperativo que o cronograma de serviços seja plenamente observado, razão porque os aludidos produtos deverão ser apresentados em tempo hábil de serem examinados e aprovados.

**6.9** Todos os serviços e procedimento deverão seguir rigorosamente a Norma Regulamentadora nº 18 (NR 18), que trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, assim como os Programas de Prevenção de Risco Ambiental, Plano de Gerenciamento de resíduos da Construção Civil e Programa de Controle Médico e Saúde ocupacional. Todos os funcionários deverão utilizar todos os EPIs que as atividades demandem. A não utilização de EPIs poderá resultar na paralisação dos serviços a mando da fiscalização.



**6.10** No caso de paralisação dos serviços em decorrência da falta de utilização de EPIs, a empresa contratada será multada conforme previsto no subitem 15.1, inciso II, alínea a, capítulo 15.

## **7. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **7.1 A avaliação da execução do objeto**

- 7.1.1** Os serviços deverão ser executados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes nas peças técnicas referentes à execução dos objetos
- 7.1.2** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
  - 7.1.2.1** Não produzir os resultados acordados,
  - 7.1.2.2** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.1.2.3** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **7.2 Dos critérios de recebimento da medição**

- 7.2.1** Os serviços deverão ser executados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes nas peças técnicas referentes à execução dos objetos.
- 7.2.2** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.2.3** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem perfeitamente executados em sua totalidade, mediante aprovação da fiscalização.
- 7.2.4** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.2.5** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.2.6** Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo



documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**7.2.7** A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

**7.2.8** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

### **7.3 Medição dos Serviços**

**7.3.1** Os serviços serão medidos de acordo com os eventos pré-estabelecidos na planilha orçamentaria, no cronograma físico-financeiro, e após sua devida aprovação.

**7.3.2** As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

**7.3.3** Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos, salvo se for expressamente definido.

**7.3.4** Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução dos serviços, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA.

**7.3.5** Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

**7.3.5.1** Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;

**7.3.5.2** Relação de empregados que trabalham diretamente no objeto contratado;

**7.3.5.3** Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;

**7.3.5.4** Deverão apresentar a GARANTIA CONTRATUAL.

**7.3.5.5** O Cronograma Físico-Financeiro e Curva “S” atualizados

**7.3.6** A contratada autoriza a retenção pela Prefeitura, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA ISSQN(ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

### **7.4 Cronograma Físico Financeiro e Curva “S”**

**7.4.1** Antes do início de execução do objeto, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços, além da Curva "S".

**7.4.2** Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela





fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais.

**7.4.3** Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:

**7.4.3.1** Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

**7.4.3.2** Detalhar as atividades, com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

**7.4.3.3** Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.

**7.4.3.4** O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.

**7.4.3.5** Antes do início de cada serviço, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

**7.4.3.6** O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

**7.4.4** O cronograma deverá conter, além da previsão da extensão física mensal executada, a extensão acumulada efetivamente executada, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado.

**7.4.5** Caso haja aditivos contratuais que alterem o escopo ou o prazo do serviço deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente.

**7.4.6** Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período do serviço.

**7.4.7** A Curva “S” permite a análise gráfica da execução financeira do serviço em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo. O gráfico deverá construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro.

## **8. DO ORÇAMENTO E CRONOGRAMA**

**8.1** Os pagamentos serão realizados conforme cronograma físico-financeiro constante em Apêndice, e conforme condições legais e contratuais de pagamento constantes no **tópico 13** deste Projeto Básico.

**8.2** Os valores que compõem a planilha orçamentária foram referenciados majoritariamente das Tabelas do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).

## **9. DA CONVOCAÇÃO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**9.1** A convocação para a prestação dos serviços será feita através da emissão e encaminhamento



da Ordem de Serviços, ou termo equivalente, à empresa, momento no qual iniciará a contagem do prazo da obra.

**9.2** As comunicações oficiais referentes a presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

**9.3** A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

**9.4** A recusa da empresa em formalizar a contratação no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a aplicação de penalidades na forma prevista neste documento.

## **10. DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

### **10.1 LOCAL DA OBRA:**

- Rua Grécia, entre as ruas Holanda, Cosmo Ferreira de Melo e Lírio Possamai, Bairro São Cristóvão, Coordenadas 10°54'17,38" S; 61°55'19,3" O.

**10.2** A Construção de Praça no Município de Ji-Paraná será de acordo com os serviços discriminados na planilha orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, projetos constantes em Apêndices / Anexos parte integrante deste Projeto Básico.

### **10.3 DO PRAZO DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E EFICÁCIA**

**10.3.1** O prazo de vigência do instrumento **contratual será de 12 (doze) meses** contados a partir data de sua assinatura. Entretanto, na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado caso o objeto do contrato não seja concluído dentro do período estabelecido, conforme disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

**10.3.2** O prazo de vigência do instrumento contratual deverá estar dentro do prazo de vigência do Contrato de Repasse, não podendo a vigência do instrumento contratual e o prazo de execução da obra ultrapassarem o prazo estabelecido no Termo de Convênio.

**10.3.2.1** O prazo de vigência do convênio previsto até a data de **02 de junho de 2026**, conforme espelho da plataforma TransfereGov.br, sob ID n.º ([ID 2336342](#)).

**10.3.3** O prazo de vigência do instrumento contratual deverá ser obrigatoriamente maior que o prazo de execução da obra.

**10.3.4** O prazo de **execução da obra é de 90 (noventa) dias** corridos, conforme Cronograma Físico-Financeiro ([ID 2115545](#)) contados a partir da data do recebimento da ordem de serviços, devendo a CONTRATADA submeter à aprovação da CONTRATANTE, a sua proposta para execução dos serviços.

**10.3.4.1** Após a assinatura do Instrumento Contratual, a empresa contratada terá até 10 (dez) dias corridos para proceder com a entrega do CADASTRO NACIONAL DE



OBRAS CNO e ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (de execução) ART.

**10.3.4.2** A empresa contratada terá até **10 (dez)** dias para iniciar a prestação de serviço, após o recebimento da Ordem de Serviço.

**10.3.5** O prazo de vigência do Convênio N.º 897539/2020, encontra-se vigente até a data **02/06/2026** ([ID 2336342](#)).

**10.3.6** Os prazos do presente instrumento poderão ser prorrogados, caso haja prorrogação do prazo de vigência do convênio n. 897539/2020, junto ao Ministério da Defesa Departamento (MD-PCN), e se preenchidas as exigências do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133/21 e caso seja de interesse e necessidade pública devidamente comprovada, demonstrados nos autos e autorizados pela autoridade competente antes do término de sua vigência.

**10.3.7** A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do Cronograma Físico-Financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

**10.3.8** A eficácia do instrumento contratual é condicionada à publicação de seu extrato na forma e prazos previstos pelo Art. 89, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/21.

**10.3.9** Conforme Art. 27, do inciso XX, da Portaria Interministerial nº424, de 30 de dezembro de 2016, estabelece a obrigação de o conveniente inserir cláusula nos contratos celebrados para execução do instrumento que permitam o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma das arts. 45 e 49 a 51 desta Portaria.

**10.3.10** Conforme Art. 65, alínea e, da Portaria Interministerial n.º 424, de 30 de dezembro de 2016, estabelece a apresentação do processo licitatório pelo conveniente e aceitação pela concedente é condição para a liberação da primeira parcela dos recursos.

**10.3.11** Conforme Art. 65, alínea f, da Portaria Interministerial nº424, de 30 de dezembro de 2016, estabelece a autorização de início de obra só se dará após o recebimento da primeira parcela dos recursos.

**10.3.12** Após a conclusão da obra, a mesma deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, e em perfeita condição de utilização. Uma vistoria final deverá ser feita pela CONTRATADA, antes da comunicação oficial do término da prestação de serviços, acompanhada pela comissão de acompanhamento e fiscalização nomeada para este fim. Será então firmado o TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIO, de acordo com o Art. 140 inciso I, alínea a, da Lei n.º 14.133/21, de 01 de abril de 2021, onde deverão constar todas as pendências e/ou problemas verificados na vistoria. Todas e quaisquer imperfeições decorrentes dos serviços prestados, deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE.

**10.3.13** Todo e qualquer ônus decorrente da prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo ela reparar ou ressarcir ao MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ caso ocorram imprevistos na execução dos trabalhos, que tragam prejuízos.

**10.3.14** Na execução dos serviços faz-se necessário que a CONTRATADA utilize ferramentas



adequadas e mantenha em seus quadros profissionais capacitados e em número suficiente para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por qualquer motivo (férias, licenças, faltas ao serviço, etc.).

**10.3.15** Os serviços prestados poderão ser conferidos a qualquer momento pela fiscalização, inclusive sendo solicitados ensaios e testes para aferir a qualidade dos materiais. A conferência será realizada com base nas normas aplicáveis da ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) e do fabricante, os testes correrão por conta da CONTRATADA.

**10.3.16** Os serviços prestados deverão ser executados conforme especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

#### **10.4 DOS CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE**

**10.4.1** Os critérios de sustentabilidade para este tipo de projeto, devem atender os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 10.4.1.1** Escolha de materiais sustentáveis: Utilizar grama em placa, com menor impacto ambiental na produção e descarte, preferencialmente com certificações que atestem sua sustentabilidade.
- 10.4.1.2** Gestão de resíduos: Planejar a disposição adequada de resíduos gerados durante a instalação, promovendo a reciclagem e reutilização sempre que possível.
- 10.4.1.3** Eficiência no uso de recursos: Optar por sistemas que reduzam o consumo de água e energia, como a instalação de iluminação eficiente e sistemas de irrigação que minimizem o desperdício.
- 10.4.1.4** Impacto ambiental: Avaliar e minimizar os impactos ambientais durante a construção, incluindo a preservação do entorno natural e a redução de ruídos e poeira.
- 10.4.1.5** Responsabilidade social: Garantir condições de trabalho seguras e justas durante a execução do projeto.
- 10.4.1.6** Certificações e conformidades: Buscar certificações ambientais e de sustentabilidade que atestem o compromisso com práticas responsáveis.
- 10.4.1.7** Redução do impacto ambiental na produção e descarte: Priorizar fornecedores que adotem processos de fabricação com menor impacto ambiental e que ofereçam opções de reciclagem ou reutilização ao final da vida útil do produto.

#### **11. DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO E RESPONSÁVEL**

**11.1** Em conformidade com o artigo art. 140, inciso I da Lei nº. 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

- 11.1.1 Provisoriamente:** os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a da Lei Federal nº 14.133). O procedimento será formalizado mediante aposição de carimbo de recebimento provisório por servidor (gestor do processo) no verso da



fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento Provisório;

**11.1.2** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**11.1.3 Definitivamente:** os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e quantidade do serviço e mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei 14.133/21. (Será efetuado com a aposição de carimbo no corpo da nota e, quando for o caso, mediante Termo de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo fiscal do contrato (ou comissão).

**11.2** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

**11.3** Em conformidade com o arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021, o contratado tem como obrigação de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções. Assim como é responsável por seu acompanhamento e fiscalização.

**11.4** O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído de imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

**11.5** Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

**11.6** Se a CONTRATADA realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.

**11.7** Caso verifique que não se mostra possível à adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 137, 138 e 139 da Lei Federal n. 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 156 da Lei Federal n. 14.133/21, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

## **12. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**12.1** O valor total estimado para licitação é de R\$ 570.367,53 (quinhentos e setenta mil, trezentos



e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos), conforme TERMO DE APOSTILAMENTO N.º 01DPCN/2025 ([ID 2293925](#)), planilha orçamentária ([ID 2115543](#)) e cronograma físico-financeiro ([ID 2115545](#)).

**12.2** Valor mensal: O valor mensal previsto para realização dos serviços está composto no Cronograma Físico-Financeiro ([ID 2115545](#)), constantes em Apêndice/Anexo. A empresa CONTRATADA deverá executar no mínimo o valor previsto no cronograma para solicitar o valor da primeira medição.

**12.3** Caso a empresa não consiga atingir o marco previsto e apresente prévia justificativa, informando as dificuldades e os fatores relevantes que acarretaram o atraso, a administração poderá efetuar o pagamento do valor executado no período, ficando o pagamento condicionado a análise da comissão de acompanhamento e fiscalização nomeada para este fim, sobre as razões apresentadas pela CONTRATADA. Devendo o engenheiro fiscal emitir parecer técnico com a motivação da autorização. Caso contrário, a Contratada deverá atingir o marco mínimo previsto, para então, solicitar a medição por parte da Fiscalização instituída pela Secretaria Municipal de Planejamento.

**12.4** Proposta Comercial: A proposta deverá conter todo e qualquer custo que se fizer necessário para a execução dos serviços (serviços preliminares; locações de equipamentos; encargos trabalhistas, prever também, caso venha a ocorrer, serviços após horário normal e final de semana; recomposição das áreas danificadas na execução dos serviços; leis sociais; despesas indiretas; etc.). Ademais, deverá conter prazo de entrega dos serviços; planilha orçamentária contendo os valores unitários, totais e globais e composição analítica dos serviços e do BDI.

### **13. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

**13.1** O artigo 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021 dispõe que se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias

### **14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇOS**

**14.1** O pagamento será efetuado de acordo com a programação da SEMFAZ (Secretaria Municipal de Fazenda), pela Tesouraria Municipal, conforme Cronograma Físico-Financeiro e mediante apresentação, por parte da Contratada de relatório de execução devidamente carimbado e assinado e com anuência da Comissão de Fiscalização e Recebimento da obra, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista da fatura/Nota Fiscal e medição de serviços por ela apresentas, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

**14.2** Após o recebimento da PLANILHA DE MEDIÇÃO, acompanhada da Nota Fiscal Eletrônica pela  
Após o recebimento da PLANILHA DE MEDIÇÃO, acompanhada da Nota Fiscal Eletrônica pela





CONTRATANTE, esta terá um prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento à CONTRATADA, devendo ser rigorosamente observados os documentos concernentes às regularidades fiscais e trabalhistas nos termos do Art. 63 da Lei Federal 14.133/21.

**14.3** A nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente certificada pela comissão nomeada para este fim, nos termos do Art. 140 da Lei Federal 14.133/21, a ser liquidada em conformidade com o Art. 62 da Lei Federal 4.320/64, e de acordo com a disponibilidade financeira.

**14.4** As medições das etapas dos serviços deverão ser atestadas por Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, responsável técnico do setor de engenharia do órgão CONTRATANTE, independentemente da comissão de fiscalização e recebimento da obra designada, periodicidade conforme Cronograma Físico Financeiro.

**14.5** Em hipótese nenhuma será pago valor de parcela antecipada, devendo estar os serviços de acordo com as normas da ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) e demais normas e regulamentos técnicos aplicáveis. Os preços praticados serão fixos e irrevogáveis durante o período contratual, de acordo com o que preceitua o disposto no Artigo 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14/02/2001.

**14.6** O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato na fatura/nota fiscal, nos documentos probantes da liquidação da despesa (medição de serviços) e se a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/ nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município.

**14.7** Saneadas as irregularidades, o prazo para pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

**14.8** Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária. A nota fiscal deverá ser entregue na sede da Contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.

**14.9** As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade estabelecido pela Lei nº 10.192, de 14/02/2001.

**14.10** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE, compensação financeira do inciso II, do art. 136, da Lei nº 14.133/21, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100)$$

**365**

**EM = I x N x VP, onde:**

**EM = Encargos moratórios devidos;**

**I = Índice de compensação financeira;**

**N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e**

**VP = Valor da prestação em atraso.**



**14.11** Na hipótese de pagamento, compensação financeira e demais encargos por atraso a que se refere o subitem anterior, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente do Município, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

**14.12** O preço contratado da obra permanecerá irrevogável durante 12 (doze) meses, após o que poderá ser revisto com base na legislação atinente ao caso (Lei nº 10.192/2001).

**14.13** Em caso de paralisação ou aditamento de prazo, devidamente justificado pela CONTRATANTE, que venha a ultrapassar um ano de execução da obra ou serviço, ter-se-á que as parcelas contratuais excedentes ao prazo de um ano, serão reajustadas pelo **INCC Índice Nacional de Custo de Construção**, correspondente ao presente objeto, através da seguinte fórmula:

$$R = (I_i / I_o) \cdot V$$

**I<sub>o</sub>** Onde:

**R**= Valor da parcela de reajustamento procurado.

**I<sub>o</sub>**= Índice de preço verificado no mês do orçamento que a proposta se referir e que deu origem ao contrato.

**I<sub>i</sub>**= Índice de preço referente ao mês de reajustamento.

**V**= Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obras ou serviços a ser reajustado.

**14.14** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA, devendo ser formalizados anualmente e antecipadamente (antes das eventuais prorrogações) e para fins da composição do cálculo será levado em consideração o princípio da anualidade e tomando como base o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), data inicial de reajustes será contada a partir da data da ordem e serviço e ou assinatura do contrato. Os atrasos ocasionados única e exclusivamente por culpa da empresa não dão direito ao reajuste de preços, mesmo que haja paralisação autorizada pelo Município.

## **15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**15.1A** Gestão do Contrato decorrente do objeto deste Projeto Básico será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLAN, a qual irá gerenciar a execução de contratos, identificar riscos e acompanhar o cronograma, custos e atividades envolvidas, para atingir o resultado financeiro, prazo, escopo e qualidade previstos.

**15.2** A Fiscalização e acompanhamento da execução contratual ficará a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento SEMPLAN, mediante nomeação de servidor ou comissão especialmente designada para este fim, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

**15.3** Ao término dos trabalhos, a comissão designada deverá elaborar Termo Provisório de Recebimento, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, conforme determina art. 140, I, a, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.4** Verificada a execução do objeto contratado, a comissão designada deverá elaborar Termo Definitivo de Recebimento assinado pelas partes, observando o disposto no art. 119 e art. 140, I, b, da Lei Federal nº 14.133/2021.



**15.5** A Fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1** À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior), devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pela Lei Federal nº 14.133/21).

- . Advertência;
- I. Multa moratória, nos seguintes percentuais:
  - a) No atraso injustificado da execução do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento).
  - b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,5% (Cinco centésimos por cento) por hora sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento).
  - c) No caso de atraso injustificado para a execução do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, incidência limitada a 10 (dez) dias;
  - d) Na hipótese de atraso injustificado para execução do objeto, superior a 10 (dez) dias, 0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor do contrato, incidência limitada a 20 (vinte) dias, sob pena de rescisão.
  - e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas a, b e c quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.
  - f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas a e b, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.
- II. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:
  - a) Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.
  - b) Pelo descumprimento parcial, até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente



fundamentadas.

- c) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante.
- V. Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 156, da Lei nº 14.133/21, por prazo não superior a 02 (dois) anos aplicado.
- V. Impedimento de Licitar e Contratar com o Município, previsto no art. 155º da Lei Federal nº 14.133/21, pelo prazo de até 05 (cinco) anos aplicado.
- VI. Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 156, da Lei nº 14.133/21.

**16.2** A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte da Contratada, na forma da lei.

**16.3** A Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes do descumprimento contratual, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**16.4** Os prazos para adimplemento das obrigações admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 107 da Lei nº 14.133/2021; devendo a solicitação dilatória, ser sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações; recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

**16.5** As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada, de acordo com a regra prevista nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

**16.6.** Será admitida a retenção cautelar de valor devido a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, até o esgotamento do processo administrativo. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa contratada perante o contratante, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.

**16.7** As empresas punidas com Impedimento de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia, Suspensão Temporária de Participar em Licitação ou que sejam declaradas Inidôneas para Licitar e Contratar com a Administração Pública, será incluído no CAGEFIMP.

## **17 PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.1.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que: inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



**17.1.1.1.1** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**17.1.1.1.2** falhar ou fraudar na execução do contrato;

**17.1.1.1.3** comportar-se de modo inidôneo; ou

**17.1.1.1.4** cometer fraude fiscal.

**17.1.1.1.5** Também fica sujeitas às penalidades do art. 155 e 156, da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

**17.1.1.1.5.1** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**17.1.1.1.5.2** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**17.1.1.1.5.3** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**17.1.1.1.6** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, devendo observar as seguintes circunstâncias:

**17.1.1.1.6.1** A natureza e a gravidade da infração;

**17.1.1.1.6.2** Os prejuízos que a infração ocasionar a este Município ou aos usuários;

**17.1.1.1.6.3** A vantagem auferida em virtude da infração;

**17.1.1.1.6.4** Os antecedentes da empresa; e

**17.1.1.1.6.5** As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes.

**17.1.1.1.7** Na ocorrência de infrações leves, as quais não acarretem prejuízos ao Município, constatando-se a boa-fé da empresa, a autoridade competente poderá converter a aplicação da penalidade de multa em advertência.

**17.1.1.1.8** A não manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato ensejará apuração de responsabilidade se, após concessão do prazo de 10 (dez) dias para regularização, a empresa se mantiver irregular perante os órgãos fiscais e/ou trabalhistas que contemplaram a habilitação do instrumento convocatório e observará:

**17.1.1.1.8.1** Caso a irregularidade fiscal se verifique depois de adimplidas as obrigações contratuais pela empresa, restando pendentes apenas os procedimentos de recebimento e pagamento pela Administração, a ocorrência não resultará em abertura de processo de apuração de infrações à contratada;

**17.1.1.1.8.2** Nos demais casos, a irregularidade fiscal será apurada por mês, somente cabendo a instauração de novo processo de apuração de infrações após o transcurso de, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da apuração anterior.

**17.1.1.1.8.3** A primeira ocorrência sujeitará a contratada à aplicação da penalidade de advertência.

**17.1.1.1.8.4** Na hipótese de reincidência, a multa contratual aplicável, independentemente da quantidade de certidões pendentes, deverá ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor remanescente da obra, cujo montante não poderá exceder:

**17.1.1.1.8.4.1** - a R\$ 1.000,00 (mil reais), em contratos de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;

**17.1.1.1.8.4.2** - a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em contratos de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;

**17.1.1.1.8.4.3** - a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em contratos com valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sem prejuízo de rescisão contratual.



**17.1.1.1.8.5** Caso a ausência de regularidade seja constatada no momento de eventual prorrogação contratual, o contrato não poderá ser prorrogado, sendo fixada multa de até 5% do saldo remanescente da obra.

**17.1.1.1.9** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**17.1.1.1.10** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**17.1.1.1.11** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**17.1.1.1.12** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**17.1.1.1.13** O Município de Ji-Paraná poderá, havendo perigo de dano, efetuar a retenção do valor de possível multa, em face dos pagamentos devidos à contratada, previamente à instauração do processo de apuração de falta, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

**17.1.1.1.14** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**17.1.1.1.15** A aplicação das penalidades será de competência do Secretários Municipais, com exceção da declaração de inidoneidade que será de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

**17.1.2 DO RITO PROCEDIMENTAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DESTINO A APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE PENALIDADES DECORRENTES DE CONDUTAS COMETIDAS POR LICITANTES OU FORNECEDORES, considerando a RESOLUÇÃO Nº 382/2023TCE-RO;**

**17.1.2.1** O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 3º e 66, da Lei Complementar Estadual n. 154, de 26 de julho de 1996, combinado com o artigo 4º, artigo 173, inciso II, alínea b, do Regimento Interno do Tribunal de Contas;

**RESOLVE 15.1.2.1.1** Art. 1º Regular o processo administrativo destinado à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obras.

**17.1.2.1.2** Art. 2º O processo administrativo destinado à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obras, reger-se-á pelas disposições da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas regras desta Resolução.

**17.1.2.1.3** Art. 9º Para fins de cumprimento do prazo fixado para adimplemento da obrigação, a Administração concederá margem de tolerância para caracterização da mora, proporcional ao prazo de execução de cada obrigação, de forma que:

I para obrigações com prazo de cumprimento fixado em até 10 (dez) dias, o atraso de 1 (um) dia não ensejará abertura de processo de apuração de infrações;





II para obrigações com prazo de cumprimento fixado entre 11 (onze) e 30 (trinta) dias, o atraso de até 3 (três) dias não ensejará abertura de processo de apuração de infrações;

III para obrigações com prazo de cumprimento fixado entre 31 (trinta e um) e 45 (quarenta e cinco) dias, o atraso de até 5 (cinco) dias não ensejará abertura de processo de apuração de infrações;

IV para obrigações com prazo de cumprimento fixado entre 46 (quarenta e seis) e 60 (sessenta) dias, o atraso de até 7 (sete) dias não ensejará abertura de processo de apuração de infrações; e

V para obrigações com prazo de cumprimento fixado acima de 60 (sessenta) dias, o atraso de até 9 (nove) dias não ensejará abertura de processo de apuração de infrações. Parágrafo único. Ultrapassada a margem de tolerância estabelecida neste artigo, será contabilizado o prazo total de mora, a partir do dia subsequente ao do devido para o cumprimento da obrigação, desconsiderando-se os dias de tolerância.

**17.1.2.1.4 Art. 18.** A não manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato ensejará apuração de responsabilidade se, após concessão de prazo para regularização, a empresa se mantiver irregular perante os órgãos fiscais e/ou trabalhistas que contemplaram a habilitação do instrumento convocatório e observará as seguintes circunstâncias:

I em relação às empresas detentoras de Atas de Registro de Preços junto ao Tribunal, com as quais não se tenha celebrado Termo Contratual, a ocorrência de sua irregularidade fiscal ou trabalhista não resultará abertura de processo de apuração de infrações; porém, transcorrido o prazo para regularização, sem apresentação de certidão negativa válida, a Administração procederá ao seu descredenciamento imediato da ARP, com a convocação dos demais signatários, observada sua ordem de classificação;

II caso a irregularidade fiscal se verifique depois de adimplidas as obrigações contratuais pela empresa, restando pendentes apenas os procedimentos de recebimento e pagamento pela Administração, a ocorrência não resultará em abertura de processo de apuração de infrações à contratada; e

III nos demais casos, a irregularidade fiscal será apurada por mês, somente cabendo a instauração de novo processo de apuração de infrações após o transcurso de, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da apuração anterior. §1º A primeira ocorrência sujeitará a contratada à aplicação da penalidade de advertência. §2º Na hipótese de reincidência, a multa contratual aplicável, independentemente da quantidade de certidões pendentes, deverá ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor da nota de empenho vigente, cujo montante não poderá exceder a R\$ 1.000,00 (mil reais), sem prejuízo de rescisão contratual.

§3º Caso o valor resultante do parágrafo anterior esteja abaixo do limite do valor de alçada definido nesta Resolução, a instauração do processo poderá ser sobrestada para posterior apuração consolidada com outros descumprimentos contratuais a que der causa a contratada ao longo da execução da avença, de acordo com o art. 18 desta Resolução.

**17.1.2.1.4 Art. 19.** A Administração poderá suspender a apuração de infração sujeita à penalidade de multa moratória, nos casos em que não houver prejuízo ao Tribunal de Contas e o valor for considerado irrisório.

§1º Para fins desta Resolução, será considerado irrisório valor igual ou inferior a R\$ 700,00 (setecentos reais).

§2º Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a apuração correrá



cumulativamente com o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente, desde que o somatório das multas ultrapasse o valor fixado no § 1º do art. 19.

§3º Para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os últimos 2 (dois) anos, contados de cada ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto ou vínculo contratual diverso.

**17.1.2.1.5** Art. 20. Verificada a infração em licitação, a competência para autuação do procedimento será da Divisão de Planejamento e Licitações ou da comissão prevista no art. 13 deste regulamento, conforme o caso.

**17.1.2.1.6** Art. 21. Verificada a infração na execução contratual, competirá ao fiscal do contrato: I elaborar relatório minucioso, descrevendo os fatos ocorridos, anexando todas as comunicações mantidas com a contratada;

**17.1.2.1.7** manifestar-se expressamente quanto a eventuais prejuízos causados à Administração; e remeter os autos à Divisão de Gestão de Convênios, Contratos e Registro de Preços para análise.

**17.1.2.1.8** Art. 22. A Divisão de Gestão de Convênios, Contratos e Registros de Preços analisará os autos, e, presentes os indícios de falta contratual, autuará o processo autônomo de apuração de falta, sugerindo, quando aplicável, possível retenção cautelar de valor apurado a título de multa, nos moldes disciplinados nos instrumentos contratuais.

**17.1.2.1.9** Art. 23. À Secretaria de Licitações e Contratos caberá a decisão quanto à retenção cautelar de valor apurado a título de multa, recebimento parcial definitivo no interesse da Administração e demais atribuições correlatas ao processo de apuração de infração.

**17.1.2.1.10** Art. 24. Às contratadas que incorrerem em infrações consistentes em atraso injustificado, constatada a ausência de prejuízo ao Tribunal de Contas, poderá ser concedida a possibilidade de pagamento antecipado da multa moratória preliminarmente apurada, com desconto de 50% (cinquenta por cento), reconhecendo a ocorrência da infração e da multa calculada, renunciando-se ao direito de recorrer junto à esfera administrativa e judicial, dispensando-se a abertura de processo de apuração de infração. Parágrafo único. É vedada a aplicação do procedimento sumário à contratada sujeita a 2 (duas) ou mais penalidades decorrentes da mesma infração.

Parágrafo único. É vedada a aplicação do procedimento sumário à contratada sujeita a 2 (duas) ou mais penalidades decorrentes da mesma infração.

**17.1.2.1.11** Art. 25. A Divisão de Gestão de Convênios, Contratos e Registros de Preços expedirá o termo de notificação-citação, para manifestação da empresa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, facultando-lhe alternativamente: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.

I concordância com a multa preliminarmente apurada e renúncia ao direito de recorrer junto à esfera administrativa e judicial, fazendo jus ao desconto previsto no art. 24, oportunidade em que autorizará de plano e de forma irrecorrível, o desconto do valor reduzido da sua fatura vincenda; ou;

II no mesmo prazo, apresentar justificativa quanto aos fatos informados no termo, ciente de que, caso não acatada sua justificativa, a condenação da multa pecuniária poderá alcançar 100% do valor preliminarmente apurado.



§1º Aceito o benefício do inciso I, os autos seguirão para a Secretaria de Licitações e Contratos para a aplicação definitiva da penalidade de multa moratória, ciência da empresa e determinação quanto ao recolhimento definitivo do valor da multa reduzida ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e demais providências quanto ao pagamento da contratada.

§2º A apresentação de justificativa ou a ausência de manifestação importará renúncia ao desconto da multa, hipóteses em que o valor total da multa será retido cautelarmente e a Divisão de Gestão de Convênios, Contratos e Registros de Preços autuará o processo de apuração de infração, garantindo à empresa o direito do contraditório e ampla defesa, devendo ser aplicados os demais atos do procedimento ordinário.

**17.1.2.1.12 Art. 26.** Autuado o processo autônomo de apuração de infração, a contratada/licitante será citada para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento do termo de citação.

**17.1.2.1.13 Art. 27.** O Termo de Citação deverá conter:

I identificação da empresa e da autoridade que instaurou o processo;

II finalidade da citação e prazo para apresentação de defesa;

III descrição da infração passível de aplicação de penalidade;

IV indicação dos preceitos legais e/ou cláusulas contratuais infringidos e, se for o caso, quanto à possibilidade de rescisão contratual e cancelamento da ata de registro de preços;

V comunicação da retenção cautelar e/ou glosa, se for o caso; e

VI outras informações julgadas necessárias pela Administração. Parágrafo único. Competirá à Divisão de Gestão de Convênios, Contratos e Registros de Preços, Divisão de Planejamento e Licitações ou da comissão prevista no art. 13 da resolução 382/2023/TCE-RO, conforme o caso, a expedição do termo referido no caput deste artigo e a devida certificação no processo principal.

**17.1.2.1.12 Art. 28.** Apresentada ou não a defesa, os autos deverão ser instruídos com manifestação do setor que instaurou o processo e encaminhados à Secretaria de Licitações e Contratos.

**17.1.2.1.13 Art. 29.** Competirá à Secretaria de Licitações e Contratos decidir acerca da aplicação de penalidade à contratada/licitante, de forma fundamentada, conforme a culpabilidade e dosimetria da pena.

**17.1.2.1.14 Art. 30.** Da decisão exarada pela Secretaria de Licitações e Contratos caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento do termo de intimação, quando a sanção aplicada se referir aos incisos III, III, IV e V do art. 5º. **15.1.2.1.15 Art. 31.** O Termo de Intimação deverá conter:

I identificação da empresa e da autoridade que instaurou o processo;

II finalidade da intimação e prazo para apresentação de recurso;

III descrição da infração e penalidade aplicada;

IV indicação dos preceitos legais e/ou cláusulas contratuais infringidos;

V comunicação da retenção cautelar e/ou glosa, se for o caso;

VI cópia da decisão da autoridade competente; e

VII outras informações julgadas necessárias pela Administração. Parágrafo único. Competirá à Secretaria de Licitação e Contratos a expedição do termo referido no caput deste artigo.

**17.1.2.1.16 Art. 32.** Apresentado o recurso, a autoridade que praticou o ato poderá reconsiderar sua decisão ou submetê-lo à autoridade superior, devidamente instruído.



**17.1.2.1.17** Art. 33. Não havendo reconsideração da decisão, o recurso será apreciado:

§1º Pela Secretaria-Geral de Administração, quando a sanção aplicada se referir aos incisos I, II, III e IV do art. 5º com posterior ciência à empresa.

§2º Pelo órgão colegiado, quando a sanção aplicada se referir ao inciso V do art. 5º com posterior ciência à empresa.

**17.1.2.1.18** Art. 34. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo se a autoridade competente, motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto efeito suspensivo.

**17.1.2.1.19** Art. 35. Exarada a decisão pela autoridade competente quanto ao recurso apresentado, os autos serão encaminhados à Secretaria de Licitações e Contratos para, quando aplicável:

I certificação do trânsito em julgado da decisão administrativa;

II elaboração do Termo de Penalidade, com a devida publicação no Diário Oficial eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia DOe TCE-RO;

III elaboração do Termo de Rescisão Contratual, de Cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de Exclusão de Fornecedor da Ata de Registro de Preços, os quais deverão ser assinados pelo(a) Secretário(a)- Geral de Administração, com a devida publicação no Diário Oficial eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia DOe TCE-RO;

IV registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da aplicação da sanção, no Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual CAGEFIMP, mantido pela Controladoria-Geral do Estado de Rondônia, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP;

V recolhimento definitivo de eventual multa retida nos autos; e

VI adoção dos demais atos que se fizerem necessários e arquivamento.

## **18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**18.1** FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA: O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade: CONCORRÊNCIA sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por MENOR PREÇO

**18.1.1** As exigências de qualificação técnica previstas no ETP têm por finalidade assegurar que as licitantes detenham a capacidade operacional, experiência prévia e conhecimento técnico necessários à execução do objeto.

**18.1.2** Quanto aos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, estes visam diferenciar a qualidade das soluções apresentadas pelas licitantes, de modo a privilegiar metodologias mais adequadas, inovações técnicas, histórico de desempenho em contratos similares e capacidade de atendimento a padrões de sustentabilidade.

**18.1.3** A utilização da modalidade de julgamento por Técnica e Preço encontra respaldo no art. 33, II, da Lei nº 14.133/2021, que prevê tal critério quando a qualidade técnica for fator determinante para a seleção da proposta mais vantajosa, como no caso em análise.

**18.1.4** Assim, os requisitos de qualificação técnica e os critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas estão justificados pela necessidade de garantir segurança, eficiência, economicidade e qualidade na elaboração do projeto, assegurando a plena consecução do



interesse público.

**18.1.5** Em acordo com o Art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 2, de 7 de fevereiro de 2023, os quesitos de natureza qualitativa da proposta de técnica serão analisados por banca, composta de, no mínimo, 3 (três) membros, que preencham os seguintes requisitos:

**18.1.5.1** I - servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública; ou

**18.1.5.2** II - profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.2** Modo de disputa: Desta forma, o modo de disputa da licitação em planejamento será o FECHADO.

**18.3** Regime de Execução: O regime de execução adotado será o de Empreitada por preço global, uma vez que este se enquadra no Artigo 6º, inciso XXIX da Lei 14.133/21, o qual dispõe que no regime de empreitada por preço global a contratação da execução da obra ou do serviço é realizada por preço certo e total.

**18.3.1** O Acórdão TCU nº 1.978/2013 – Plenário infere que o regime de empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados.

**18.3.2** Ademais, em consonância com o disposto anteriormente, o Tribunal de Contas da União - TCU apresentou, no ACÓRDÃO 1977/2013 - PLENÁRIO, o seguinte quadro indicando algumas vantagens, desvantagens e indicações para este regime de execução:

"23. Os quadros a seguir, extraídos e adaptados do Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU, aprovado pela Portaria SEGECEX n. 38, de 08/11/2011, demonstram resumidamente, as vantagens, desvantagens e indicação de utilização do regime de empreitada por preço global e de empreitada por preço unitário:

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL		INDICADA PARA:
VANTAGENS	DESVANTAGENS	
<ul style="list-style-type: none"><li>- Simplicidade nas medições (medições por etapa concluída);</li><li>- Menor custo para a Administração Pública na fiscalização da obra;</li><li>- Valor final do contrato é, em princípio, fixo;</li><li>- Restringe os pleitos do construtor e a assinatura de aditivos;</li><li>- Dificulta o jogo de planilha; e</li><li>- Incentiva o cumprimento de prazo, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Como o construtor assume os riscos associados aos quantitativos de serviços, o valor global da proposta tende a ser superior se comparado com o regime de preços unitários;</li><li>- Tendência de haver maior percentual de riscos e imprevistos no BDI do construtor; e</li><li>- A licitação e contratação exige projeto básico com elevado grau de detalhamento dos serviços (art. 47 da Lei 8.666/1993).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Contratação de estudos e projetos;</li><li>- Elaboração de pareceres e laudos técnicos;</li><li>- Obras e serviços executados "acima da terra" que apresentam boa precisão na estimativa de quantitativos, a exemplo de:</li><li>- Construção de edificações; e</li><li>- Linhas de Transmissão.</li></ul>

**18.3.3** Dessa forma, a adoção do regime de execução empreitada por preço global mostra-se a mais adequada, tendo em vista que o objeto da contratação permite definir com exatidão as quantidades e características dos serviços a serem executados, apresentando um valor final do contrato pago de forma previamente estabelecida ao decorrer das entregas de cada etapa do objeto.

**18.3.4** Diante deste cenário, o regime de execução adotado será o de **Empreitada por preço global**, uma vez que este se enquadra nas definições presentes no Artigo 6º, inciso XXIX da Lei 14.133/21 e ao Acórdão TCU nº 1.978/2013, tendo em vista que a presente contratação



possui como objeto a elaboração de projetos básico e executivo de engenharia.

## **19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E OPERACIONAL:**

### **Qualificação Técnico-Profissional:**

**19.1** Obriga-se a contratada possuir em seu quadro técnico permanente, devidamente relacionado na certidão de registro e quitação da Pessoa Jurídica/Licitante, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior habilitado na área de engenharia civil e/ou arquiteto detentor de atestados de responsabilidade técnica por trabalhos de características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente projeto básico, devendo ainda, comprovar possuir, no mínimo 01 (um) engenheiro (a) e/ou técnico (a) em segurança do trabalho.

O atestado referido no subitem anterior deverá estar devidamente registrado na entidade profissional competente (Conselho de Classe), ação essa que se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT-A (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado, nas condições dispostas na RESOLUÇÃO Nº 93, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014 (CAU) e RESOLUÇÃO Nº 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009 (CREA), e, de acordo com o art. 67, da Lei 14.133, de 2021.

**19.2** Para fins de Qualificação Técnico-Operacional exigir-se-á das empresas licitantes, Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional ou Federal de Engenharia e Agronomia - CREA/CONFEA (Lei nº 5.194, de 24.12.66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR (Lei nº 12.378, de 31.12.10), em validade. Em caso de licitante com sede fora do Estado de Rondônia, deverá apresentar visto dos conselhos CREA ou CAU do Estado de Rondônia, no momento da sua contratação, em plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com disposto no art. 67, da Lei 14.133, de 2021.

**19.2.1** Na referida certidão, deve constar, em seu rol de Responsáveis Técnicos, profissionais com atribuição reconhecida por entidade de classe competente, quais sejam:

a) Engenheiro (a) Civil com atribuições pela Lei 12.378/10 e Art. 7º da Resolução 218 de 1973 do CONFEA, e/ou Arquiteto (a) respectivamente, mediante a apresentação de Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física/Profissional, junto ao Conselho de Classe competente, em validade, concomitante comprovar também, aptidão na execução de serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente projeto básico, mediante a apresentação de CAT-A (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado.

b) Engenheiro (a) ou Técnico (a) em Segurança do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão de Registro ou Inscrição do profissional, junto ao conselho de classe competente CREA/CONFEA, nos termos da Lei Federal nº 7.410, de 27 de novembro de 1985; Resolução nº 359, de 31.07.1.991-CONFEA e Portaria nº 3.275, de 21.09.1989 do Ministério do Trabalho. No caso de comprovação da atividade por Técnico de Segurança do Trabalho, apresentar também, no mínimo uma das comprovações, a seguir:

b.1) Certificado de Conclusão de Curso Técnico de Segurança do Trabalho (Art. 2º, Inciso I Lei n. 7.410/85);





b.2) Certificado de Conclusão de Curso Supervisor de Segurança do Trabalho (Art. 2º, Inciso II Lei n. 7.410/85);

b.3) Registro de Supervisor de Segurança do Trabalho (Art. 2º, Inciso III Lei n. 7.410/85).

**19.2.2** Não serão considerados válidos as Certidões de Registros e Quitaões dos Profissionais, junto ao CREA/CONFEA e/ou CAU/BR, bem como as Certidões de Acervos Técnicos CAT-A, cujos profissionais não estejam relacionados e inscritos no quadro técnico permanente da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica.

**19.2.3 DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO ENGENHEIRO E/OU TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO**, aceitando o exercício da função, objeto da licitação, garantindo cumprir fielmente as atribuições durante a vigência contratual pactuada, na observância as atividades de prevenção de Segurança do Trabalho, conforme preceitua a Resolução nº 437, de 27 de novembro de 1.999 em consonância como as atividades previstas nos itens 1 a 18 do art. 4º da Resolução nº 359, de 1991, do CONFEA, estando ainda obrigado a cumprir 40 (quarenta horas) semanais no canteiro de obras, observados o disposto no art. 1º e Incisos da Portaria nº 3.275, de 21/09/1989 e a Lei 7.410, de 27 de novembro de 1.985, sob pena de incorrer em sanções administrativas. (Em modelo próprio da licitante).

**19.2.4 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL (ACT)** em nome da licitante, emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes a 30% do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto.

**19.2.4.1** É admitida a soma de atestados provenientes de serviços prestados a empresas diversas para alcançar o quantitativo mínimo em obras ou serviços com características semelhantes e em proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

**19.2.4.2 OBSERVAÇÕES RELEVANTE EM FACE DE APRESENTAÇÃO DO (S) ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ACT:**

a) Quando emitido por pessoas jurídicas de direito privado, constar os dados do expedidor (data de emissão, nome da razão social, CNPJ, endereço, telefone comercial) e do (s) signatário (s) do documento (nome, CI/RG / CPF, cargo/função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e da indicação da Anotação da Responsabilidade Técnica (nº da ART e/ou RRT);

b) Quando emitido por pessoa jurídicas de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente.

c) E, na ausência dos dados indicados acima em especial do reconhecimento de firma em cartório competente, antecipa-se a diligência prevista no art. 59, parágrafos 2º da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas fiscais, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, poderão ser solicitados no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

d) A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado (s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.



**19.3** Também deveram ser apresentadas declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramenta, veículos e do pessoal técnico adequado, necessário e disponível para a realização do objeto da presente licitação.

**19.4** Para fins deste projeto básico e da licitação pertinente entendem-se enquadrado no quadro técnico permanente da empresa, o profissional que esteja devidamente inscrito e relacionado na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica (empresa), cujo vínculo de trabalho profissional seja comprovado, nos termos, a seguir:

- 19.4.1** Carteira de Trabalho;
- 19.4.2** Contrato Social;
- 19.4.3** Contrato de prestação de serviços;
- 19.4.4** Contrato de Trabalho registrado na DRT.

## **19.5 Qualificação Econômico – Financeira**

**19.5.1** Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, caso não conste prazo de validade expresso na própria Certidão

**19.5.1.1** Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

**19.5.1.2** Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

**19.5.2 Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

**19.5.2.1** As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**) e Solvência Geral (**SG**) **superiores a 1**.

**19.5.2.2** Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**19.5.2.3** Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

**19.5.2.4** As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

**19.5.2.5** O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de



balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

## **20. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**20.1** Como se trata de um serviço em que será contratado somente um fornecedor, o julgamento deverá ser feito pelo critério de Menor Preço Global, conforme preceitua o art. 33, I da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **21. DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS INÍCIO DE ETAPAS, CONCLUSÃO E ENTREGA**

**18.1.** Os prazos de início de etapas, conclusão e entregas poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o Art. 105 da Lei Federal 14.133/2021, comprovada a justa causa ou motivos de força maior, devidamente justificados.

## **22. DA GARANTIA CONTRATUAL:**

**22.1** A título de garantia contratual, poderá ser exigida a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos conforme disposto no Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021. O artigo 96, § 1º, incisos I a IV estabelecem:

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**22.2** O prazo de vigência do seguro-garantia apresentado deverá ser de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

**22.3** O valor da apólice do seguro-garantia deverá ser atualizado caso haja acréscimo de valores ao contrato.

**22.4** A CONTRATADA deverá renovar a vigência do seguro-garantia toda vez que houver prorrogação do prazo de vigência do instrumento contratual, devendo apresentar a renovação à Administração, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a assinatura do termo de prorrogação do prazo de vigência do instrumento contratual.

**22.5** A CONTRATADA deverá comunicar a seguradora quanto às alterações contratuais realizadas, para anuência desta, visando manter a cobertura da apólice contratada, devendo comprovar à Administração que tal procedimento foi realizado.

## **23. DA RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO (art. 92, inciso XIX):**



**23.1** O CONTRATO poderá ser rescindido por uma das partes, em observância à Lei Federal N° 14.133/2021, e suas alterações, prevista nos artigos 137, 138, 139, respeitando seus parágrafos e incisos, salvo se por motivo de calamidade pública, impedimentos motivados por autoridades, locais, estaduais e federais.

**23.2** A Administração da CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá promover a rescisão antecipada do CONTRATO, sendo por ato:

a) UNILATERAL, quando determinada por ato unilateral e escrito pela Administração da CONTRATANTE, desde que configure qualquer das hipóteses elencadas nos Artgs. 137, 138, 139, da Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações, se houver.

b) AMIGÁVEL, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração da CONTRATANTE.

c) JUDICIAL, nos termos da legislação vigente.

**23.3** A multa a que se refere este item não impede que a Administração da CONTRATANTE rescinda, unilateralmente, o contrato e aplique as demais sanções previstas em Lei.

## **24. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:**

**24.1** O contrato decorrente deste projeto básico e da eventual licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme disposto no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

## **25. DO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS E PROJETOS:**

**25.1** As licitantes deverão apresentar ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, assinado pelo servidor responsável, declarando que recebeu todas as informações para o cumprimento integral do objeto da licitação.

**25.2** Declarando ainda que todas as dúvidas foram sanadas, tendo conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**25.2.1** A visita poderá ser agendada junto ao Setor de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento SEMPLAN, pelo número (69) 3416-4168, de segunda à sexta-feira, das 7:30h às 13:30h.

**25.2.2** O atestado de visita técnica poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

**25.3** Fazem parte integrante deste Projeto Básico: Projeto de Engenharia e a Documentação Técnica de Engenharia, constantes nos **APÊNDICES E ANEXOS**, por meio de pranchas no formato PDF. Todavia, os projetos podem ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Planejamento.

## **26. META E RESULTADOS ESPERADOS:**



**26.1** Com a implantação Praça no Bairro São Cristóvão, propiciaremos aos moradores um local específico direcionado a prática de esporte e convívio da população, não necessitando percorrer grande percurso para desfrutarem de área de lazer.

## **27. DOS APÊNDICES E ANEXOS**

a. Fazem parte integrante deste Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, as peças técnicas de engenharia e Contrato de repasse do referido convênio relacionado no APÊNDICE/ANEXOS, acostados aos autos do processo nº1-3017/2024, conforme relacionados abaixo:

1. [Anexo 1- Termo de Convênio de 18/03/2024 \(ID 725719\)](#)
2. [Termo Apostilamento n.º 01-DPCN/2025 de 17/12/2025 \(ID 2293925\)](#)
3. [Licença Municipal de Instalação n.º 034/2025 de 02/12/2025 \(ID 2238281\)](#)
4. [Declaração ISSQN BDI de 02/09/2025 \(ID 2011380\)](#)
5. [Documentos MEMORIAL DESCRITIVO assinado de 15/10/2025 \(ID 2115533\)](#)
6. [Documentos PARCELA DE MAIOR RELEVANCIA TECNICA - CAMPO SAO CR de 15/10/2025 \(ID 2115534\)](#)
7. [Projeto OS 023-2021 - PROJ ARQ - PRANCHA 01 assinado de 15/10/2025 \(ID 2115535\)](#)
8. [Projeto OS 023-2021 - PROJ ARQ - PRANCHA 02 assinado de 15/10/2025 \(ID 2115801\)](#)
9. [Projeto OS 023-2021 - PROJ ARQ - PRANCHA 03 assinado de 15/10/2025 \(ID 2115537\)](#)
10. [Projeto OS 023-2021 - PROJ ARQ - PRANCHA 04 assinado de 15/10/2025 \(ID 2115538\)](#)
11. [Projeto OS 023-2021 - PROJ ARQ - PRANCHA 05 assinado de 15/10/2025 \(ID 2115539\)](#)
12. [Documentos OS 23.2021 - PROJ CANTEIRO - PRANCHA 01-ARQUITETON de 15/10/2025 \(ID 2115672\)](#)
13. [Projeto ELE de 15/10/2025 \(ID 2115680\)](#)
14. [Planilha Orçamentária BDI assinado de 15/10/2025 \(ID 2115540\)](#)
15. [Planilha Orçamentária BDI INSUMOS assinado de 15/10/2025 \(ID 2115541\)](#)
16. [Planilha Orçamentária RESUMO assinado de 15/10/2025 \(ID 2115542\)](#)
17. [Planilha Orçamentária SINTETICO assinado de 15/10/2025 \(ID 2115543\)](#)
18. [Planilha Orçamentária CPU assinado de 15/10/2025 \(ID 2115544\)](#)
19. [Planilha Orçamentária CRONOGRAMA assinado de 15/10/2025 \(ID 2115545\)](#)
20. [Planilha Orçamentária CURVA ABC assinado de 15/10/2025 \(ID 2115546\)](#)
21. [Planilha Orçamentária MEMORIA DE CALCULO assinado de 15/10/2025 \(ID 2115547\)](#)
22. [Documentos ART PRAÇA SÃO CRISTOVÃO de 15/10/2025 \(ID 2115667\)](#)
23. [Documentos DECLARAÇÃO DE NÃO INTERFERENCIA DE PROJETOS de 15/10/2025 \(ID 2115668\)](#)
24. [Documentos MATRIZ DE COTACAO GIRA GIRA assinado de 15/10/2025 \(ID 2115669\)](#)
25. [Documentos OS 023.2021 LISTA DE VERIFICACAO ACESSIBILIDADE si de 15/10/2025 \(ID 2115670\)](#)
26. [Documentos OS 023 2021 - ANEXO II - DECLARACAO DE CONFORMIDAD de 15/10/2025 \(ID 2115671\)](#)



27. [Documentos RELATÓRIO FOTOGRAFICO de 15/10/2025 \(ID 2115673\)](#)
28. [Estudo Técnico 2 de 15/01/2026 \(ID 2343879\)](#)
29. [Declaração Aprovação da Municipalidade de 21/01/2026 \(ID 2359527\)](#)
30. [Anexo Especificação Técnica Praça São Cristóvão de 22/01/2026 \(ID 2362135\)](#).

Ji-Paraná/RO, 12 de  
fevereiro de 2026.

**Na Forma do que dispõe a Lei Federal N° 14.133/2021, aprovo o presente  
Projeto Básico e seus Anexos:**

JÚNIOR FELÍCIO MARQUES  
Supervisor Executivo  
Matricula n.º 999133

ALESSANDRO BARROSO DUARTE  
Secretário Municipal de Esporte e Lazer  
Decreto nº. 0075/GAB/PM/JP/2025





## **ANEXO A OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **A CONTRATADA, obriga-se a:**

1. Cumprir com o objeto do instrumento contratual, as determinações previstas no memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, objeto deste projeto básico constante no Apêndice/Anexo, bem como garantir, a proteção e a conservação de todos os serviços até seu recebimento definitivo;
2. Após exame minucioso das especificações técnicas dos projetos, planilhas, quantitativos, dentre outros, assinar o CONTRATO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, assumindo total responsabilidade sobre a execução da obra, objeto deste projeto básico;
3. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, quaisquer problemas relacionados ao cumprimento do contrato durante a sua vigência ou acontecimentos que impeçam a CONTRATADA, mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do contrato;
4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, decorrente de modificações de quantitativos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, de acordo com o artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
5. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigido no presente Projeto Básico, cumprindo os prazos e condições estabelecidas, assumindo total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização dos trabalhos, sob critério da Lei 14.133/2021, observado o artigo 618, parágrafo único, do Código Civil;



- 6.** Responsabilizar-se-á por todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária à execução dos serviços contratados, especificamente a utilização de EPI(s), sem nenhum ônus adicional para o contratante;
- 7.** Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE acerca dos serviços contratados e fornecer os esclarecimentos que forem necessários;
- 8.** Executar os serviços contratados seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- 9.** Orientar o Contratante quanto a melhores práticas aplicáveis à execução do serviço;
- 10.** Apresentar o preposto da empresa para a execução dos serviços;
- 11.** Ter responsabilidade objetiva pelos serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado;
- 12.** Executar os serviços conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do Contratante, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- 13.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste projeto básico, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- 14.** Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação dos serviços, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do Contratante;
- 15.** Reparar, corrigir, remover ou substituir as parcelas executadas, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços;



- 16.** A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;
- 17.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, como tributos, pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas;
- 18.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 19.** Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 20.** Consoante o que determina o inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal Nº 14.133/2021, a CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, especialmente as condições de habilitação e qualificação exigidas no Ato Convocatório;
- 21.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbitos, federal, estadual ou municipal, como também assegurar que os procedimentos prescritos pela ABNR e pelo Fabricante dos produtos sejam seguidos.
- 22.** A CONTRATADA deverá executar os serviços dentro dos prazos que se seguem. Caso as obrigações não sejam cumpridas dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita á multa estabelecida no contrato.
- 23.** Apresentar ao fiscal do contrato, na ocorrência de falhas, relatório completo indicando seus motivos, bem como os métodos e práticas adotadas para sua solução, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da notificação.
- 24.** Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.
- 25.** Prestar os serviços dentro de parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.



**26.** Comunicar ao Fiscal do Contrato e/ou outro competente, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

**27.** A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

**28.** Os casos excepcionais serão avaliados pela CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

**29.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**30.** É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total e contrato nas seguintes condições:

30.1 É vedada subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas à prova de capacidade técnica assim definidas no instrumento convocatório;

30.2 É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

30.3 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante a quem cumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessárias para execução do objeto;

30.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita e execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

30.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou como a gente público que desempenha função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão de contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até



terceiro grau.

**31.** A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas. Devendo também, conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo (Art. 43 da Portaria Interministerial nº 424/2016).

**32.** Publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, o Plano Anual de Contratações atualizado bem como o contrato firmado com a empresa vencedora do certame licitatório.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **A CONTRATANTE, obriga-se a:**

- 1.** Exercer ampla, irrestrita e permanente **FISCALIZAÇÃO** de todas as fases da execução dos serviços, objeto deste projeto básico, e do comportamento do pessoal da CONTRATADA, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus responsáveis técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- 2.** Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da CONTRATADA;
- 3.** Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relativos à execução do objeto da contratação;
- 4.** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas estabelecidas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS ABNT, demais, normas e condições contratuais;
- 5.** Assegurar que os serviços descritos neste instrumento somente sejam realizados unicamente pela CONTRATADA, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;



6. Realizar rigorosa conferência das características dos serviços prestados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou materiais/bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
8. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
9. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
10. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
11. Preservar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO nos termos do art. 124, I e II, d da Lei 14.133/2021, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia (DOE) e na Imprensa Oficial da União (DOU), quando necessário;
12. Efetuar o pagamento a CONTRATADA, depois de constatada as regularidades fiscais e trabalhistas, nos termos do Art. 63 da Lei Federal 14.133/2021, e nas demais condições convencionadas neste projeto básico e no Instrumento Convocatório.

## **DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS**

### **Caberá à CONTRATADA, ainda:**

1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente



a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

Ji-Paraná/RO, 23 de janeiro de 2026.

**Na Forma do que dispõe a Lei Federal Nº 14.133/2021, aprovo o presente Projeto Básico e seus Anexos:**

[assinado eletronicamente]

JÚNIOR FELÍCIO MARQUES

Supervisor

Executivo

Matricula

n.º

999133

[assinado eletronicamente]

**ALESSANDRO BARROSO DUARTE**

Secretário Municipal de Esporte e

Lazer Decreto nº.

0075/GAB/PM/JP/2025





**ANEXO B**  
**DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS POR PARTE DA**  
**MANDATÁRIA / CONCEDENTE**

**1.** O CONVENIENTE deverá registrar/inserir todo processo licitatório no Portal de Convênios, PLATAFORMA TRANSFEREGOV.BR, para verificação e análise da CONCEDENTE do convênio, celebrado entre o Município de Ji-Paraná/RO e o Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte MD-DPCN.;

**2.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

**3.** No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

I A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO na PLATAFORMA +BRASIL;

IV O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;

V A conformidade financeira.

**4.** A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

**5.** A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de danos ao erário, ensejando registro de inadimplência na PLATAFORMA+BRASIL e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

**6.** A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e será realizada sob bloqueio, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

**7.** A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

I Para instrumentos enquadrados nos:



- a) Níveis I e I-A, preferencialmente em parcela única; e
- b) Níveis II e III, em no mínimo 3 (três) parcelas, sendo que a primeira não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor global do instrumento.

II A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada à:

- a) Conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pela CONTRATANTE;
- b) Adimplência no CAUC do CONTRATADO que possui até 50.000 habitantes e que estava inadimplente no momento da assinatura do presente Termo de Convênio, caso a operação seja vinculada ao exercício financeiro de 2018 ou 2019.

III Para a liberação das demais parcelas o CONTRATADO deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% das parcelas liberadas anteriormente.

**8.** Não haverá a liberação da primeira parcela de recursos ao Contratado que possua instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira há mais de 180 dias.

**9.** O cronograma de desembolso previsto no Plano de trabalho deverá estar em consonâncias com as metas e fases ou etapas de execução do objeto instrumento.

**10.** Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

**11.** A autorização de desbloqueio dos recursos creditados na conta vinculada ocorrerá

condicionada e:

- I Emissão da autorização para início do objeto;

- II Apresentação do relatório de execução compatível com o cronograma de desembolso aprovado, devidamente atestado pela fiscalização do CONTRATADO;

- III Atendimento ao disposto nos Artigos 52 e 54 da Portaria Interministerial MPDG/CGU nº 424, de 30 dezembro de 2016 e suas alterações;

- IV Comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO;

- V Apresentação do termo de recebimento provisório da intervenção, nos termos do art. 140, inciso I, alínea a da Lei Federal nº 14.133/2021, para desbloqueio da última parcela de recursos;

**12.** O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar na PLATAFORMA+BRASIL o relatório de fiscalização referente a cada medição.

**13.** O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aceitos.

**14.** A execução física será atestada conforme regramento disposto no Artigo 54 da Portaria



Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

**15.** A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

**16.** O instrumento será rescindido na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 dias da liberação da primeira parcela ou sem comprovação da execução financeira por mais 360 dias contados a partir do último desbloqueio de recursos.

**17.** Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

**18.** A utilização de recursos do Termo de Convênio para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), é permitido somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL Verificação do Resultado do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.

Ji-Paraná/RO, 23 de  
janeiro de 2026.

**Na Forma do que dispõe a Lei Federal Nº 14.133/2021, aprovo o presente  
Projeto Básico e**

**seus Anexos:**

JÚNIOR FELÍCIO MARQUES  
Supervisor Executivo  
Matricula n.º 999133

ALESSANDRO BARROSO DUARTE  
Secretário Municipal de Esporte e Lazer  
Decreto nº. 0075/GAB/PM/JP/2025



## ANEXO C

### MODELO

#### ORDEM DE SERVIÇO Nº \_\_\_\_\_/GESCON/SEMPPLAN/2026

*Determina à Empresa \_\_\_\_\_, a iniciar a execução da \_\_\_\_\_, E-Processo nº \_\_\_\_\_.*

\_\_\_\_\_, Secretário Municipal de Planejamento, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 41, parágrafo único, Inciso II, c/c os arts. 12 e 13 da Lei Municipal nº 3487/2022.

Considerando que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF sob o n. \_\_\_\_\_ foi consagrada vencedora da Concorrência Eletrônica n. \_\_\_\_\_, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o Contrato nº \_\_\_\_\_, Convênio \_\_\_\_\_, por intermédio do \_\_\_\_\_, constantes dos autos do Processo Administrativo sob nº \_\_\_\_\_.

#### **DETERMINA:**

I - O início da execução dos serviços da obra de \_\_\_\_\_, **vinculado ao Contrato nº \_\_\_\_\_.**

II - A empresa deverá mobilizar a equipe e iniciar a execução da obra **no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias corridos**, contados dessa data e executar os serviços obedecendo rigorosamente às cláusulas contidas no contrato, projeto básico de demais documentos contidos no processo administrativo supracitado.

III - A contagem do prazo de execução será iniciada a partir da data da última assinatura deste documento.

Cumpra-se,  
Publique-se.

Ji-Paraná, na data da assinatura.

\_\_\_\_\_  
Secretário Municipal de Planejamento  
Decreto N.º

**Empresa**  
CNPJ nº \_\_\_\_\_

Representante Legal







## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Projeto Básico</b>	<b>3</b>	<b>25/02/2026</b>	
ID:	<b>2465866</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>CD402AFE</b>		
Processo:	<b>1-3017/2024</b>		
Usuário:	<b>MARCELO APARECIDO DE OLIVEIRA</b>		
Criação:	<b>25/02/2026 12:31:36</b>	Finalização:	<b>25/02/2026 12:34:21</b>
MD5:	<b>C31FB1E47FDEE89F87C6DDDAF311C19B</b>		
SHA256:	<b>68245BA7E2C160F43D1E2E7A53B00C67BB69D8FDF74D3C0557B7D444D5805C04</b>		

Súmula/Objeto:

**Projeto Básico revisado**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER 25/02/2026 12:31:36


### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA 25/02/2026 12:31:36

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ALESSANDRO BARROSO DUARTE SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES 25/02/2026 12:37:21

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 JUNIOR FELICIO MARQUES SUPERVISOR (A) EXECUTIVO - SEMES 25/02/2026 12:38:48

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2465866 e o CRC CD402AFE.



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1 3017/2024**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SÃO  
CRISTÓVÃO**





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**

## **1 - INTRODUÇÃO**

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

**Referência: Inciso XI, do art. 2º e art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.**

## **2 - INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Processo Administrativo nº 3017/2024

Projeto: Construção de Praça no Bairro São Cristóvão.

Área total de **7.571,97 m²**

Coordenadas 10°54'17.36"S e 61°55'19.66"O.

Convenio nº: 897539/2020 - MINISTÉRIO DA DEFESA

Identificação Da Área Requisitante: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEMES

Nome Do Responsável: Alessandro Barroso

## **3 – OBJETO**

O objeto do presente estudo técnico é a contratação de empresa para a execução da Construção de Praça no Bairro São Cristóvão no Município de Ji-Paraná, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários à sua execução, para atender as necessidades do Município.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

**4 – CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

O objeto da licitação tem a natureza de serviço obra de engenharia, pois os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados podem ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado, com natureza padronizável e pouco complexa.

**5 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Trata-se de bairro populoso que necessita de lugar recreativo para fazer exercícios, brincar, encontrar outras pessoas e socializar. Um espaço público e aberto de qualidade é essencial para gerar conexões humanas nos bairros. Ter um espaço aberto para desfrutar certamente estimula um senso de comunidade e pertencimento ao meio ambiente próximo, ao mesmo tempo em que cria efeitos psicológicos positivos ao estabelecer relações entre os membros da comunidade. A implementação deste projeto busca oferecer ao município, espaços requalificados para o lazer durante toda a vigência contratual, melhorando a qualidade de vida da população, como também, o interesse dos usuários em manter os equipamentos públicos conservados e acessíveis para todos.

**6- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

- a- Atender os requisitos exigidos por normas regulamentares, amplamente conhecidas, tanto de segurança no trabalho (NR's) quanto de cunho técnico (Associação Brasileira de Norma Técnicas – ABNT).
- b- Os serviços não possuem natureza continuada, haja vista se tratarem de serviços intermitentes, cuja interrupção não compromete de imediato a continuidade das atividades da Administração;
- c- A Contratada deverá ser registrada no Conselho CREA e/ou CAU,
- d- Serão de total responsabilidade da Contratada o provimento de materiais, mão de obra e equipamentos inerentes a execução dos serviços;
- e- O Contrato deverá ser firmado na integralidade dos itens, entretanto a execução da obra serão demandas através da autorização por Ordem de Serviço;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

- f- A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços;
- g- Ao término dos serviços, a contratada deverá remover todo entulho decorrente da execução da obra obedecendo às regras definidas na Resolução 307 de 05 de julho de 2002, do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), a qual estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil.
- h- Certidão de registro e quitação da contratada junto ao CREA e/ou CAU, da qual deverá constar os profissionais habilitados que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução nº 1.121/2019 do CONFEA e demais normativos vigentes aplicáveis, bem como comprovação de regularidade das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, nos termos da Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA.
- i- Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnicos expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado;
- j- Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- k- A contratada deverá garantir os serviços executados pelo prazo mínimo previsto na legislação vigente, responsabilizando-se pela correção de eventuais vícios, defeitos ou falhas construtivas identificadas durante o período de garantia, sem ônus adicional para a Administração;
- l- A contratada deverá assegurar a prestação dos serviços nos prazos estabelecidos no contrato e nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração, observando-se os cronogramas físico-financeiros aprovados;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

m- A realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços poderá ser exigida dos licitantes, quando julgada necessária pela Administração, com o objetivo de garantir pleno conhecimento das condições locais para elaboração da proposta;

**7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

Projeto executivo foi desenvolvido com base no levantamento e no projeto arquitetônico existente o qual foi criteriosamente detalhado em planilha, revisado, de forma a não haver inconformidades entre os quantitativos levantados e as quantidades a serem executadas.

A estimativa das quantidades foi levantada pela empresa PAS - PROJETO, ASSESSORIA E SISTEMA LTDA, inscrita sob o CNPJ 08.593.703/0001-82 e pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ. A estimativa encontra-se detalhada no processo administrativo nº 1 3017/2024 e também juntado nestes autos.

Descrição	Und	Quant.
<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>		
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF 03/2022 PS	m²	6,00
EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF 02/2016	m²	4,00
LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF 05/2018	m²	7.571,97
<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		
ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	55,00
ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	140,00
<b>REVESTIMENTO DE PISO</b>		
LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF 01/202	m²	864,63
PISO EM BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 10cm COM REJUNTAMENTO	m²	2976,48
LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF 01/2024	m³	2,09





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF 07/2019	m³	0,91
LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF 07/2019	m³	14,12
LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF 07/2019	m³	2,19
<b>PINTURA</b>		
PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF 05/2021	m²	822,47
PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF 05/2021	m²	37,80
<b>ARBORIZAÇÃO</b>		
PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF 05/2018	UN	49,00
PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF 05/2018	UN	8,00
PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF 05/2018	UN	4,00
PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF 05/2018	m²	2.999,33
<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>		
ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 04/2016	M	30,00
ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015	M	2,14
ELETRODUTO FLEXÍVEL LISO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015	M	433,51
ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015	M	25,05
ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015	M	9,00
CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF 12/2020	UN	29,00
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015	M	750,61
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015	M	702,00





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM <sup>2</sup> , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015	M	1.366,60
RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2020	UN	1,00
DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020	UN	1,00
DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020	UN	5,00
ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 10 M, CARGA NOMINAL DE 300 DAN, ENGASTAMENTO BASE CONCRETADA COM 1 M DE CONCRETO E 0,6 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF 11/2019	UN	26,00
POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 150 KG, H = 10 M (NBR 8451)	UN	26,00
HASTE DE ATERRAMENTO 3/4 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2017	UN	3,00
CONECTOR GRAMPO METÁLICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 3/4" E CABOS DE 10 A 50 MM <sup>2</sup> - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2023	UN	3,00
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020	UN	1,00
CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM <sup>2</sup> , ENTERRADA, SEM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2017	M	9,00
LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015	UN	4,00
CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015	UN	1,00
CONECTOR PARAFUSO FENDIDO BIMETÁLICO 10MM. REFERENTE SBC (078049)(07/2023)	UN	78,00
DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO DPS 20KA - 275V. REFERENCIA CAERN (2070305)(11/2022)	UN	4,00
CONTATOR TRIPOLAR I NOMINAL 38A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020	UN	1,00
LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 138 W ATÉ 180 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2020	UN	52,00
<b>ACESSÓRIOS</b>		
<b>PLAYGROUND</b>		
BALANÇO METÁLICO DE DOIS LUGARES. REFERENCIA ORSE (9166)(05/2023)	un	1,00
CASA DO TARZAN	UNID	1,00
INSTALAÇÃO DE GIRA GIRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	UN	1,00





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

INSTALAÇÃO DE ESCORREGADOR. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	UN	1,00
INSTALAÇÃO DE GANGORRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	UN	1,00
INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARAN-DUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF 11/2021	UN	80,40
BANCO DE MADEIRA C/ASSENTO FIXADO EM CONCRETO E ENCOSTO FIXADO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" (MÓDULO DE 2,60m). REFERNCIA SEINFRA(3611)(028)	UN	12,00
CONCRETAGEM DE VALETA/ CANALETA MOLDADA IN LOCO. AF_05/2025	UN	9,90
INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF 11/2021	UN	5,00

## 8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A fim de se atingir o resultado esperado com a contratação do objeto, a contratada deverá seguir e executar os **PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CADERNOS DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**, elaborados pela empresa PAS - PROJETO, ASSESSORIA E SISTEMA LTDA e PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ disponibilizados nos autos processuais para a execução da CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, com as seguintes características principais: Serviços Preliminares (Placa de Obra, Execução de Almojarifado e Limpeza Mecanizada de Camada Vegetal; Revestimento de piso (Execução da passeio (calçada), Execução de Passeio em Piso Intertravado; Lastro de Material Granular (Pedra Britada nº01 e nº 02, Areia Média e Seixo Rolado); Pintura (Pintura Acrílica em piso cimentado, Sinalização Horizontal), Arborização (Arvores com até 2,0m, Arbusto, Palmeira e Grama); Instalações Elétricas (Eletroduto Flexível, Caixa de Passagem, Cabo de Cobre Flexível, Contador Tripolar, Disjuntores Bipolar e Tripolar, Poste aço Continuo Curvo Duplo, Lâmpada de Vapor de Sódio 250 W, e Quadro de Distribuição); e Acessórios (Aquisição e Instalação de Parque Infantil)







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

**9 - ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa de preços da contratação é compatível com os quantitativos levantados no projeto executivo e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. As tabelas SINAPI são um conjunto de dados técnicos elaborados pela Caixa Econômica Federal em conjunto com o IBGE cujo objetivo é fornecer uma base de referência para orçamentos de construção civil.

Baseado no projeto executivo (ID 2115801) e Planilha orçamentaria (ID 2115545) orçamento prévio estimado o valor total é de **R\$ 570.367,53 (Quinhentos e setenta mil trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos).**

**10 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem ser, sempre que técnica e economicamente viáveis, parceladas, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Entretanto, no presente caso, a contratação será realizada em lote único, considerando a natureza integrada do objeto, que compreende a execução de obra de engenharia para construção de praça pública, incluindo serviços de infraestrutura, pavimentação, instalações elétricas, paisagismo, implantação de mobiliário urbano e instalação de equipamentos de playground.

O parcelamento do objeto, com a realização de certames distintos para a obra civil e para o fornecimento e instalação dos equipamentos, poderia acarretar prejuízos técnicos e operacionais, tais como:

- I – dificuldade de compatibilização entre cronogramas físicos de execução;
- II – risco de sobreposição ou lacunas de responsabilidade entre contratadas distintas;
- III – aumento da complexidade da fiscalização e da gestão contratual;
- IV – possibilidade de paralisação parcial da obra em caso de inadimplemento de um dos contratados;
- V – comprometimento da garantia técnica e funcional do conjunto da obra;
- VI – prejuízo à padronização estética e funcional dos equipamentos urbanos e do playground.

Ademais, a instalação dos equipamentos de playground e mobiliário urbano demanda







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

a execução prévia de bases estruturais, fundações, nivelamento do solo, infraestrutura elétrica e adequações no sistema de drenagem e pavimentação, caracterizando interdependência técnica direta com os serviços de engenharia.

Dessa forma, resta tecnicamente justificada a adoção de lote único, em conformidade com o art. 40, §3º, inciso I, e art. 47 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de solução mais eficiente do ponto de vista técnico, operacional e de fiscalização contratual.

### **11 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

O objeto em questão está enquadrado como obra de engenharia, e deverá ser licitada por preço global, devendo ser avaliado os preços unitários da planilha orçamentária, os quais não poderão ter itens com valor zero ou inexequíveis.

### **12 - BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

A execução da obra resultará em um lugar onde as pessoas possam interagir e criar vínculos, gerando maior qualidade de vida e proporcionando maior segurança. São inúmeros os benefícios trazidos pelas praças públicas, eles decorrem tanto da vegetação que pode ser abrigada por elas, quanto de aspectos subjetivos relacionados à sua existência, como a influência positiva no psicológico da população, proporcionada pelo contato com a área verde e/ou pelo uso do espaço para o convívio social. Desse modo o resultado esperado é melhor qualidade de vida e de moradia, além do desenvolvimento urbanístico da área para toda população do bairro São Cristóvão.

### **13 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- Relatório circunstanciado contendo a descrição e avaliação da opção selecionada, elaborado pela autoridade competente (§1º, Incisivo V do art. 40 da Lei 14.133/21);
- Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, ou o complexo de obras, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

- Elaboração do Projeto básico, contendo todos os elementos necessários para a execução da obra. (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);
- Aprovação do Projeto;
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Entre outros.

Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

- Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar a obra, por servidor ou comissão especialmente designada.
- Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório, a licitante deverá observar as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 relativas à participação no certame, bem como as diretrizes aplicáveis à execução de obras, além de atender às normas correlatas pertinentes ao objeto da contratação, especialmente:

- Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Projeto Básico e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.
- Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

local da obra.

Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

#### **14 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – ABNT NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos. Todos os resíduos sólidos gerados durante as obras deverão ser gerenciados conforme Resolução Conama nº 307 de 05/07/2002.

**PROCESSO SISDAM Nº: 1801225606.**

#### **15 - MAPEAMENTO DE RISCOS**

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do



## ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO

contrato.

Tendo em vista que o mapeamento de riscos descreverá e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento:

### **RISCO 1: LICITAÇÃO DESERTA OU COM LOTE DESERTO**

- 1- **Probabilidade:** Baixa
- 2- **Impacto:** Alto
- 3- **Dano:** Não realizar a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a concorrência.
- 4- **Ação Preventiva:** Encaminhar Projeto Básico durante a fase de cotação de preços para a maior quantidade de possíveis interessados em participar da licitação, distribuir o quantitativo de serviços existentes em lotes que sejam atrativos
- 5 - **Ação De Contingência:** Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocado a desistência de possíveis empresas interessadas.

### **RISCO 2: FALÊNCIA DA EMPRESA VENCEDORA**

- 1- **Probabilidade:** Baixa
- 2- **Impacto:** Alto
- 3- **Dano:** Atraso nos serviços
- 4- **Ação Preventiva** Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados, colocar regra no Edital que, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a segunda colocada poderá ser habilitada, exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou serviços semelhante ao contratado, ao menos 30%. Exigir o nível máximo de garantia contratual permitido em lei com vistas a assegurar o compromisso da empresa na prestação adequada dos serviços
- 5 - **Ação De Contingência:** Acompanhar com rigor o IMR, mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento,





## **ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.

### **RISCO 3: LICITAÇÃO DESERTA**

- 1 -Probabilidade:** Baixa
- 2 -Impacto:** Médio
- 3 - Dano:** Atraso dos serviços
- 4 - Ação Preventiva:** Manter Data Base Da Proposta Do Município Com Valores Atualizados, Bem Como Elaboração De Parcela De Maior Relevância Com Quantitativos Aceitáveis, Levando Em Consideração Os Serviços Essenciais Do Objeto.
- 5 - Ação De Contingência:** Atualização De Proposta E Republicação De Edital.

### **16 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Posicionamento conclusivo sobre a adequação para o atendimento da necessidade a que se destina.

**Existe a viabilidade técnica,** orçamentária e financeira para a execução da obra.

### **17 – JUSTIFICATIVA DE VIABILIDADE**

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Projeto Básico e demonstrou ser viável a contratação demandada, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade, demonstrado assim a viabilidade da contratação pretendida e o atendimento ao Interesse Público que é o cerne finalístico da propositura da demanda. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

### **19 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÕES ANUAL**

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações – PCA do Município, conforme Documento de Formalização de Demanda (DFD) constante no ID 2421993, devidamente registrado no processo administrativo.

A contratação está alinhada ao planejamento estratégico da Administração Municipal



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO**

e será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**20 – LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado visando identificar as soluções disponíveis para a execução da obra de construção da praça pública, compreendendo serviços de engenharia e fornecimento de equipamentos urbanos.

1. Contratação por meio de Concorrência Eletrônica, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021, para execução da obra com fornecimento de materiais e equipamentos;
2. Parcelamento da contratação em dois certames distintos, sendo um para execução da obra civil e outro para aquisição de equipamentos de playground e mobiliário urbano.

**21 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/ OU INTERDEPENDENTES**

Não há, até a presente data, contratações correlatas ou interdependentes que impactem diretamente a execução do objeto desta contratação, nos termos do art. 18, §1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

**18 – RESPONSÁVEIS**

(assinado eletronicamente)  
**JEFFERSON ANTONIO DA SILVA LOCATELLI**  
Arquiteto e Urbanista  
CAU - A265119-0/RO  
Matricula nº 999898

(assinado eletronicamente)  
**ALESSANDRO BARROSO DUARTE**  
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

JI-PARANÁ, 12 de fevereiro de 2026





# Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Estudo Técnico</b>	<b>ETP - PROC 3017-2024 PRAÇA SÃO</b>	<b>24/02/2026</b>

ID:	<b>2460883</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>0482282C</b>		
Processo:	<b>1-3017/2024</b>		
Usuário:	<b>JEFFERSON ANTONIO LOCATELLI</b>		
Criação:	<b>24/02/2026 15:15:24</b>	Finalização:	<b>24/02/2026 15:15:24</b>

MD5: **59DF443CBD004FFB347676F9DB7785CE**

SHA256: **3AC528FBD652BFBC0A260E7081A29797C082106BFC998005D0A0B9E2D18863AE**

Súmula/Objeto:

**Estudo tecnico**


### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER 24/02/2026 15:15:24


### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA 24/02/2026 15:15:24

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 JEFFERSON ANTONIO LOCATELLI ASSESSOR (A) ESPECIAL - SEMPLAN 24/02/2026 15:16:30

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 ALESSANDRO BARROSO DUARTE SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES 24/02/2026 15:17:56

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2460883 e o CRC 0482282C.

ENDEREÇO: AVENIDA GRÉCIA, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO  
RESPONSÁVEL: NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ART: 8500416798

**Planilha Orçamentária Resumida**

Item	Descrição	Total	Peso (%)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	14.271,39	2,50 %
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	17.922,99	3,14 %
3	REVESTIMENTO DE PISO	206.759,53	36,25 %
4	PINTURA	25.286,38	4,43 %
5	ARBORIZAÇÃO	76.192,49	13,36 %
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	161.693,60	28,35 %
7	ACESSÓRIOS	68.241,15	11,96 %



Documento assinado digitalmente  
**NATALIA APARECIDA DOS SANTOS**  
Data: 06/10/2025 13:17:36-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Total sem BDI** 474.738,98  
**Total do BDI** 95.628,55  
**Total Geral** 570.367,53

NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ENGª CIVIL CREA 20964DRO









## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Planilha Orçamentária		RESUMO_assinado		15/10/2025
ID:	2115542	Processo	Documento	
CRC:	886A9B65			
Processo:	1-3017/2024			
Usuário:	NATALIA APARECIDA DOS SANTOS			
Criação:	15/10/2025 07:48:00	Finalização:	15/10/2025 07:48:00	
MD5:	7ACB1DE8FFF2B44BDDDA0A34EB14E21C			
SHA256:	2DF1869E8909032691D6EC04ED3F8D702551F8AC03D85449AB526B43B08D3EB8			
Súmula/Objeto:				
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN		Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:48:00
ASSUNTOS				
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA				15/10/2025 07:48:00

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115542 e o CRC 886A9B65.



**SEMPLAN**  
Secretaria Municipal  
de Planejamento

**Obra**  
**ORÇAMENTO CONSTRUÇÃO DE PRAÇA - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO**

**Bancos**  
**SINAPI - 08/2025 - Rondônia**  
**SBC - 08/2025 - Rondônia**  
**SEINFRA - 028 - Ceará**

**B.D.I.**  
**20,35%**

**Encargos Sociais**  
**Não Desonerado: 0,00%**

**ENDEREÇO: AVENIDA GRÉCIA, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO**  
**RESPONSÁVEL: NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS**  
**ART: 8500416798**

**Orçamento Sintético**

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
<b>1</b>			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>14.271,39</b>	<b>2,50 %</b>
1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF. 03/2022 PS	m²	6	466,43	561,35	3.368,10	0,59 %
1.3	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF. 03/2024	m²	7571,97	0,72	0,87	6.587,61	1,15 %
1.4	012158	SBC	ALUGUEL MENSAL CONTAINER-ALMOXARIFADO-6,0x2,4m	MES	3	1.195,31	1.438,56	4.315,68	0,76 %
<b>2</b>			<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					<b>17.922,99</b>	<b>3,14 %</b>
2.1	CPU - 96559	Próprio	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE	UN	1	14.892,39	17.922,99	17.922,99	3,14 %
<b>3</b>			<b>REVESTIMENTO DE PISO</b>					<b>206.759,53</b>	<b>36,25 %</b>
3.1	95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER. ESPESSURA DE 5 CM. AF. 01/2024	m²	864,63	51,43	61,90	53.520,60	9,38 %
3.2	171554	SBC	PISO EM BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 10cm COM REJUNTAMENTO	m²	2976,48	41,02	49,37	146.948,82	25,76 %
3.3	100324	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF. 01/2024	m³	0,91	345,39	415,68	378,27	0,07 %
3.4	100323	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF. 01/2024	m³	14,12	245,58	295,56	4.173,31	0,73 %
3.5	96624	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF. 01/2024	m³	2,09	346,13	416,57	870,63	0,15 %
3.6	100322	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.3), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF. 01/2024	m³	2,19	329,29	396,30	867,90	0,15 %
<b>4</b>			<b>PINTURA</b>					<b>25.286,38</b>	<b>4,43 %</b>
4.1	102491	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF. 05/2021	m²	822,47	23,01	27,69	22.774,19	3,99 %
4.2	102513	SINAPI	PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF. 05/2021	m²	37,8	55,22	66,46	2.512,19	0,44 %
<b>5</b>			<b>ARBORIZAÇÃO</b>					<b>76.192,49</b>	<b>13,36 %</b>
5.1	98510	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF. 07/2024	UN	49	204,42	246,02	12.054,98	2,11 %
5.2	98509	SINAPI	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF. 07/2024	UN	8	144,26	173,62	1.388,96	0,24 %
5.3	98516	SINAPI	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF. 07/2024	UN	4	567,50	682,99	2.731,96	0,48 %
5.4	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF. 07/2024	m²	2999,33	16,63	20,01	60.016,59	10,52 %
<b>6</b>			<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>					<b>161.693,60</b>	<b>28,35 %</b>
6.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF. 02/2021	m³	39,4	106,52	128,20	5.051,08	0,89 %
6.2	91857	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 03/2023	M	2,14	17,72	21,33	45,65	0,01 %
6.3	104737	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF. 08/2023	m³	38	26,62	32,04	1.217,52	0,21 %
6.4	97668	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2021	M	30	15,07	18,14	544,20	0,10 %
6.5	91851	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL LISO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 03/2023	M	433,51	11,19	13,47	5.839,38	1,02 %
6.6	91847	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 03/2023	M	25,05	14,54	17,50	438,38	0,08 %
6.7	93009	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO	M	9	30,19	36,33	326,97	0,06 %
6.8	97881	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,30x0,30x0,3 M.	UN	29	141,76	170,61	4.947,69	0,87 %
6.9	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	750,61	11,85	14,26	10.703,70	1,88 %
6.10	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	702	5,08	6,11	4.289,22	0,75 %
6.11	92980	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 10/2020	M	1366,6	12,28	14,78	20.198,35	3,54 %
6.12	101632	SINAPI	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 02/2025	UN	1	36,45	43,87	43,87	0,01 %
6.13	93673	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 07/2025	UN	1	99,85	120,17	120,17	0,02 %
6.14	93662	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 07/2025	UN	5	57,63	69,36	346,80	0,06 %
6.15	100623	SINAPI	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	26	2.276,56	2.739,84	71.235,84	12,49 %
6.16	96986	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2023	UN	3	107,85	129,80	389,40	0,07 %
6.17	104749	SINAPI	CONECTOR GRAMPO METÁLICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 3/4" E CABOS DE 10 A 50 MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2023	UN	3	20,25	24,37	73,11	0,01 %
6.18	101878	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18	UN	1	608,35	732,15	732,15	0,13 %
6.19	96977	SINAPI	CORDALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2023	M	9	66,96	80,59	725,31	0,13 %
6.20	93014	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2021	UN	4	20,43	24,59	98,36	0,02 %
6.21	93020	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA -	UN	1	31,97	38,48	38,48	0,01 %
6.22	(078049)(07/2023)	SBC Próprio	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO BIMETÁLICO 10MM. REFERENTE SBC (078049)(07/2023)	UN	78	23,25	27,98	2.182,44	0,38 %
6.23	101903	SINAPI	CONTATOR TRIPOLAR I NOMINAL 38A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 07/2025	UN	1	414,47	498,81	498,81	0,09 %
6.24	106027	SINAPI	DISPOSITIVO DPS 20KA-175V OU 275V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 07/2025	UN	3	73,62	88,60	265,80	0,05 %
6.25	101658	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 138 W ATÉ 180 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 02/2025 PS	UN	52	500,80	602,71	31.340,92	5,49 %
<b>7</b>			<b>ACESSÓRIOS</b>					<b>68.241,15</b>	<b>11,96 %</b>
<b>7.1</b>			<b>PLAYGROUND</b>					<b>68.241,15</b>	<b>11,96 %</b>
7.1.1	CPU - ORSE (9166)(05/2023)	Próprio	BALANÇO METÁLICO DE DOIS LUGARES. REFERENCIA ORSE (9166)(05/2023)	un	1	3.062,92	3.497,85	3.497,85	0,61 %
7.1.2	CPU - CASA	Próprio	CASA DO TARZAN	UNID	1	6.497,41	7.420,04	7.420,04	1,30 %
7.1.3	CPU - SINAPI (103191)(12/2023)	Próprio	INSTALAÇÃO DE GIRA GIRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	UN	1	2.098,39	2.396,36	2.396,36	0,42 %

7.1.4	CPU1 - SINAPI (103191)(12/2023)	Próprio	INSTALAÇÃO DE ESCORREGADOR. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	UN	1	2.098,39	2.396,36	2.396,36	0,42 %
7.1.5	CPU2 - SINAPI (103191)(12/2023)	Próprio	INSTALAÇÃO DE GANGORRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	UN	1	2.550,27	2.912,41	2.912,41	0,51 %
7.1.6	CPU-3611	Próprio	BANCO DE MADEIRA C/ASSENTO FIXADO EM CONCRETO E ENCOSTO FIXADO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" (MÓDULO DE 2,60m)	UN	12	689,61	829,95	9.959,40	1,75 %
7.1.7	103307	SINAPI	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF 11/2021	UN	5	1.353,83	1.629,33	8.146,65	1,43 %
7.1.8	105944	SINAPI	CONCRETAGEM DE VALETA/ CANALETA MOLDADA IN LOCO. AF_05/2025	m³	9,9	1.096,15	1.319,22	13.060,28	2,29 %
7.1.9	CPU - 96583	Próprio	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF 11/2021	M²	80,4	190,69	229,50	18.451,80	3,24 %

Total sem BDI 474.738,98  
Total do BDI 95.628,55  
Total Geral 570.367,53

NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ENGª CIVIL CREA 20964DRO

Documento assinado digitalmente



NATALIA APARECIDA DOS SANTOS

Data: 05/10/2025 13:17:36-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>







## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Planilha Orçamentária		SINTETICO_assinado		15/10/2025
ID:	2115543	Processo	Documento	
CRC:	3D85B4F0			
Processo:	1-3017/2024			
Usuário:	NATALIA APARECIDA DOS SANTOS			
Criação:	15/10/2025 07:48:00	Finalização:	15/10/2025 07:48:00	
MD5:	C1118232DAC8D1A339E27D273FF127D6			
SHA256:	DED549E03A309F307830006BCB2CC3827F8D80582D39FFA29466D438BB8F2736			
Súmula/Objeto:				
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN		Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:48:00
ASSUNTOS				
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA				15/10/2025 07:48:00

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115543 e o CRC 3D85B4F0.

**ENDEREÇO: AVENIDA GRÉCIA, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO**  
**RESPONSÁVEL: NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS**  
**ART: 8500416798**

**Composições Analíticas com Preço Unitário**  
**Composições Principais**

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.4								
Composição	012158	SBC	ALUGUEL MENSAL CONTAINER-ALMOXARIFADO-6,0x2,4m	INSTALACOES PROVISORIAS	MES	1,0000000	1.195,31	1.195,31
Insumo	010075	SBC	ALUGUEL MENSAL CONTAINER ALMOXARIFADO 6,0x2,4m SEM SANITARIO	Material	MES	1,0000000	1.195,31	1.195,31
					MO sem LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
					Valor do BDI =>	243,25	Valor com BDI =>	1.438,56
2.1								
Composição	CPU - 96559	Próprio	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	UN	1,0000000	14.892,39	14.892,39
Composição Auxiliar	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	140,0000000	29,98	4.197,20
Composição Auxiliar	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	55,0000000	132,45	7.284,75
Composição Auxiliar	9748003	DER-RO 07/2025	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0000000	3.410,44	3.410,44
					MO sem LS =>	14.364,64	MO com LS =>	14.364,64
					Valor do BDI =>	3.030,60	Valor com BDI =>	17.922,99
3.2								
Composição	171554	SBC	PISO EM BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 10cm COM REJUNTAMENTO	PAVIMENTACOES EXTERNAS	m²	1,0000000	41,02	41,02
Insumo	000050	SBC	CIMENTO PORTLAND CP III 32RS NBR 11578 (quilo)	Material	KG	12,3600000	1,08	13,34
Insumo	000100	SBC	AREIA GROSSA LAVADA	Material	m³	0,0360000	151,96	5,47
Insumo	099600	SBC	CALCETEIRO	Mão de Obra	H	0,6010000	20,54	12,34
Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	0,6010000	16,43	9,87
					MO sem LS =>	22,21	MO com LS =>	22,21
					Valor do BDI =>	8,35	Valor com BDI =>	49,37
6.22								
Composição	SBC (078049)(07/2023)	Próprio	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO BIMETALICO 10MM. REFERENTE SBC (078049)(07/2023)	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E	UN	1,0000000	23,25	23,25
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2450000	33,05	8,09
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2450000	29,26	7,16
Insumo	00011856	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 10 MM2	Material	UN	1,0000000	8,00	8,00
					MO sem LS =>	11,49	MO com LS =>	11,49
					Valor do BDI =>	4,73	Valor com BDI =>	27,98
7.1.1								
Composição	CPU - ORSE (9166)(05/2023)	Próprio	BALANÇO METÁLICO DE DOIS LUGARES. REFERENCIA ORSE (9166)(05/2023)	URBA - URBANIZAÇÃO	un	1,0000000	3.062,92	3.062,92
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	26,93	26,93
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	30,99	30,99
Insumo	PAINEL DE PREÇOS	Próprio	BALANÇO METÁLICO DOIS LUGARES	Material	UND	1,0000000	3.005,00	3.005,00
					MO sem LS =>	42,95	MO com LS =>	42,95
					Valor do BDI =>	434,93	Valor com BDI =>	3.497,85
7.1.2								
Composição	CPU - CASA (9166)(05/2023)	Próprio	CASA DO TARZAN	URBA - URBANIZAÇÃO	UNID	1,0000000	6.497,41	6.497,41
Insumo	PAINEL DE PREÇOS	Próprio	CASA DO TARZAN	Material	UND	1,0000000	6.497,41	6.497,41
					MO sem LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
					Valor do BDI =>	922,63	Valor com BDI =>	7.420,04
7.1.3								
Composição	CPU - SINAPI (103191)(12/2023)	Próprio	INSTALAÇÃO DE GIRA GIRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	URBA - URBANIZAÇÃO	UN	1,0000000	2.098,39	2.098,39
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,6898000	31,44	53,12
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8449000	26,93	22,75
Insumo	COTAÇÃO 1	Próprio	GIRA GIRA	Material	UND	1,0000000	2.022,52	2.022,52
					MO sem LS =>	56,58	MO com LS =>	56,58
					Valor do BDI =>	297,97	Valor com BDI =>	2.396,36
7.1.4								
Composição	CPU1 - SINAPI (103191)(12/2023)	Próprio	INSTALAÇÃO DE ESCORREGADOR. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	URBA - URBANIZAÇÃO	UN	1,0000000	2.098,39	2.098,39
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,6898000	31,44	53,12
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8449000	26,93	22,75
Insumo	PAINEL DE PREÇOS	Próprio	ESCORREGADOR	Material	UND	1,0000000	2.022,52	2.022,52
					MO sem LS =>	56,58	MO com LS =>	56,58
					Valor do BDI =>	297,97	Valor com BDI =>	2.396,36
7.1.5								
Composição	CPU2 - SINAPI (103191)(12/2023)	Próprio	INSTALAÇÃO DE GANGORRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	URBA - URBANIZAÇÃO	UN	1,0000000	2.550,27	2.550,27
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,6898000	31,44	53,12
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8449000	26,93	22,75
Insumo	PAINEL DE PREÇOS	Próprio	GANGORRA	Material	UND	1,0000000	2.474,40	2.474,40
					MO sem LS =>	56,58	MO com LS =>	56,58

Valor do BDI => 362,14 Valor com BDI => 2.912,41

7.1.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-3611	Próprio	BANCO DE MADEIRA C/ASSENTO FIXADO EM CONCRETO E ENCOSTO FIXADO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" (MÓDULO DE 2,60m)	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	UN	1,0000000	689,61	689,61	
Composição Auxiliar	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE	Pintura em Superfícies Metálicas	m²	0,1530000	55,69	8,52	
Composição Auxiliar	102223	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 3 DEMÃOS. AF 01/2021	Pintura em Madeira	m²	3,5000000	35,13	122,95	
Composição Auxiliar	C0836	SEINFRA	CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL	CONCRETOS	m³	0,2200000	520,88	114,59	
Composição Auxiliar	C1603	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVAÇÃO	CONCRETOS	m³	0,2200000	296,38	65,20	
Composição Auxiliar	C1256	SEINFRA	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M	ESCAVAÇÕES EM CAMPO ABERTO	m³	0,0500000	59,36	2,96	
Insumo	00000252	SINAPI	AJUDANTE DE SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	0,5000000	20,82	10,41	
Insumo	00006110	SINAPI	SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	0,0740000	23,31	1,72	
Insumo	00001213	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS	Mão de Obra	H	0,0800000	23,31	1,86	
Insumo	00004332	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 2"	Material	UN	4,0000000	1,26	5,04	
Insumo	00004465	SINAPI	PRANCHA NAO APARELHADA *6 X 25* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	2,0000000	44,65	89,30	
Insumo	00021015	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM ( 3"), E = 3,35 MM, *7,32" KG/M (NBR 5580)	Material	M	1,8500000	126,29	233,63	
Insumo	00001319	SINAPI	CHAPA DE ACO FINA A QUENTE BITOLA MSG 3/16 ", E = 4,75 MM (38,00 KG/M2)	Material	KG	0,6000000	10,93	6,55	
Insumo	00011964	SINAPI	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75 MM	Material	UN	8,0000000	2,76	22,08	
Insumo	00004333	SINAPI	PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 3,2 MM, COMPRIMENTO 16 MM	Material	UN	16,0000000	0,30	4,80	
				MO sem LS =>	190,17	LS =>	0,00	MO com LS =>	190,17
				Valor do BDI =>	140,34	Valor com BDI =>			829,95

7.1.9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	CPU - 96583	Próprio	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF 11/2021	Mobiliário Urbano	M²	1,0000000	190,69	190,69		
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,4210000	30,99	13,04		
Composição Auxiliar	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,4210000	28,54	12,01		
Insumo	00039027	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	Material	KG	0,0312000	18,51	0,57		
Insumo	00035276	SINAPI	PILAR QUADRADO NAO APARELHADO *20 X 20* CM, EM	Material	M	0,5000000	189,48	94,74		
Insumo	00020213	SINAPI	VIGA APARELHADA *6 X 12* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	Material	M	2,7000000	26,05	70,33		
					MO sem LS =>	18,81	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,81
					Valor do BDI =>	38,81	Valor com BDI =>			229,50

Documento assinado digitalmente



NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
Data: 06/10/2025 13:15:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Total sem BDI  
Total do BDI  
Total Geral

474.738,98  
95.628,55  
570.367,53

NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ENGª CIVIL CREA 20964DRO





ID: 2115544 e CRC: 728F985D



## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Planilha Orçamentária		CPU_assinado		15/10/2025
ID:	2115544		Processo	Documento
CRC:	728F985D			
Processo:	1-3017/2024			
Usuário:	NATALIA APARECIDA DOS SANTOS			
Criação:	15/10/2025 07:48:00	Finalização:	15/10/2025 07:48:01	
MD5:	ABD264A8909FAD43D1886392497A870F			
SHA256:	0CFBAB38102C141D7213767D3CCA6E9B2E2EA443572FA622EB38BC9E70DEB2B1			
Súmula/Objeto:				
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN		Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:48:00
ASSUNTOS				
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA				15/10/2025 07:48:00

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115544 e o CRC 728F985D.





**SEMPLAN**  
Secretaria Municipal  
de Planejamento

Obra  
**ORÇAMENTO CONSTRUÇÃO DE PRAÇA - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO**

Bancos  
SINAPI - 08/2025 - Rondônia  
SBC - 08/2025 - Rondônia  
SEINFRA - 028 - Ceará

B.D.I.  
20,35%

Encargos Sociais  
Não Desonerado: 0,00%

ENDEREÇO: AVENIDA GRÉCIA, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO  
RESPONSÁVEL: NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ART: 8500416798

Curva ABC de Serviços									
Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
171554	SBC	PISO EM BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 10cm COM REJUNTAMENTO	PAVIMENTACOES EXTERNAS	m²	2.976,48	41,02	122.095,20	25,72	25,72
100623	SINAPI	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	Postes de Concreto e Metálicos	UN	26,0	2.276,56	59.190,56	12,47	38,19
98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	Paisagismo - Plantio	m²	2.999,33	16,63	49.878,85	10,51	48,69
95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	Lastro	m²	864,63	51,43	44.467,92	9,37	58,06
101658	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 138 W ATÉ 180 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025 PS	Luminárias Externas	UN	52,0	500,80	26.041,60	5,49	63,55
102491	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRILICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	Pintura para Pisos e para Sinalização Horizontal e Vertical	m²	822,47	23,01	18.925,03	3,99	67,53
92980	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	1.366,6	12,28	16.781,84	3,53	71,07
CPU - 96583	Próprio	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF_11/2021	Mobiliário Urbano	M²	80,4	190,69	15.331,47	3,23	74,30
CPU - 96559	Próprio	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	UN	1,0	14.892,39	14.892,39	3,14	77,43
105944	SINAPI	CONCRETAGEM DE VALETA/ CANALETA MOLDADA IN LOCO. AF_05/2025	Canaletas, Greijas e Caixas com Greiha para Drenagem	m³	9,9	1.096,15	10.851,88	2,29	79,72
98510	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_07/2024	Paisagismo - Plantio	UN	49,0	204,42	10.016,58	2,11	81,83
91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	750,61	11,85	8.894,72	1,87	83,70
CPU-3611	Próprio	BANCO DE MADEIRA C/ASSENTO FIXADO EM CONCRETO E ENCOSTO FIXADO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" (MÓDULO DE 2,60m)	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	ASTU	12,0	689,61	8.275,32	1,74	85,45
103307	SINAPI	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	Mobiliário Urbano	UN	5,0	1.353,83	6.769,15	1,43	86,87
CPU - CASA 98525	Próprio	CASA DO TAZZAN	URBA - URBANIZAÇÃO	UNID	1,0	6.497,41	6.497,41	1,37	88,24
98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	Supressão Vegetal	m²	7.571,97	0,72	5.451,81	1,15	89,39
91851	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL LISO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	433,51	11,19	4.850,97	1,02	90,41
93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	Escavação de Valas	m³	39,4	106,52	4.196,88	0,88	91,29
97881	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	Caixas Enterradas	UN	29,0	141,76	4.111,04	0,87	92,16
012158	SBC	ALUGUEL MENSAL CONTAINER-ALMOXARIFADO-6,0x2,4m	INSTALACOES PROVISORIAS	MES	3,0	1.195,31	3.585,93	0,76	92,92
91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	702,0	5,08	3.566,16	0,75	93,67
100323	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM. AF_01/2024	Lastro	m³	14,12	245,58	3.467,58	0,73	94,40
CPU - ORSE (9166)(05/2023)	Próprio	BALANÇO METÁLICO DE DOIS LUGARES. REFERENCIA ORSE (9166)(05/2023)	URBA - URBANIZAÇÃO	un	1,0	3.062,92	3.062,92	0,65	95,04
103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022 PS	Sinalização Vertical Viária	m²	6,0	466,43	2.798,58	0,59	95,63
CPU2 - SINAPI (103191)(12/2023)	Próprio	INSTALAÇÃO DE GANGORRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	URBA - URBANIZAÇÃO	UN	1,0	2.550,27	2.550,27	0,54	96,17
98516	SINAPI	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_07/2024	Paisagismo - Plantio	UN	4,0	567,50	2.270,00	0,48	96,65
CPU - SINAPI (103191)(12/2023)	Próprio	INSTALAÇÃO DE GIRA GIRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	URBA - URBANIZAÇÃO	UN	1,0	2.098,39	2.098,39	0,44	97,09
CPU1 - SINAPI (103191)(12/2023)	Próprio	INSTALAÇÃO DE ESCORREGADOR. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)	URBA - URBANIZAÇÃO	UN	1,0	2.098,39	2.098,39	0,44	97,53
102513	SINAPI	PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRILICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF_05/2021	Pintura para Pisos e para Sinalização Horizontal e Vertical	m²	37,8	55,22	2.087,31	0,44	97,97
SBC (078049)(07/2023)	Próprio	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO BIMETÁLICO 10MM. REFERENTE SBC (078049)(07/2023)	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	78,0	23,25	1.813,50	0,38	98,35
98509	SINAPI	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	Paisagismo - Plantio	UN	8,0	144,26	1.154,08	0,24	98,60
104737	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	Aterro e Reaterro de Valas	m³	38,0	26,62	1.011,56	0,21	98,81
96624	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM. AF_01/2024	Lastro	m³	2,09	346,13	723,41	0,15	98,96
100322	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.3), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM. AF_01/2024	Lastro	m³	2,19	329,29	721,14	0,15	99,11
101878	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREFOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	Instalações Elétricas - Quadros, Cabos, Disjuntores, Contatores e Barramentos Blindados	UN	1,0	608,35	608,35	0,13	99,24
96977	SINAPI	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA	M	9,0	66,96	602,64	0,13	99,37
97668	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	Redes Enterradas de Distribuição Elétrica	M	30,0	15,07	452,10	0,10	99,46
101903	SINAPI	CONTATOR TRIPOLAR I NOMINAL 38A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	Instalações Elétricas - Quadros, Cabos, Disjuntores, Contatores e Barramentos Blindados	UN	1,0	414,47	414,47	0,09	99,55
91847	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	25,05	14,54	364,22	0,08	99,63
96986	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA	UN	3,0	107,85	323,55	0,07	99,70
100324	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM. AF_01/2024	Lastro	m³	0,91	345,39	314,30	0,07	99,76
93662	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	Instalações Elétricas - Quadros, Cabos, Disjuntores, Contatores e Barramentos Blindados	UN	5,0	57,63	288,15	0,06	99,82
93009	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	Redes Enterradas de Distribuição Elétrica	M	9,0	30,19	271,71	0,06	99,88
106027	SINAPI	DISPOSITIVO DPS 20KA-175V OU 275V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	Instalações Elétricas - Quadros, Cabos, Disjuntores, Contatores e Barramentos Blindados	UN	3,0	73,62	220,86	0,05	99,93
93673	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	Instalações Elétricas - Quadros, Cabos, Disjuntores, Contatores e Barramentos Blindados	UN	1,0	99,85	99,85	0,02	99,95
93014	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	Redes Enterradas de Distribuição Elétrica	UN	4,0	20,43	81,72	0,02	99,96
104749	SINAPI	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 3/4" E CABOS DE 10 A 50 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA	UN	3,0	20,25	60,75	0,01	99,98
91857	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	2,14	17,72	37,92	0,01	99,99
101632	SINAPI	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	Luminárias Externas	UN	1,0	36,45	36,45	0,01	99,99
93020	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	Redes Enterradas de Distribuição Elétrica	UN	1,0	31,97	31,97	0,01	100,00

Total sem BDI  
Total do BDI  
Total Geral

474.738,98  
95.628,55  
570.367,53

NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ENGº CIVIL CREA 20964DRO

Documento assinado digitalmente



NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
Data: 06/10/2025 13:15:37-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>



ID: 2115546 e CRC: 05E544E0





## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	CURVA_ABC_assinado	15/10/2025

ID: 2115546

CRC: 05E544E0

Processo: 1-3017/2024

Usuário: NATALIA APARECIDA DOS SANTOS

Criação: 15/10/2025 07:48:01 Finalização: 15/10/2025 07:48:01

Processo



Documento



MD5: 552F9863AFCD6A403D5494705D07550E

SHA256: 83E534A69E2E48CB47D0A0A48222FB5B16CD5F077FCFB15CD41F125D396EC554

Súmula/Objeto:

**CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO**

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:48:01
------------------------------------------------	-----------	----	---------------------

#### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	15/10/2025 07:48:01
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115546 e o CRC 05E544E0.



**SEMPAN**  
Secretaria Municipal  
de Planejamento

Obra  
ORÇAMENTO CONSTRUÇÃO DE PRAÇA -  
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

Bancos  
SINAPI - 08/2025 - Rondônia  
SBC - 08/2025 - Rondônia  
SEINFRA - 028 - Ceará

B.D.I.  
20,35%

Encargos Sociais  
Não Desonerado: 0,00%

ENDEREÇO: AVENIDA GRÉCIA, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO  
RESPONSÁVEL: NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ART: 8500416798

## DECLARAÇÃO

**OBRA:** CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

Senhor Diretor do Departamento do Programa Calha Norte,

Declaro, para os devidos fins, que a alternativa de incidência da contribuição previdenciária sobre folha de pagamento para a planilha orçamentária do presente Projeto Básico de Engenharia foi **SEM DESONERAÇÃO**, pois tornou-se a mais vantajosa para esta Administração Pública, uma vez que a meta estipulada alcançou uma maior área a ser beneficiada.

Em ambas planilhas orçamentárias, no cálculo do BDI adotado, foram utilizados os mesmos valores de seus componentes e, ainda, declaro que os percentuais relativos aos impostos estão de acordo com o que emanam as leis pertinentes.

Para fins de verificação do BDI em relação aos limites definidos no Acórdão 2.622/2013 do Plenário do TCU, a obra foi enquadrada como:

### Construção de edifícios.

Ademais, informo que o percentual de BDI adotado foi obtido a partir da fórmula abaixo, seguida do memorial de cálculo do índice.

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA			BDI ADOTADO
	1º Quartil	Médio	2º Quartil	
Administração Central (AC)	3,00	4,00	5,50	4,56
Seguro e Garantia (*) (S e G)	0,80	0,80	1,00	0,80
Risco (R)	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras (DF)	0,59	1,23	1,39	0,59
Lucro (L)	6,16	7,40	8,96	6,16
<b>TRIBUTOS (I)</b>	<b>5,15</b>	<b>6,65</b>	<b>8,65</b>	<b>5,65</b>
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)	1,50	3,00	5,00	2,00
CPRB	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>20,34</b>	<b>22,12</b>	<b>25,00</b>	<b>20,35</b>

Ji-Paraná, Setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente  
**NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS**  
Data: 06/10/2025 13:15:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ENGª CIVIL CREA 20964DRO

Notas do modelo: (\*) Pode haver garantia desde que previsto no Edital da licitação e no contrato de execução.  
(\*\*) Podem ser aceitos outros percentuais de ISSQN desde que devidamente embasados na legislação municipal.



ID: 2115540 e CRC: E5EC79DE





## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Planilha Orçamentária		BDI_assinado		15/10/2025
ID:	2115540		Processo	Documento
CRC:	E5EC79DE			
Processo:	1-3017/2024			
Usuário:	NATALIA APARECIDA DOS SANTOS			
Criação:	15/10/2025 07:47:59	Finalização:	15/10/2025 07:47:59	
MD5:	B0712D3BD4FE77092D9CED73CD00526E			
SHA256:	BB619B42034146D51035DB87E7B82B87AAD7B1D5B819D49E23950C704C714083			
Súmula/Objeto:				
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN		Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:47:59
ASSUNTOS				
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA				15/10/2025 07:47:59

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115540 e o CRC E5EC79DE.



**SEMPPLAN**  
Secretaria Municipal  
de Planejamento

Obra  
**ORÇAMENTO CONSTRUÇÃO DE PRAÇA - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO**

Bancos  
SINAPI - 08/2025 - Rondônia  
SBC - 08/2025 - Rondônia  
SEINFRA - 028 - Ceará

B.D.I.  
20,35%

Encargos  
Não Desonerado:  
0,00%

ENDEREÇO: AVENIDA GRÉCIA, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

RESPONSÁVEL: NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS

ART: 8500416798

## COMPOSIÇÃO DO BDI INSUMO

### VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %

TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
AQUISIÇÃO DE INSUMO	11,10	14,02	16,80

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	1,50	3,45	4,49	1,50
Seguro e Garantia (*)	0,30	0,48	0,82	0,30
Risco	0,56	0,85	0,89	0,85
Despesas Financeiras	0,85	0,85	1,11	0,85
Lucro	3,50	5,11	6,22	3,50
COFINS		3,00		3,00
PIS		0,65		0,65
CPRN		4,50		4,50

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

	Adotado %			
AC: taxa de administração central	1,50			
S: taxa de seguros e garantias	0,30			
R: taxa de riscos	0,85			
DF: taxa de despesas financeiras	0,85			
L: taxa de lucro/ remuneração	3,50	PIS	COFINS	CPRB
I: taxa de incidência de impostos (PIS, CONFINS, ISS)	3,65	0,65	3,00	4,50

(\*) extraído do acórdão -TCU 2622/2013

Logo:

BDI (%) (SEM CPRB) =	<b>11,20</b>
BDI (%) (COM CPRB) =	<b>16,65</b>

OBS.:

(\*\*) - PERCENTUAL DE ISS DESDE DEVIDAMENTE EMBASADO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

Documento assinado digitalmente



NATALIA APARECIDA DOS SANTOS  
Data: 07/10/2025 14:23:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ENGª CIVIL CREA 20964DRO



## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	BDI_INSUMOSassinado	15/10/2025

ID: 2115541

CRC: 5FC13CD6

Processo: 1-3017/2024

Usuário: NATALIA APARECIDA DOS SANTOS

Criação: 15/10/2025 07:47:59 Finalização: 15/10/2025 07:48:00

Processo



Documento



MD5: B30DBCC181EF1466993748FA941C4190

SHA256: 1F7C7AA6199DA0594ED524E4682EAAAE74E4DAB2D7BADD42F75B67E1EA560AB3

Súmula/Objeto:

**CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO**

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:47:59
------------------------------------------------	-----------	----	---------------------

#### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	15/10/2025 07:47:59
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115541 e o CRC 5FC13CD6.



**SEMPLAN**  
Secretaria Municipal  
de Planejamento

Obra  
**ORÇAMENTO CONSTRUÇÃO DE PRAÇA - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO**

Bancos  
SINAPI - 08/2025 - Rondônia  
SBC - 08/2025 - Rondônia  
SEINFRA - 028 - Ceará

B.D.I.  
20,35%

Encargos  
Não  
Desonerado:  
0,00%

ENDEREÇO: AVENIDA GRÉCIA, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO  
RESPONSÁVEL: NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ART: 8500416798

**Cronograma Físico e Financeiro**

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00% 14.271,39	100,00% 14.271,39		
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	100,00% 17.922,99	38,38% 6.878,84	34,08% 6.108,15	27,54% 4.935,99
3	REVESTIMENTO DE PISO	100,00% 206.759,53	80,00% 165.407,62	20,00% 41.351,91	
4	PINTURA	100,00% 25.286,38		100,00% 25.286,38	
5	ARBORIZAÇÃO	100,00% 76.192,49		30,00% 22.857,75	70,00% 53.334,74
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	100,00% 161.693,60	20,00% 32.338,72	40,00% 64.677,44	40,00% 64.677,44
7	ACESSÓRIOS	100,00% 68.241,15		50,00% 34.120,58	50,00% 34.120,58
Porcentagem			38,38%	34,08%	27,54%
Custo			218.896,57	194.402,20	157.068,74
Porcentagem Acumulado			38,38%	72,46%	100,0%
Custo Acumulado			218.896,57	413.298,77	570.367,53



Documento assinado digitalmente  
NATALIA APARECIDA DOS SANTOS  
Data: 06/10/2025 13:15:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ENGª CIVIL CREA 20964DRO



D: 2115545 e CRC: D9C24F1A





## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Planilha Orçamentária		CRONOGRAMA_assinado		15/10/2025
ID:	2115545	Processo	Documento	
CRC:	D9C24F1A			
Processo:	1-3017/2024			
Usuário:	NATALIA APARECIDA DOS SANTOS			
Criação:	15/10/2025 07:48:01	Finalização:	15/10/2025 07:48:01	
MD5:	506CB1669705BA360561B26036DC2081			
SHA256:	D9FB3020C69E4FF88169F1DC85234C21999FB719F9359C917D38E995D709BF22			
Súmula/Objeto:				
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN		Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:48:01
ASSUNTOS				
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA				15/10/2025 07:48:01

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115545 e o CRC D9C24F1A.

ENDEREÇO: AVENIDA GRÉCIA, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO  
RESPONSÁVEL: NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
ART: 8500416798

## MEMORIAL DE CÁLCULO

### 1 SERVIÇO PRELIMINARES

1.1 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF\_03/2022\_PS

Larg.(m)		Alt.(m)		Área (m²)
3,00	x	2,00	=	6,00

**TOTAL = 6,00 m²**

1.2 LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF\_05/2018

#### IDEM ÁREA DE INTERVENÇÃO

ÁREA
7571,97

**TOTAL = 7.571,97 m²**

1.3 ALUGUEL MENSAL CONTAINER-ALMOXARIFADO-6,0x2,4m

MÊS		UND		TOTAL
3,00	x	1,00	=	3,00

**TOTAL = 3,00 UND**

### 2 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

2.1 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

MÊS		h/mês		TOTAL
3,00	x	18,33	=	55,00

**TOTAL = 55,00 UND**

2.2 ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

MÊS		h/mês		TOTAL
3,00	x	46,67	=	140,00

**TOTAL = 140,00 UND**

### 3 REVESTIMENTO DE PISO

3.1 LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF\_01/2024

Ambiente	Área(m²)	Und.
Acesso	42,16	m²
Raia 01	187,10	m²
Raia 02	211,25	m²
Raia 03	196,19	m²
Raia 04	227,93	m²

**Total 864,63 m²**

**TOTAL = 864,63 m³**

3.2 PISO EM BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 10CM COM REJUNTAMENTO

Ambiente	Área(m²)	Und.
Estacionamento	710,32	m²
Calçada ext. 01	218,73	m²
Calçada ext. 02	190,01	m²
Calçada ext. 03	10,48	m²
Calçada 01	197,67	m²
Calçada 02	162,95	m²
Calçada 03	64,14	m²
Calçada 04	220,02	m²
Calçada 05	40,80	m²
Calçada 06	4,67	m²
Calçada 07	4,76	m²
Calçada 08	250,75	m²
Calçada 09	254,09	m²
Calçada 10	185,67	m²
Calçada 11	177,22	m²
Calçada 12	284,20	m²





**Total** 2.976,48 m² 2976,48

**TOTAL = 2.976,48 m²**

3.3 LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE

Ambiente	Área(m²)	Und.	Espessura	Und.
Sensorial 01	18,18	m²	0,05 m	

**TOTAL = 0,91 m²**

3.4 LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE \*10 CM\*. AF\_07/2019

Ambiente	Área(m²)	Und.	Espessura	Und.
Sensorial 02	47,29	m²	0,05 m	
Sensorial 03	42,83	m²		
Playground	192,29	m²		

**TOTAL = 14,12 m³**

3.5 LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE \*10 CM\*. AF\_01/2024

Ambiente	Área(m²)	Und.	Espessura	Und.
Sensorial 04	41,83	m²	0,05 m	

**TOTAL = 2,09 m²**

3.6 LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.3), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE \*10 CM\*. AF\_01/2024

Ambiente	Área(m²)	Und.	Espessura	Und.
Sensorial 05	43,78	m²	0,05 m	

**TOTAL = 2,19 m²**

#### 4 PINTURA

4.1 PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF\_05/2021

Ambiente	Área(m²)	Und.
Raia 01	187,10	m²
Raia 02	211,25	m²
Raia 03	196,19	m²
Raia 04	227,93	m²

**Total 822,47 m²**

4.2 PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF\_05/2021

##### Faixas estacionamento

Quantidade	Comprimento	x	Largura	=
10,00	7,00	x	0,20	14,00

**TOTAL = 14,00 m²**

##### Desenho cadeira

Quantidade	Comprimento	x	Largura	=
2,00	1,20	x	1,20	2,88

**TOTAL = 2,88 m²**

##### Faixa movimentação

Quantidade	Area (m²)	=
2,00	7,70	15,40

**TOTAL = 15,40 m²**

##### Faixa pare

Quantidade	Area (m²)	=
4,00	1,14	4,56

**TOTAL = 4,56 m²**

##### Numeros raia

Quantidade	Area (m²)	=
4,00	0,24	0,96

**TOTAL = 0,96 m²**

**TOTAL = 37,80 m²**


#### 5 ARBORIZAÇÃO

5.1 PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF\_05/2018

TAI - 01			Tabebuia impetiginosa	IFE-ROXO CABROE IPÊ IPÊ-DE-FLOR-ROXA	19	6,00 a 9,00 m	2,00 m
----------	-------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	-----------------------------------------------	----	---------------	--------

UND.

19,00

							
TAR - 01			Tabebuia roseo-alba	IFE-BRANCO IPÉ-DO-CERRADO PLANTA-DO-MEL	19	6,00 a 9,00 m	2,00 m
TAC - 01			Tabebuia chrysotricha	IFE-AMARELO IPÉ-TABACO	11	6,00 a 9,00 m	2,00 m

19,00

11,00

TOTAL = 49,00 un

## 5.2 PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF\_05/2018

							
MIC-01			Mimosa caesalpinzifolia	SANSÃO-DO-CAMPO CEBÁ SABÁ	08	6,00 a 9,00 m	0,50 m

UND.  
8,00

TOTAL = 8,00 un

## 5.3 PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF\_05/2018

							
DYL - 01			Dypsis lutescens	PALMEIRA-ARECA AREACA ARECA-BAMBU	04	3,00 a 3,60 m	1,50 m

UND.  
4,00

TOTAL = 4,00 un

## 5.4 PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF\_05/2018

Ambiente	Área(m²)	Und.
Canteiro 01	21,45	m²
Canteiro 02	21,45	m²
Canteiro 03	21,45	m²
Canteiro 04	21,45	m²
Canteiro 05	21,53	m²
Canteiro 06	164,06	m²
Canteiro 07	132,87	m²
Canteiro 08	83,23	m²
Canteiro 09	67,00	m²
Canteiro 10	62,94	m²
Canteiro 11	134,14	m²
Canteiro 12	154,85	m²
Canteiro 13	106,29	m²
Canteiro 14	223,29	m²
Canteiro 15	96,93	m²
Canteiro 16	185,12	m²
Canteiro 17	570,73	m²
Canteiro 18	551,07	m²
Canteiro 19	302,14	m²
Canteiro 20	16,38	m²
Canteiro 21	15,82	m²
Gramado 4	12,57	m²
Gramado 5	12,57	m²

Total 2.999,33 m²

TOTAL = 2.999,33

## 6 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

## 6.1 ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF\_02/2021

## VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01

Quantidade Und.



39,40	M³
-------	----

TOTAL	=	39,40	M
-------	---	-------	---

6.2 ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE -  
**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
2,14	M

TOTAL	=	2,14	M
-------	---	------	---

6.3 REATERRO MANUAL DE VALASM COM PLACA VIBRATÓRIA. AF\_08/2023  
**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
38,00	M³

TOTAL	=	38,00	M³
-------	---	-------	----

6.4 ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_04/2016  
**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
30,00	M

TOTAL	=	30,00	M
-------	---	-------	---

6.5 ELETRODUTO FLEXÍVEL LISO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.  
AF\_12/2015

**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
433,51	UN

TOTAL	=	433,51	UN
-------	---	--------	----

6.6 ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E  
INSTALAÇÃO. AF\_12/2015

**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
25,05	M

TOTAL	=	25,05	M
-------	---	-------	---

6.7 ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015  
**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
9,00	M

TOTAL	=	9,00	M
-------	---	------	---

6.8 CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS:  
0,3X0,3X0,3 M. AF\_12/2020

**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
29,00	UN

TOTAL	=	29,00	UN
-------	---	-------	----

6.9 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015  
**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
750,61	M

TOTAL	=	750,61	M
-------	---	--------	---

6.10 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.  
AF\_12/2015

**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
702,00	UN

TOTAL	=	702,00	UN
-------	---	--------	----

6.11 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015  
**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
1366,60	UN

TOTAL	=	1366,60	UN
-------	---	---------	----

6.12 RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_08/2020  
**VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01**

Quantidade	Und.
1,00	UN



		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>1,00</b>	<b>UN</b>
6.13	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	1,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>1,00</b>	<b>UN</b>
6.14	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	5,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>5,00</b>	<b>UN</b>
6.15	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	26,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>26,00</b>	<b>UN</b>
6.16	HASTE DE ATERRAMENTO 3/4 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	3,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>3,00</b>	<b>UN</b>
6.17	CONECTOR GRAMPO METALICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 3/4" E CABOS DE 10 A 50 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	3,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>3,00</b>	<b>UN</b>
6.18	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	1,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>1,00</b>	<b>UN</b>
6.19	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA, SEM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	9,00	M			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>9,00</b>	<b>M</b>
6.20	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	4,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>4,00</b>	<b>UN</b>
6.21	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	1,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>1,00</b>	<b>UN</b>
6.22	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO BIMETALICO 10MM. REFERENTE SBC (078049)(07/2023) <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	78,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>78,00</b>	<b>UN</b>
6.23	CONTATOR TRIPOLAR I NOMINAL 38A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	1,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>1,00</b>	<b>UN</b>
6.24	DISPOSITIVO DPS 20KA-175V OU 275V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	3,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>3,00</b>	<b>UN</b>
6.25	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 138 W ATÉ 180 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020 <b>VIDE PROJ ELÉTRICO - PRANCHA 01/01</b>				
	Quantidade	Und.			
	52,00	UN			
		<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>52,00</b>	<b>UN</b>



7

ACESSÓRIOS

7.1

PLAYGROUND

7.1.1

BALANÇO METÁLICO DE DOIS LUGARES. REFERENCIA ORSE (9166)(05/2023)

VIDE LOCAÇÃO EM PROJ ARQ

Quantidade	Und.
1,00	UN

TOTAL

=

1,00

UN

7.1.2

CASA DO TARZAN

TOTAL

=

1,00

UN

7.1.3

INSTALAÇÃO DE GIRA GIRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)

TOTAL

=

1,00

UN

7.1.4

INSTALAÇÃO DE ESCORREGADOR. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)

TOTAL

=

1,00

UN

7.1.5

INSTALAÇÃO DE GANGORRA. REFERENTE SINAPI (103191)(12/2023)

TOTAL

=

1,00

UN

7.1.6

BANCO DE MADEIRA C/ASSENTO FIXADO EM CONCRETO E ENCOSTO FIXADO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" (MÓDULO DE 2,60m).

TOTAL

=

12,00

UN

7.1.7

INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF\_11/2021

TOTAL

=

5,00

UN

7.1.8

CONCRETAGEM DE VALETA/ CANALETA MOLDADA IN LOCO. AF\_05/2025

Descrição	Volume	Qtd. fund.	UND	TOTAL
Pergolados	0,46	4,00	4,00	7,40
Bancos	0,06	2,00	12,00	1,47
Casa do tarzan	0,10	4,00	1,00	0,40
Gangorra	0,06	2,00	1,00	0,12
Gira Gira	0,06	1,00	1,00	0,06
Balanço	0,06	4,00	1,00	0,25
Escorregador	0,10	2,00	1,00	0,19
TOTAL			= 9,90	UN

7.1.9

INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF\_11/2021

Descrição	Comp.	Larg.	UND	TOTAL
Pergolado	6,70	3,00	4,00	80,40
TOTAL			= 80,40	M²

Documento assinado digitalmente

gov.br

NATALIA APARECIDA DOS SANTOS

Data: 06/10/2025 13:15:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS

ENGª CIVIL CREA 20964DRO







## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Planilha Orçamentária		MEMORIA_DE_CALCULO_assinado		15/10/2025
ID:	2115547	Processo	Documento	
CRC:	8303734E			
Processo:	1-3017/2024			
Usuário:	NATALIA APARECIDA DOS SANTOS			
Criação:	15/10/2025 07:48:01	Finalização:	15/10/2025 07:48:01	
MD5:	E6B48F117B21022B0A5B6ACB4F4FDE26			
SHA256:	3C32A612C01EC2C6A5F993A8F3482CC3A9508424D70A0E82DF31E951FEAB5192			
Súmula/Objeto:				
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN		Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:48:01
ASSUNTOS				
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA				15/10/2025 07:48:01

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115547 e o CRC 8303734E.

## TERRENO PARA IMPLANTAÇÃO DA PRAÇA SÃO CRISTÓVÃO

### RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

**CONVENIENTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ - RO.







Ji-Paraná-RO, 07 de março de 2025

[assinado eletronicamente]  
**JHEYVISON ZAFFARI DOS SANTOS**  
Assessor Técnico de Engenharia  
Decreto nº 0669/PMJP/2025.







## Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Documentos</b>	<b>FOTOGRAFIAS DO TERRENO</b>	<b>07/04/2025</b>

ID:	<b>1665550</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>C7CE4437</b>		
Processo:	<b>1-3017/2024</b>		
Usuário:	<b>JHEYVISON ZAFFARI DOS SANTOS</b>		
Criação:	<b>07/04/2025 10:45:16</b>	Finalização:	<b>07/04/2025 10:47:13</b>

MD5: **1F5F2D2CF0F9B661224BF2CD907A9367**

SHA256: **9AA426AE3E211762AF522EE8CD31EA6303DE07D5BB53D06FE15C67D34120035F**

Súmula/Objeto:

**FOTOGRAFIAS DO TERRENO**


### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	07/04/2025 10:45:16
------------------------------------------------	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	07/04/2025 10:45:16
------------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 JHEYVISON ZAFFARI DOS SANTOS	ASSESSOR (A) TÉCNICO DE ENGENHARIA	07/04/2025 10:47:18
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 1665550 e o CRC C7CE4437.



## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Documentos</b>	<b>RELATÓRIO FOTOGRAFICO</b>	<b>15/10/2025</b>	
ID: <b>2115673</b>		Processo	Documento
CRC: <b>0F198456</b>			
Processo: <b>1-3017/2024</b>			
Usuário: <b>NATALIA APARECIDA DOS SANTOS</b>			
Criação: <b>15/10/2025 08:13:59</b>	Finalização: <b>15/10/2025 08:13:59</b>		
MD5: <b>DD5249C8BEF3DAB21179CC818B538006</b>			
SHA256: <b>8A3090BFC2390A5249392AB5080B23A2F40F21F89633D42A46A96BDFDB7595DB</b>			
Súmula/Objeto:			
<b>CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO</b>			
<b>INTERESSADOS</b>			
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 08:13:59
<b>ASSUNTOS</b>			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA			15/10/2025 08:13:59

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115673 e o CRC 0F198456.

## **PARCELAS SOBRE AS QUAIS OS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA SERÃO EXIGIDOS**

No âmbito da licitação destinada à contratação da obra pública referente ao **Projeto de Construção de Praça**, a ser implantado no **bairro São Cristóvão**, vinculado ao **Processo Administrativo nº 3017/2024**, cumpre esclarecer que, nos termos do **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a comprovação da qualificação técnico-operacional dos licitantes, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, deve restringir-se às parcelas do objeto consideradas de maior relevância técnica ou de valor significativo.

*§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.*

No presente caso, em que se trata da execução de praça com plantio de grama e piso de concreto intertravado, optou-se pela aplicação do **critério de maior relevância técnica**, uma vez que a obra, embora não seja considerada de alta complexidade técnica, possui características específicas que a distinguem de construções convencionais, exigindo especial atenção à execução e à experiência prévia. Além da instalação da grama, a obra compreende também a execução de sistema de iluminação pública, mediante implantação de postes de aço cônico com altura de 9 metros, equipados com luminárias de tecnologia LED. A concepção, fixação e montagem desses elementos demandam cuidados técnicos específicos quanto à estabilidade, segurança estrutural, adequação elétrica, eficiência energética e sequência construtiva.

Dessa forma, foram identificadas as parcelas do objeto que correspondem a esses serviços tecnicamente relevantes, as quais fundamentam a exigência de comprovação de aptidão técnica operacional nos termos da legislação vigente.

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*




Todavia, visando assegurar a competitividade do certame e a razoabilidade da exigência, sem prejuízo da seleção de empresas tecnicamente aptas, **estabeleceu-se o percentual de 30% (trinta por cento) como quantidade mínima a ser comprovada para cada uma dessas parcelas relevantes.**

Ressalta-se que o referido percentual observa o princípio da proporcionalidade e está em conformidade com a legislação vigente, considerando ainda as particularidades inerentes à execução de grama e piso de concreto intertravado. Apesar de se tratar de serviços passíveis de repetição em diferentes metragens, sua correta execução demanda cuidados técnicos específicos relacionados à preparação da base, ao sistema de drenagem e à instalação do revestimento, etapas que exigem domínio técnico adequado e experiência comprovada para garantir qualidade, durabilidade e desempenho da obra.

Justifica-se, ainda, a adoção do **critério de maior relevância técnica** em detrimento da aplicação do critério baseado exclusivamente no valor significativo, uma vez que este último poderia levar à exigência de comprovação de experiência em serviços que, embora representem parcela igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação, **não possuem efetiva complexidade técnica nem são determinantes para a aferição da aptidão do licitante quanto à execução do objeto principal.** A imposição de atestados relativos a tais itens, cuja execução é simples e comum, seria desproporcional e desnecessária, além de representar possível restrição à competitividade, afastando empresas plenamente qualificadas para os serviços tecnicamente mais relevantes.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT 30%
1	5.4 PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	M²	899,80
2	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	8,00
3	PISO EM BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 10cm COM REJUNTAMENTO	M²	892,94

Documento assinado digitalmente  
 NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
Data: 06/10/2025 13:17:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS**  
CREA: 20964-D/RO  
Engenheira Civil  
Matrícula n.º 999573  
Assessora Executiva







## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Documentos</b>	<b>PARCELA_DE_MAIOR_RELEVANCIA_TE</b>	<b>15/10/2025</b>	
<b>ID:</b>	<b>2115534</b>	<b>Processo</b>	<b>Documento</b>
<b>CRC:</b>	<b>59EEE479</b>		
<b>Processo:</b>	<b>1-3017/2024</b>		
<b>Usuário:</b>	<b>NATALIA APARECIDA DOS SANTOS</b>		
<b>Criação:</b>	<b>15/10/2025 07:47:57</b>	<b>Finalização:</b>	<b>15/10/2025 07:47:57</b>
<b>MD5:</b>	<b>A2CF6E38EA58900B1D3F188E1CEE2990</b>		
<b>SHA256:</b>	<b>B6F3BCA6C84F2B60EA2E912CAFD30DB5929A5348096B85EEC1882E16350896EE</b>		
<b>Súmula/Objeto:</b>			
<b>CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO</b>			
<b>INTERESSADOS</b>			
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:47:57
<b>ASSUNTOS</b>			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA			15/10/2025 07:47:57

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115534 e o CRC 59EEE479.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO

1. Responsável Técnico(a)

**NATALIA APARECIDA DOS SANTOS**

Título do Profissional: ENGENHEIRO CIVIL /

Empresas.: MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

RNP: 2320981683

Registro: 20964D RO

Registro: 2357CVRO

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

RUA Avenida Dois de Abril

Nº.: 1701 Comp.:

Contrato:

Valor: 0,01

Ação Institucional: Não informado

Bairro.: Urupá

Cidade.: JI-PARANÁ

Celebrado:

Tipo Contratante: PJ Direito Público

Forma de Registro: Substituição

Motivo: Novo Contrato

UF: RO

CPF/CNPJ: 04092672000125

Telefone.: 6934164000

País: BRA CEP.: 76900149

Vinculado à ART:

Substituição: 8500413283

Participação Téc.: Individual

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: Avenida Grécia

Nº: S/N Comp.:

Data de Início: 18/09/2025

Previsão de término: 18/09/2025

Finalidade: Outro

Proprietário(a): PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Bairro: Jardim São Cristóvão

Cidade: JI-PARANÁ

Coordenadas Geográficas: ,

Telefone.: 6934164000

UF: RO CEP.: 76913832

CPF/CNPJ: 04092672000125

4. Atividade Técnica

Nível de atuação  
ELABORAÇÃO

Atividade técnica

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE CONCEPÇÃO DE ELEMENTO URBANÍSTICO DE EQUIPAMENTO E ACESSÓRIO URBANO

PROJETO ARQUITETÔNICO DE CONCEPÇÃO DE ELEMENTO URBANÍSTICO DE EQUIPAMENTO E ACESSÓRIO URBANO

PROJETO DE INSTALAÇÕES DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO PARA FINS COMERCIAIS

QTD Unidade

7.571,97 m²

7.571,97 m²

7.571,97 m²

O registro da A.R.T. não obriga o CREA-RO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividades declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta A.R.T. são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-RO.

Após a conclusão das atividades técnicas o(a) profissional deverá proceder à baixa desta ART

5. Declarações

Acessibilidade:

Profissional

Contratante

Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

Data

NATALIA APARECIDA DOS SANTOS - 032.066.212-83

Nome do profissional - CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ - 04.092.672/0001-25

Nome do contratante - CPF/CNPJ:

Informações

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

\* A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crearo.org.br](http://www.crearo.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)

\* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do(a) profissional e do(a) contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

CHAVE:

9EE74-A111C-F6004-25559-0FC95

[www.crearo.org.br](http://www.crearo.org.br) atendimento@crearo.org.br  
tel: (69) 2181-1072



**CREA-RO**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia de Rondônia

Observações ( Resumo do Contrato )

ATUALIZAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETO ARQ. E INS. ELE. DA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO



## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Documentos		ART PRAÇA SÃO CRISTOVÃO		15/10/2025
ID:	2115667	Processo	Documento	
CRC:	077FFB4F			
Processo:	1-3017/2024			
Usuário:	NATALIA APARECIDA DOS SANTOS			
Criação:	15/10/2025 08:13:58	Finalização:	15/10/2025 08:13:58	
MD5:	AF57838C7B5DEDC3506DB25681AE939C			
SHA256:	CC87C3F24FA6D89C423AF6D9660DEF55CC3A16DF48E2158CADAB4728C4957349			
Súmula/Objeto:				
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN		Ji-Paraná	RO	15/10/2025 08:13:58
ASSUNTOS				
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA				15/10/2025 08:13:58

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115667 e o CRC 077FFB4F.



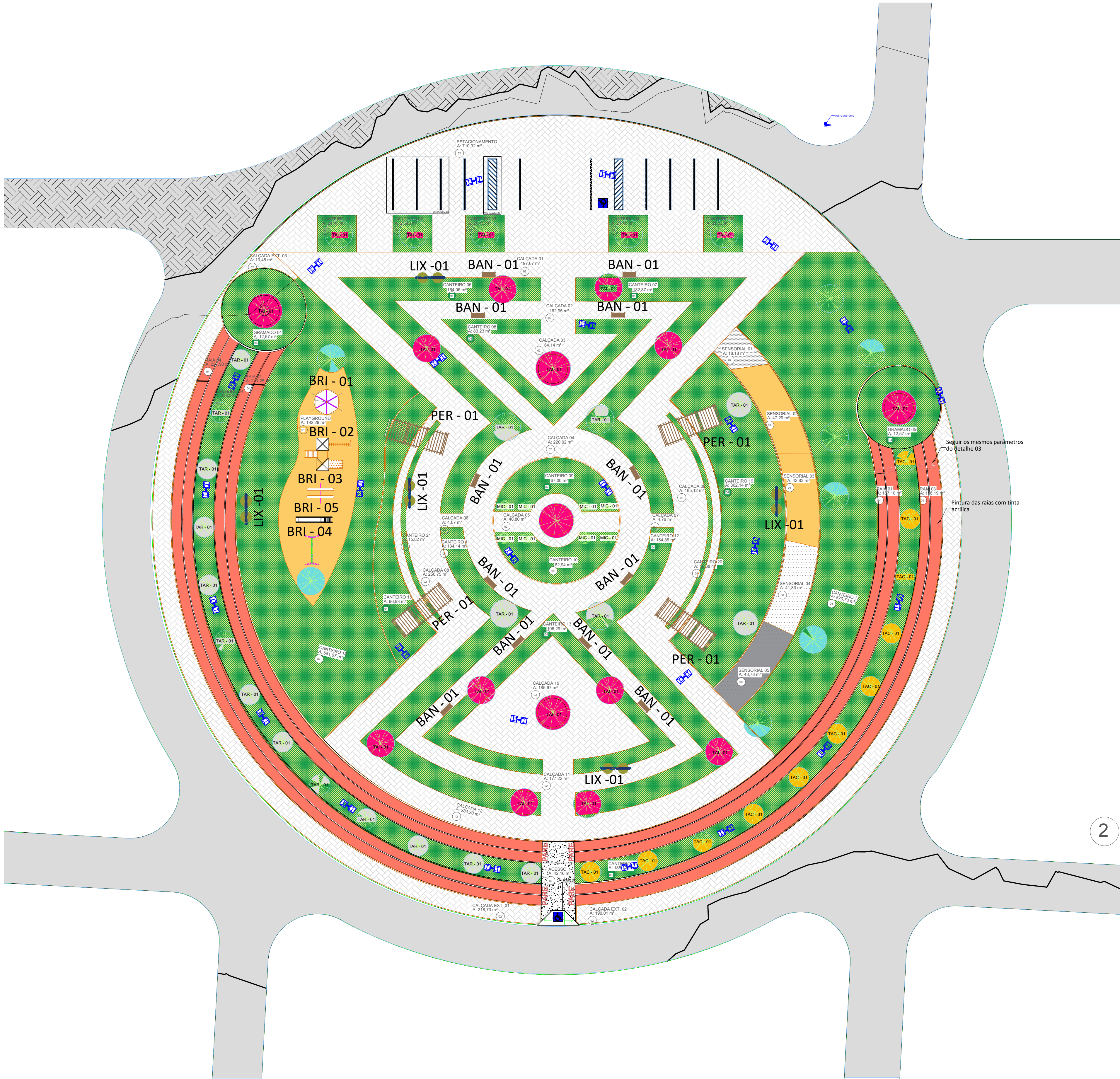


TABELA DE PISOS A SEREM IMPLANTADOS	
CODIGO	DESCRIÇÃO
01	COLCHÃO DE AREIA
02	PISO INTERTRAVADO
03	CALÇADA NATURAL
04	GRAMA
05	CALÇADA COM PINTURA NA COR VERMELHA
06	COLCHÃO DE BRITA 2
07	COLCHÃO DE BRITA 1
08	COLCHÃO DE BRITA 3

QUADRO DE ESPÉCIES - A SEREM PLANTADAS							
COG.	REPRESENTAÇÃO	IMAGEM	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	QUAN.	PORTE	ALTURA PLANTIO
DVL-01			Dyopsis Iracema	PALMEIRA-ARECA ARECA-BAMBU	04	3,00 a 3,00 m	1,50 m
TAI-01			Tabebuia impetiginosa	IPÊ ROXO CABROCE IPÊ-DE-FLOA-ROXA	19	6,00 a 9,00 m	2,00 m
TAR-01			Tabebuia roseo-a-ba	IPÊ BRANCO IPÊ-DO-CERRADO PLANTA-CO-MEL	19	6,00 a 9,00 m	2,00 m
TAC-01			Tabebuia chrysocarpa	IPÊ AMARELO IPÊ-TABACO	11	6,00 a 9,00 m	2,00 m
MIC-01			Mimosa caesalpinchifolia	SANSAO-DO-CAMPO CEBIA SABIA	08	6,00 a 9,00 m	0,50 m
PAN-01			Paspalum notatum	GRAMA-BATATAIS GRAMA-CA-SABA GRAMA-CO	-	0,15 m	0,15 m
QUADRO DE ESPÉCIES EXISTENTE							
SYL-01			Syzygium macleodense (L.) Merr. & L.M. Perry	JAMBÓ JAMBÓ-D'ÁINDIA	08	7,00 a 13,00 m	1,50 m

Código	Representação	Quant.	Descrição
PER - 01		04 un	Pergolado em Madeira
BAN - 01		12 un	Banco em Aço e madeira
LIX - 01		05 un	Lixeira
BRI - 01		01 un	Gira gira
BRI - 02		01 un	Casa do Tarzan
BRI - 03		01 un	Gangorra
BRI - 04		01 un	Balanco dois lugares
BRI - 05		01 un	Escorregador
CANTEIRO		2.999,33 m²	Gramas
PINTURA		822,47 m²	Raias
PINTURA		32,02 m²	Textos e símbolos

Representação	Descrição	Quantidade
	AREIA MÉDIA	14,12 m³
	CALÇADAS EM CONCRETO	864,63 m²
	PISO EM BLOCO INTERTRAVADO	2.976,48 m²
	PEDRA BRITADA N1	0,91 m³
	PEDRA BRITADA N2	2,09 m³
	PEDRA BRITADA N3	2,19 m³

1 PLANTA DE LAYOUT  
1 : 250



D: 2115801 e CRC: D80A91B7

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
Data: 11/10/2025 09:14:04 -0300  
Verificar em: https://portal.trb.gov.br/

		ANO: 2021	TIPO: ARQ	FOLHA: 02/05	
CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ		LOCAL: BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, ENTRE AS RUAS HOLANDA, GRÉCIA, COSME FERREIRA DE MELO E RUA LÍRIO PASSAMAI.			MODIFICAÇÕES:
OBRA: CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO 05/02/2021		ÁREAS: Constr./Interv.: 7.571,97 M² Estacionamento: 710,32 M² Calçadas: 864,63 M² Piso Intertr.: 2.976,48 M² Gramas: 2.999,33 M² Playground: 192,29 M²			A: B: C:
CONTEÚDO: PLANTA DE LAYOUT LEGENDAS		AUTOR: Natália Aparecida dos Santos Eng.º Civil 20964DR0			D:
PREFEITURA MUNICIPAL:		DES.: DATA: SET/2025			E:
AUTOR:		DIM: METROS			F:
		ESC: INDICADAS			







## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Projeto</b>	<b>OS_023-2021_-_PROJ_ARQ_-_PRANCHA</b>	<b>15/10/2025</b>

ID:	<b>2115801</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>D80A91B7</b>		
Processo:	<b>1-3017/2024</b>		
Usuário:	<b>NATALIA APARECIDA DOS SANTOS</b>		
Criação:	<b>15/10/2025 08:35:24</b>	Finalização:	<b>15/10/2025 08:37:37</b>

MD5:	<b>96CFA210FDB189B3B47EE91494C65647</b>
SHA256:	<b>80934661A62E0F1A328D15AD576D235ADC4657AD8E5531FC2395BDC76C873A71</b>

Súmula/Objeto:

**CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 08:35:24
------------------------------------------------	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	15/10/2025 08:35:24
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115801 e o CRC D80A91B7.









## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Projeto</b>	<b>ELE</b>	<b>15/10/2025</b>

ID: **2115680**

CRC: **ABC2EC68**

Processo: **1-3017/2024**

Usuário: **NATALIA APARECIDA DOS SANTOS**

Criação: **15/10/2025 08:15:21** Finalização: **15/10/2025 08:16:17**

Processo



Documento



MD5: **A155E08F459349AA2F7E61D4E68D83DE**

SHA256: **45C952F8F1D9F7A652E32C3096CED9B82595D383D17E89C591E5DDF692D71C7C**

Súmula/Objeto:

**CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO**

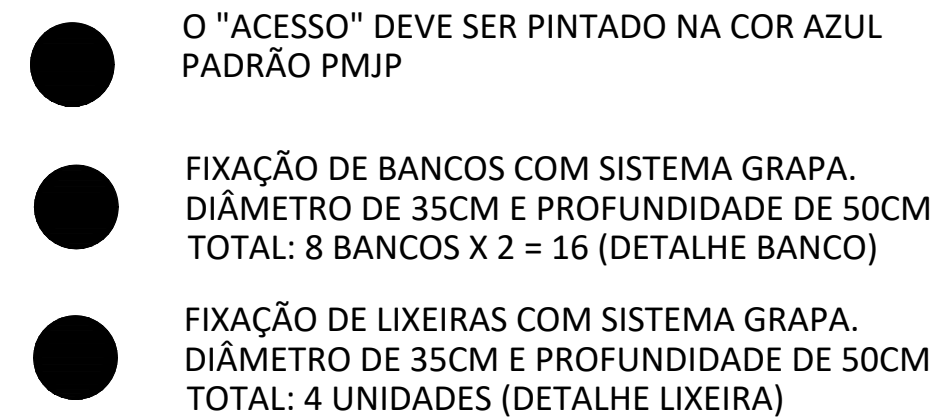
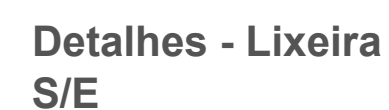
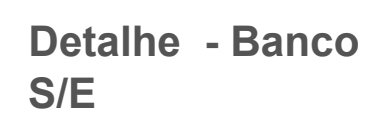
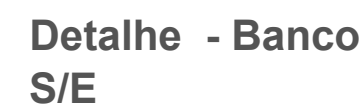
### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 08:15:21
------------------------------------------------	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	15/10/2025 08:15:21
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115680 e o CRC ABC2EC68.



### DETALHE 03

- 1 Perfure o solo da em torno de 35 cm de diâmetro e mínimo de 50 cm de profundidade.
- 2 Insira as bases do equipamento que contém as grapas dentro do corte. Todos os cortes no solo deverão ter a mesma profundidade para que o equipamento fique alinhado.
- 3 Para finalização, inserir concreto.

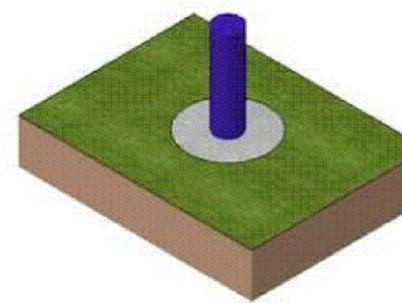


IMAGEM ILUSTRATIVA - LIXEIRAS DUPLAS  
FABRICADO EM TUBOS DE AÇO DE ACORDO COM A  
NORMA ABNT 16071/2012 E PINTURA ELETROSTÁTICA

**ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: LIXEIRA DUPLA, COM CAPACIDADE VOLUMETRICA DE 60L, FABRICADA EM TUBO DE AÇO, CESTOS EM CHAPA DE AÇO E PINTURA NO PROCESSO ELETROSTATICO (FIXAÇÃO CONCRETAGEM)**



D: 2115537 e CRC: E00B371D



		<b>SEMPLAN</b> Secretaria Municipal de Planejamento	ANO: <b>2021</b>	TIPO: <b>ARQ</b>	FOLHA: <b>03/05</b>
CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ			LOCAL: BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, ENTRE AS RUAS HOLANDA, GRECIA, COSME FERREIRA DE MELO E RUA LUIJO PASSAMAI		MODIFICAÇÕES:
OBRA:  CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO OS 023.2021			ÁREAS: Const./Interv.: 7.571,97 M² Estacionamento: 7.110,32 M² Calçadas: 864,63 M² Piso Intertr.: 2.876,48 M² Gramas: 2.999,33 M² Playground: 192,29 M²		A:
CONTEÚDO: ARQUITETÔNICO DETALHES					B:
AUTOR: Natalia Aparecida dos Santos Eng° Civil 20964RDO			DES: Cintia Rocha Silva		D:
V I S T O	PREFEITURA MUNICIPAL:		DATA: SET/2025		
	AUTOR:		DIM: METROS		E:
			ESC: INDICADAS		F:



## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Projeto</b>	<b>OS_023-2021_-_PROJ_ARQ_-_PRANCHA</b>	<b>15/10/2025</b>

ID:	<b>2115537</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>E00B371D</b>		
Processo:	<b>1-3017/2024</b>		
Usuário:	<b>NATALIA APARECIDA DOS SANTOS</b>		
Criação:	<b>15/10/2025 07:47:58</b>	Finalização:	<b>15/10/2025 07:47:58</b>

MD5: **8F30677775F0216C883B1CEFD6DB963A**

SHA256: **6797F4F1409C10DD148EDCC6C375A8E36EA88C3E4CDEBA6547CC11D61BBE16AF**

Súmula/Objeto:

**CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO**

#### INTERESSADOS

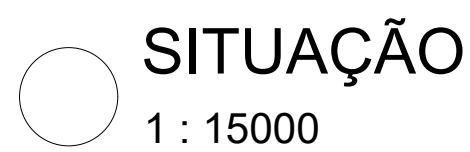
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:47:58
------------------------------------------------	-----------	----	---------------------

#### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	15/10/2025 07:47:58
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115537 e o CRC E00B371D.





2 TÉRREO  
1 : 1500

				ANO:	TIPO:	FOLHA:	
PREFEITURA DE <b>Ji-Paraná</b> <small>MUNICÍPIO DE</small>		<b>SEMPLAN</b> Secretaria Municipal de Planejamento		2021	ARQ	01/05	
CONVENIENTE:				LOCAL:			MODIFICAÇÕES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ				BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, ENTRE AS RUAS HOLANDA			
OBRA:				GRÉCIA, COSME FERREIRA DE MELO E LUIZ LIRIO PASSAMAI			
CONSTRUÇÃO DE CASA NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO				ÁREAS:			
OS 02/3 2021				Const. / Interv. : 717,97 M²		A:	
				Estacionamento : 710,32 M²		B:	
				Calçadas : 864,53 M²			
				Piso Interior : 2.976,48 M²		C:	
				Gramas : 2.999,33 M²			
				Playground : 192,29 M²			
AUTOR:				DES.:	DATA		
Natalia Aparecida dos Santos					SET/2025	D:	
Eng.º Civil 20964DRO							
VISTO	PREFEITURA MUNICIPAL:				DIM:	E:	
	AUTOR:				METROS		
					ESC:	F:	
					INDICADAS		





## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

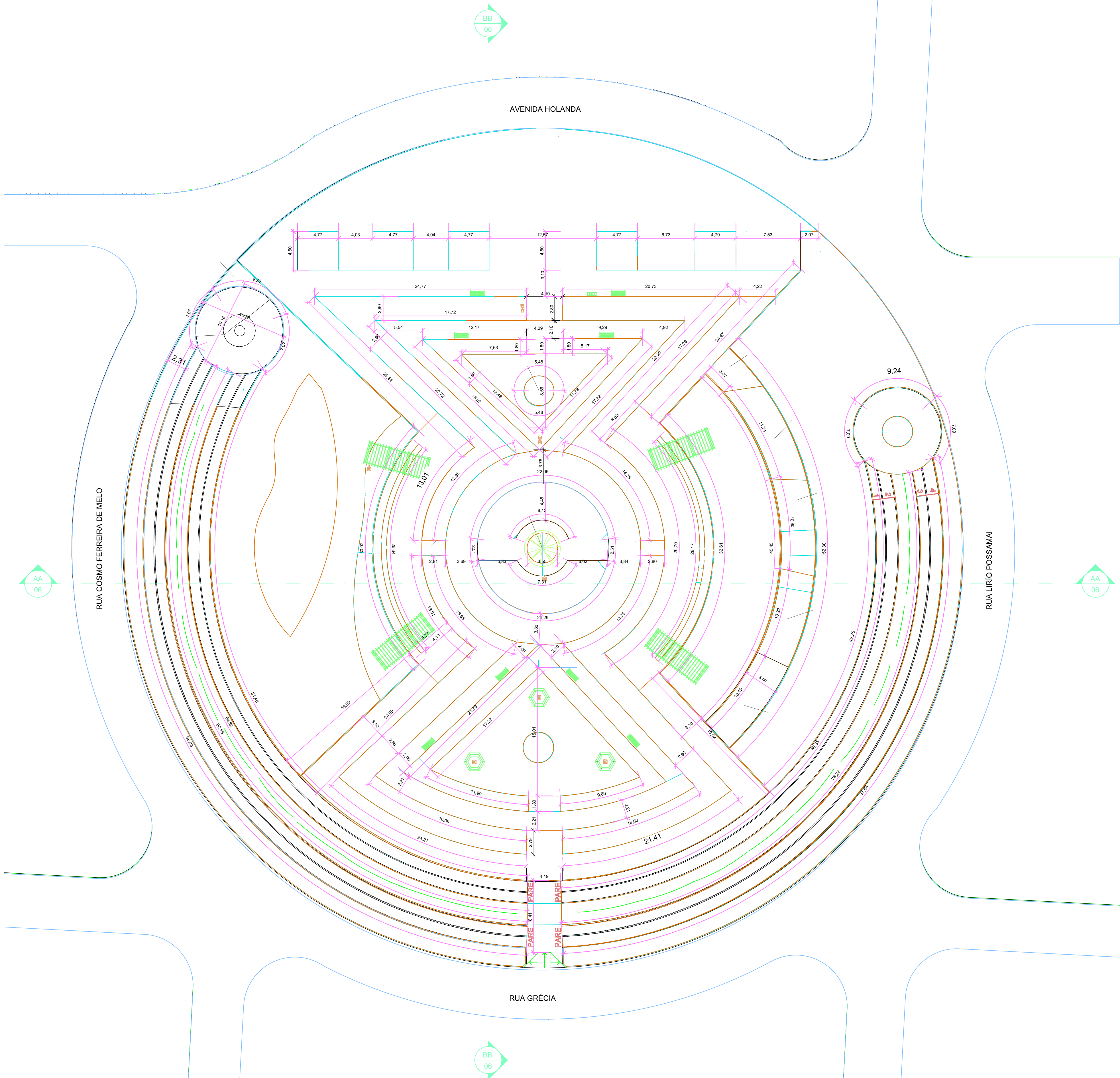
www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Projeto</b>	<b>OS_023-2021_-_PROJ_ARQ_-_PRANCHA</b>	<b>15/10/2025</b>	
ID:	<b>2115535</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>A040E6A7</b>		
Processo:	<b>1-3017/2024</b>		
Usuário:	<b>NATALIA APARECIDA DOS SANTOS</b>		
Criação:	<b>15/10/2025 07:47:57</b>	Finalização:	<b>15/10/2025 07:47:57</b>
MD5:	<b>142AD9FB5BECBC638D3574A673A511A3</b>		
SHA256:	<b>32F4BAE41844E4FE724CE1EC3914F764077FA8E5615BE71F3C88AEFEB34BF3BB</b>		
Súmula/Objeto:			
<b>CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO</b>			
INTERESSADOS			
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:47:57
ASSUNTOS			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA			15/10/2025 07:47:57

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115535 e o CRC A040E6A7.





1 PLANTA BAIXA - COTAS  
1 : 250



ID: 2115539 e CRC: 03483917

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
Eng.º Civil 20964DRO  
Verifique em <https://validar.it.gov.br/>

		ANO: 2021	TIPO: ARQ	FOLHA: 05/05	
CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ		LOCAL: BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, ENTRE AS RUAS HOLANDA, GRÉCIA, COSME FERREIRA DE MELO E RUA LÍRIO PASSAMAI			MODIFICAÇÕES:
OBRA: CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO OS 1023.2021		ÁREAS: Constr./Interv.: 7.571,97 M² Estacionamento: 7.110,32 M² Calçadas: 864,63 M² Piso Intertr.: 2.976,48 M² Gramas: 2.599,33 M² Playground: 192,29 M²			A: B: C:
CONTEÚDO: PLANTA BAIXA - COTAS LEGENDA ÁREAS		AUTOR: Natalia Aparecida dos Santos Eng.º Civil 20964DRO			D:
V I S T O		PREFEITURA MUNICIPAL:			E:
AUTOR:		DES.:			F:
		DATA: SET/2025			
		DIM: METROS			
		ESC: INDICADAS			





## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Projeto</b>	<b>OS_023-2021_-_PROJ_ARQ_-_PRANCHA</b>	<b>15/10/2025</b>

ID: **2115539**

CRC: **03483917**

Processo: **1-3017/2024**

Usuário: **NATALIA APARECIDA DOS SANTOS**

Criação: **15/10/2025 07:47:58** Finalização: **15/10/2025 07:47:59**

Processo



Documento



MD5: **51581CC97C6F90A035EE5CD94C5124EB**

SHA256: **0F8DF4660ED62CAC7271B452207DACE6BA7FB97F23EDBD79417E71483BBA7423**

Súmula/Objeto:

**CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO**

#### INTERESSADOS

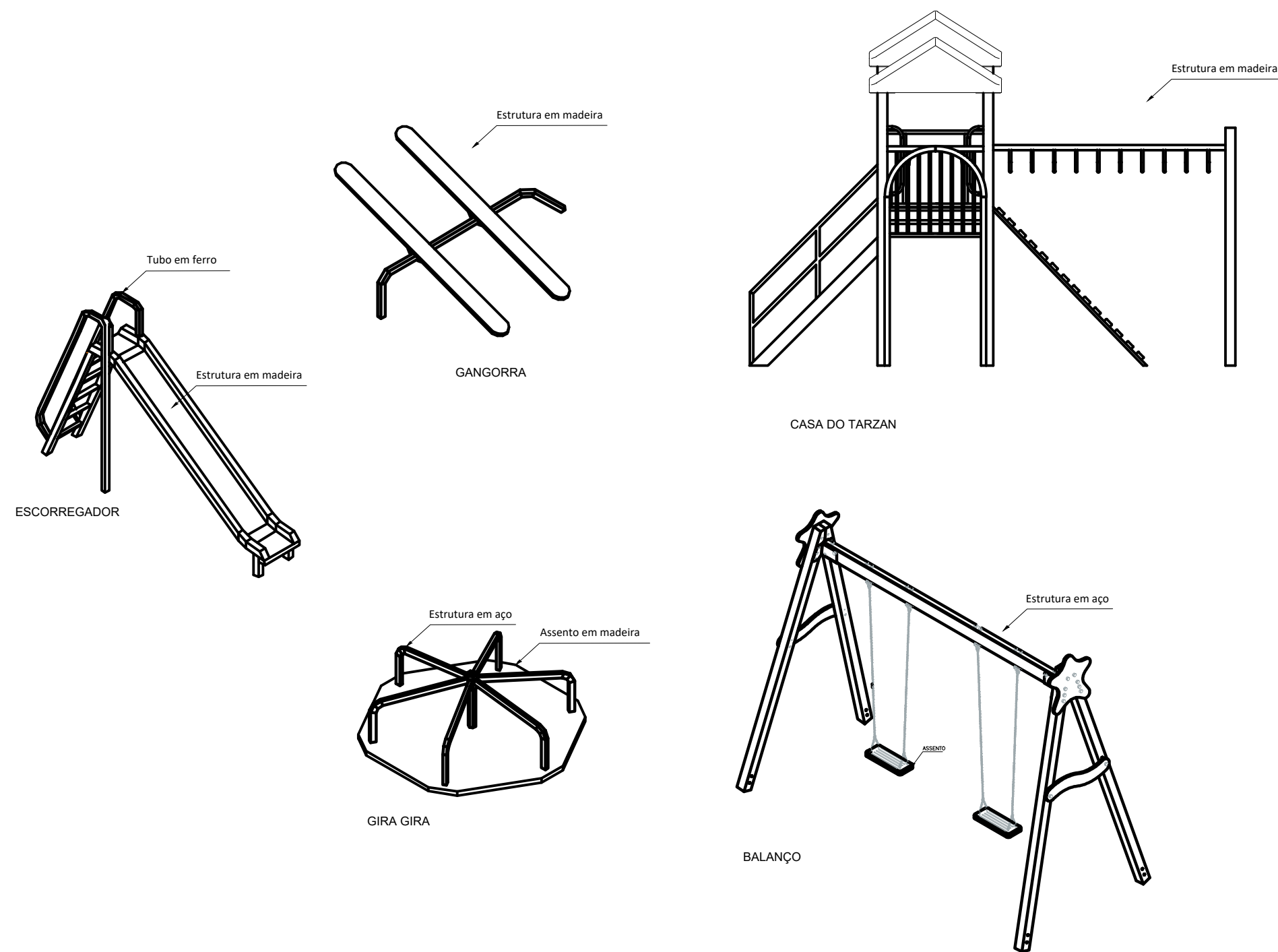
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:47:58
------------------------------------------------	-----------	----	---------------------

#### ASSUNTOS

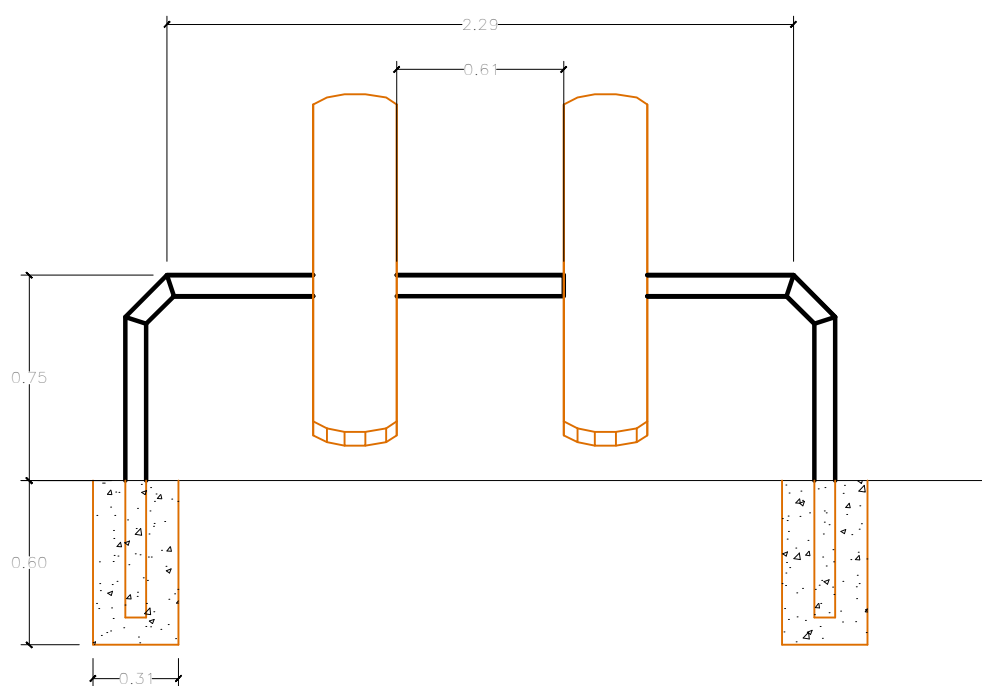
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	15/10/2025 07:47:58
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115539 e o CRC 03483917.

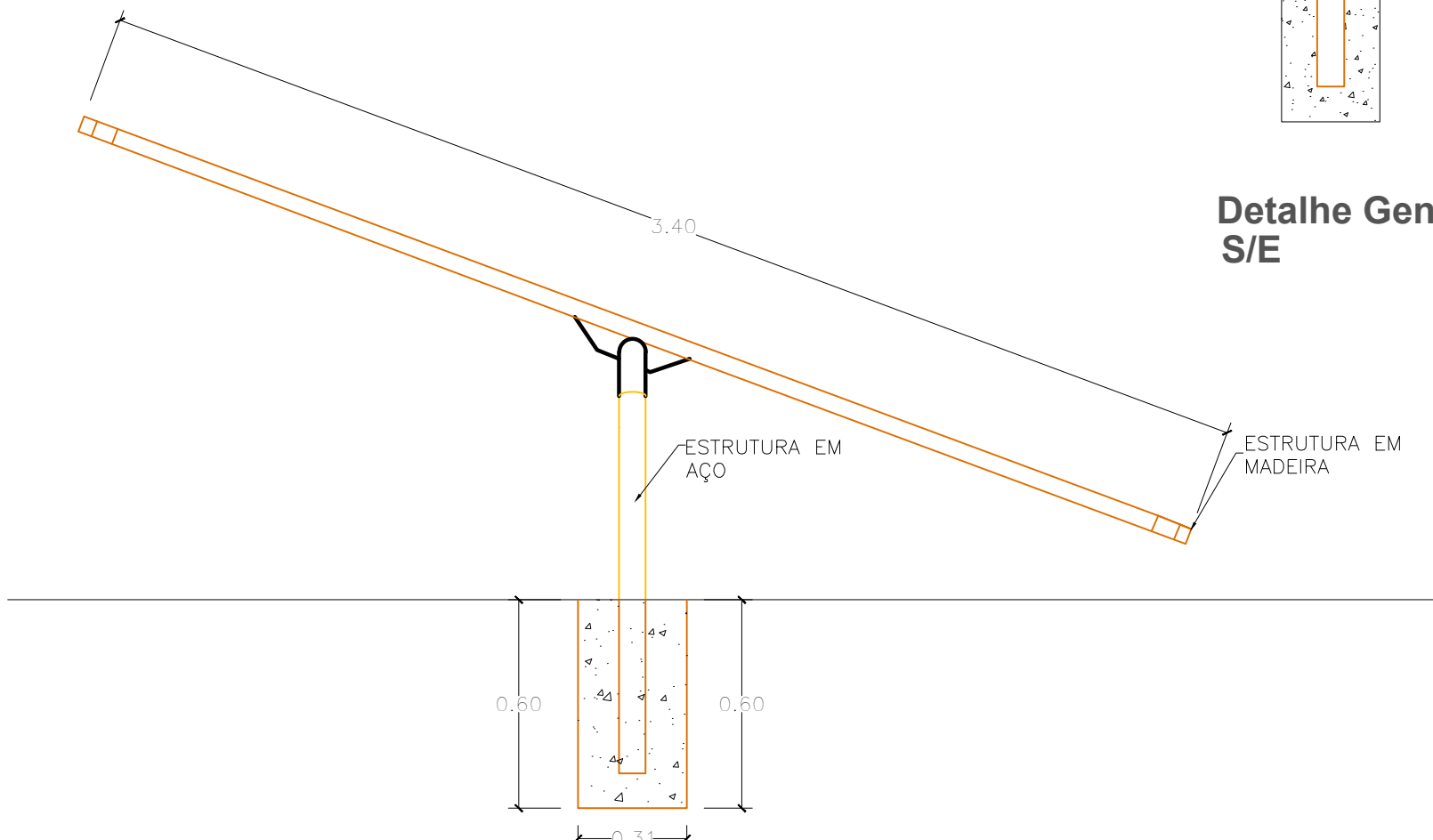
● FIXAÇÃO DA GANGORRA E GIRA GIRA COM ANCORAGEM QUIMICA. DIÂMETRO DE NO MÍNIMO 35CM E PROFUNDIDADE DE 60CM (DETALHES VISTAS)



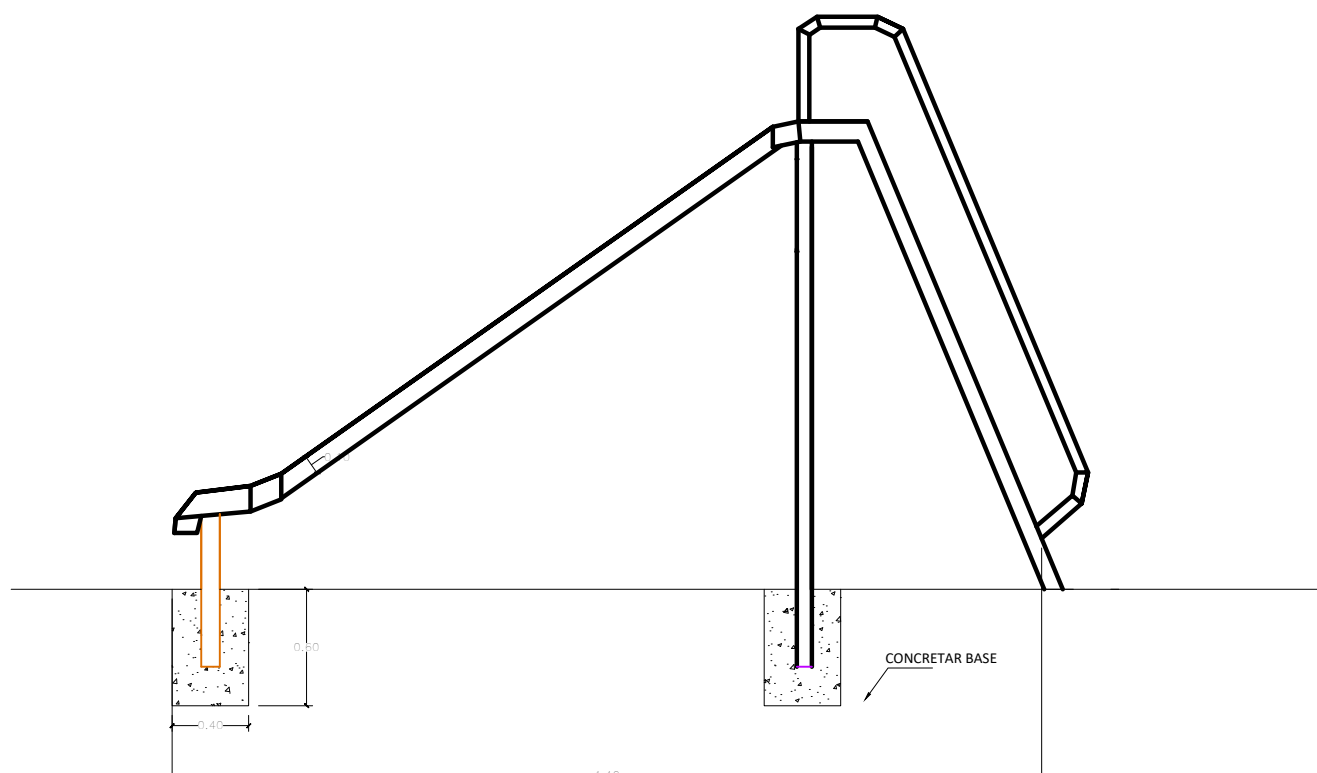
Vista Perspectiva brinquedos playground S/E



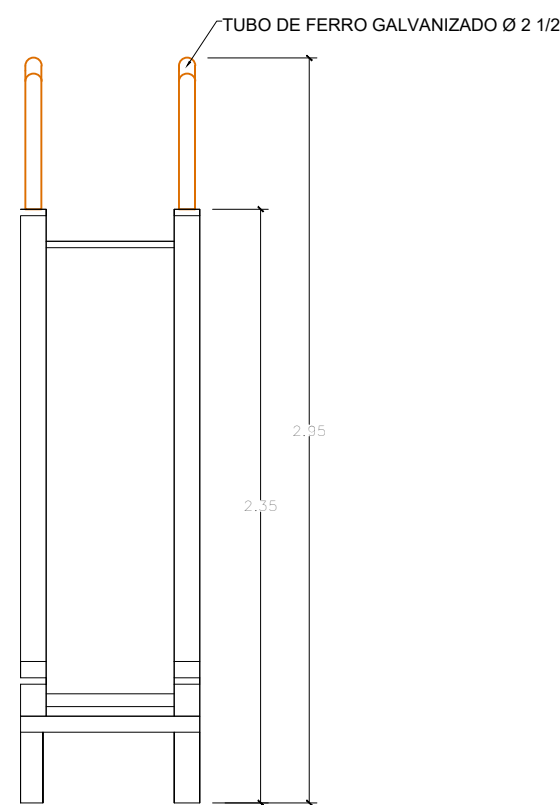
Detalhe Genérico Vista Frontal - Gangorra S/E



Detalhe Genérico Vista Lateral Esquerda - Gangorra S/E



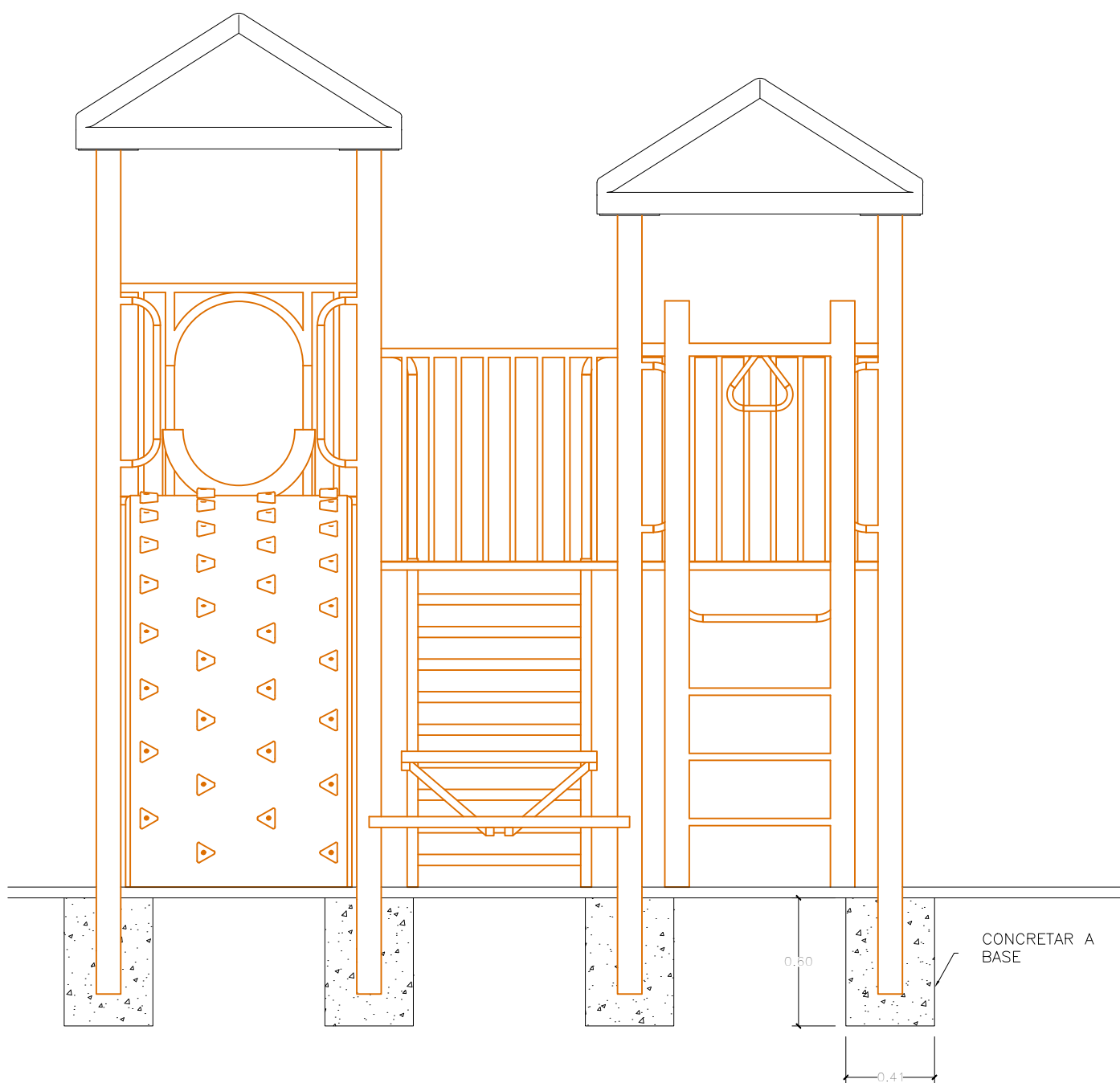
Detalhe Genérico Vista Lateral Esquerda - Escorregador S/E



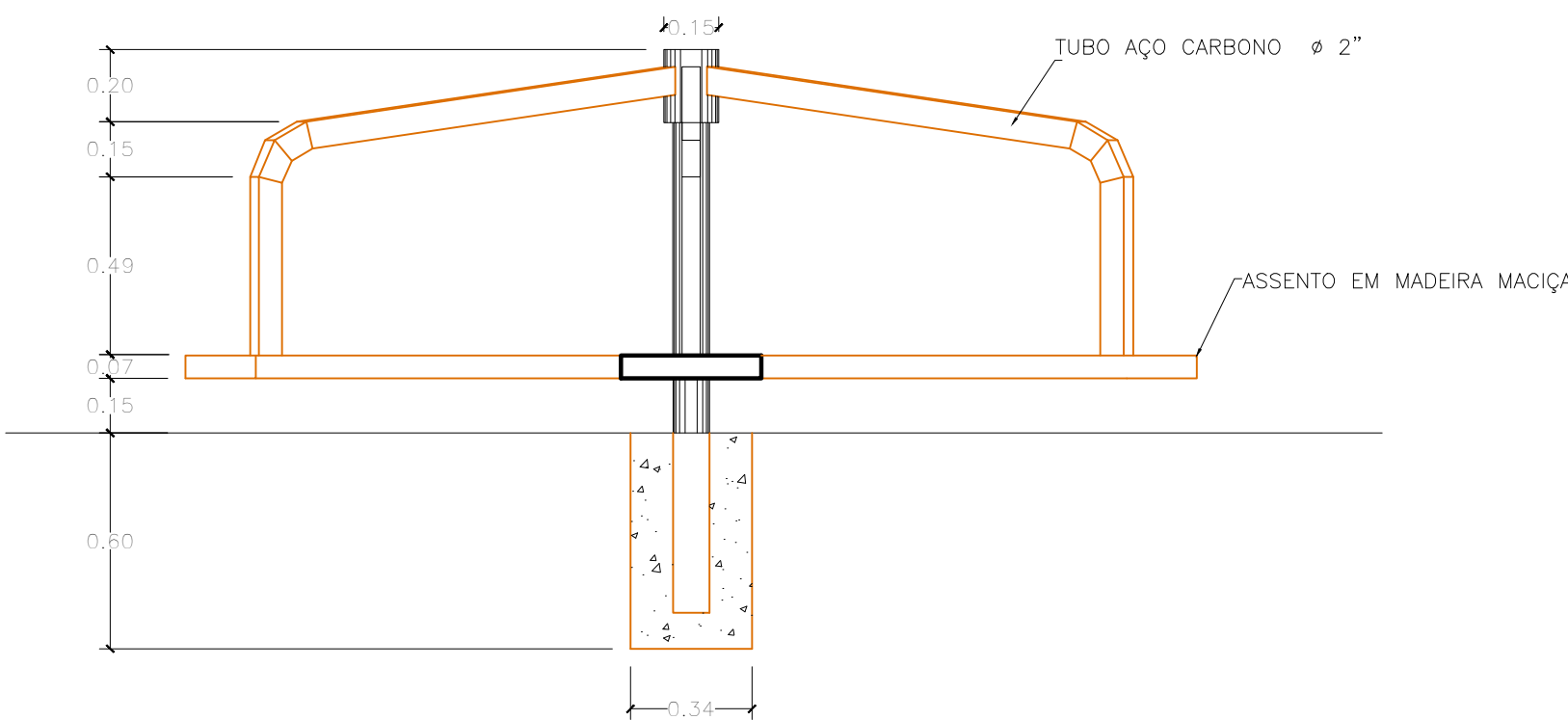
Detalhe Genérico Vista Frontal - Escorregador S/E

C:\Users\User\AppData\Local\Temp\A#C250a723e.dib

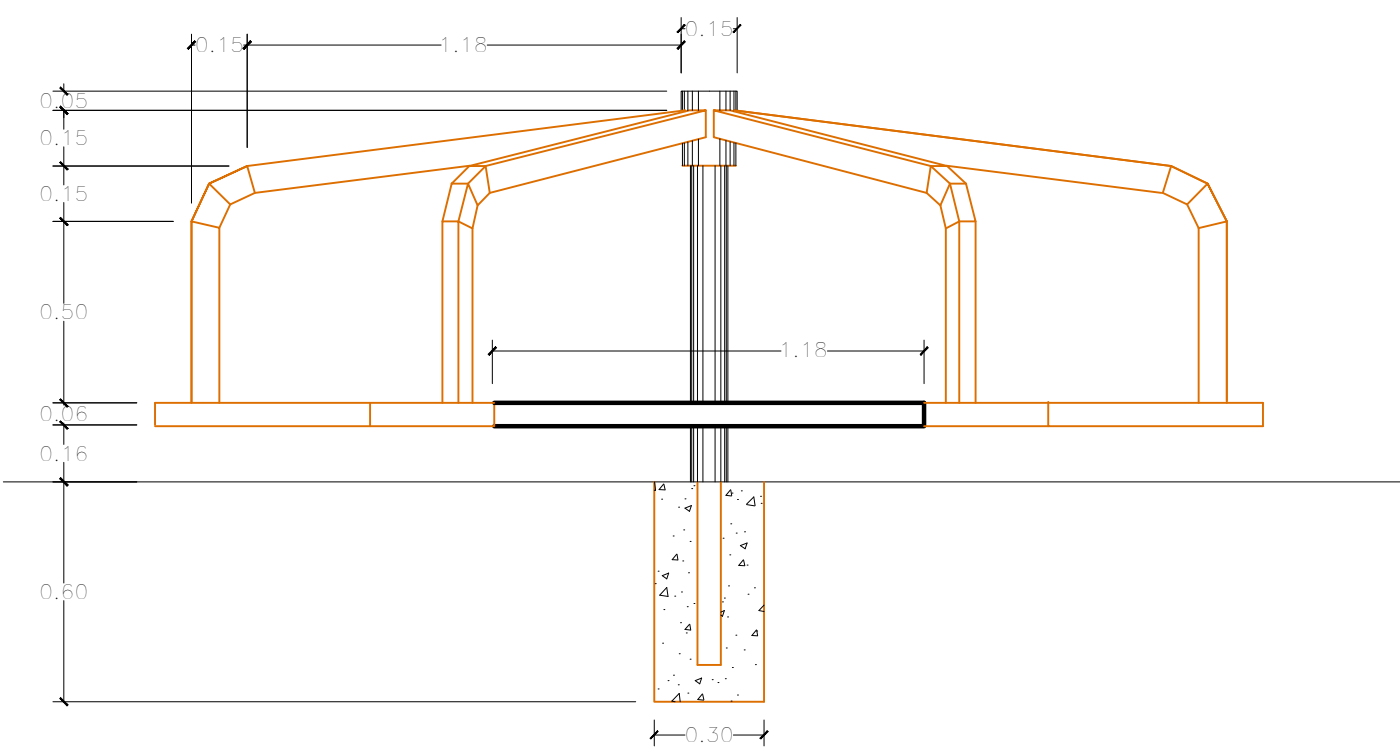
IMAGEM ILUSTRATIVA - CASA DO TARZAN



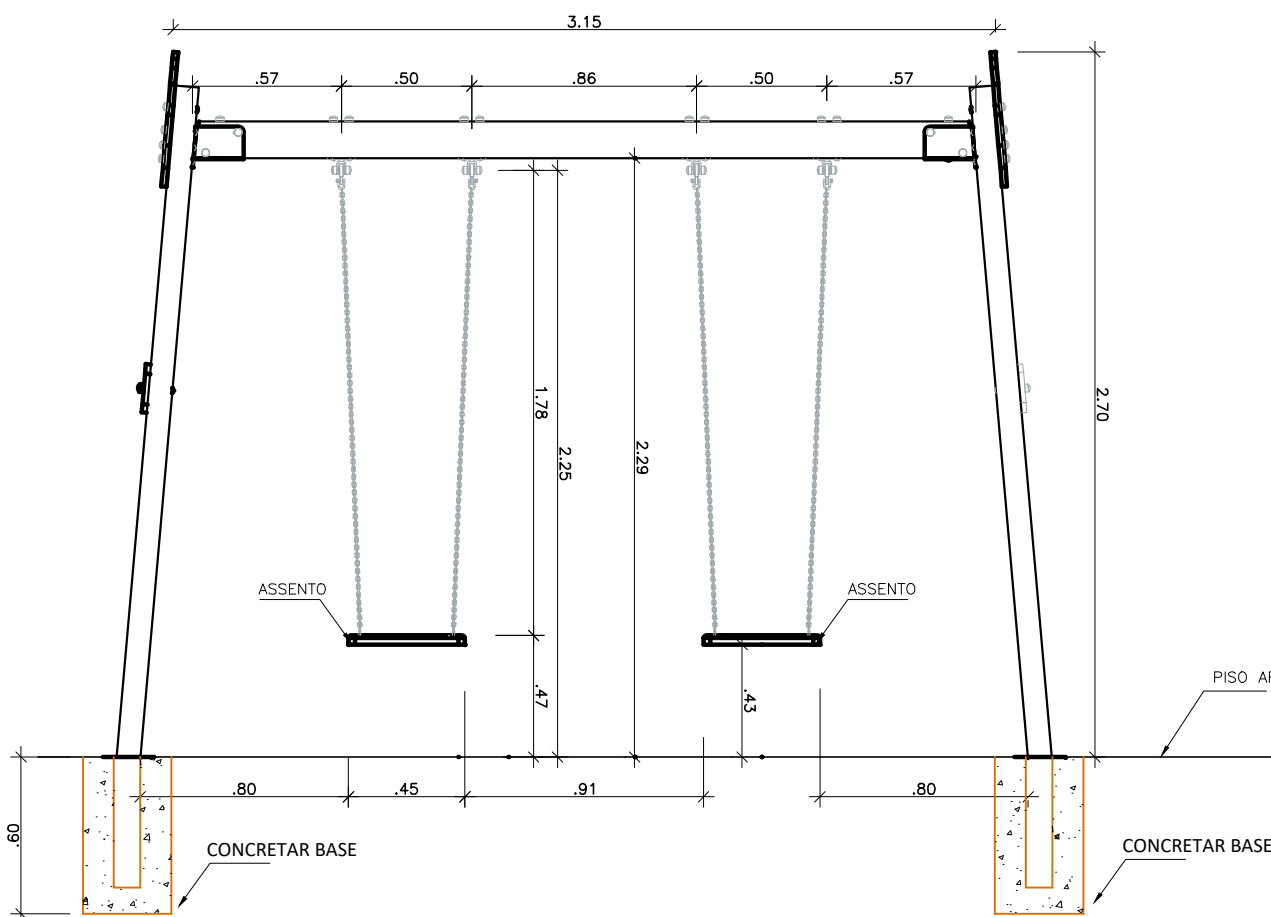
Detalhe Genérico Vista Frontal - Casa do Tarzan S/E



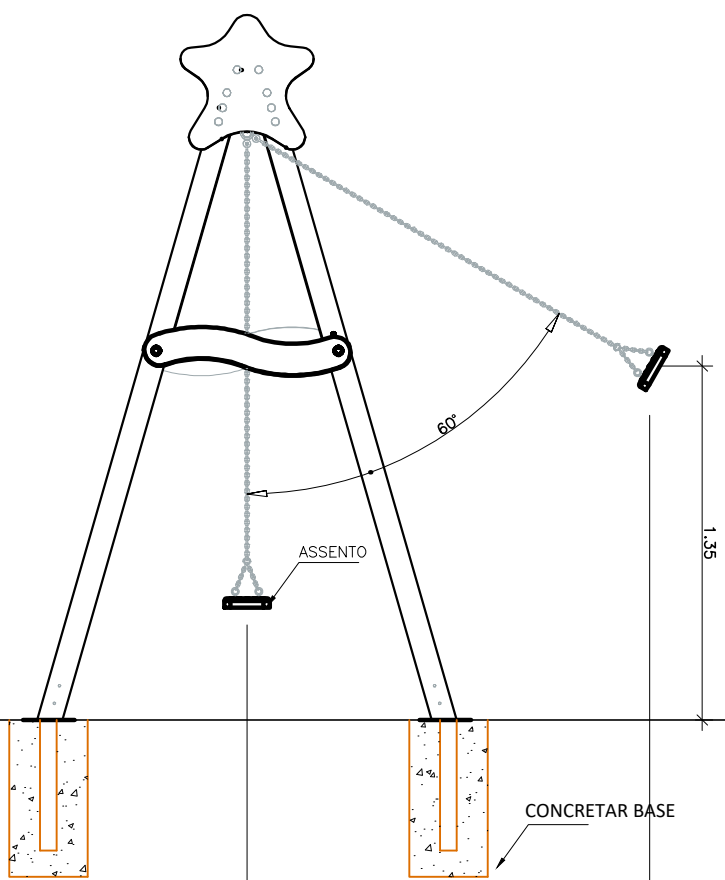
Detalhe Genérico Vista Frontal - Gira Gira S/E



Detalhe Genérico Vista Lateral Esquerda - Gira Gira S/E



Detalhe Genérico Vista Lateral Esquerda e Vista Frontal - Balanço S/E



		ANO: 2021	TIPO: ARQ	FOLHA: 04/05	
CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ		LOCAL: BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, ENTRE AS RUAS HOLANDA, GRÉCIA, COSME FERREIRA DE MELO E RUA LÍRIO PASSAMAI			MODIFICAÇÕES:
OBRA: CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO OS 1023.2021		ÁREAS: Constr./Interv.: 7.571,97 M² Estacionamento: 710,32 M² Calçadas: 864,63 M² Piso Intertr.: 2.976,48 M² Gramas: 2.999,33 M² Playground: 192,29 M²			A:
CONTEÚDO: ARQUITETÔNICO DETALHES PLAYGROUND		DES.: Cintia Rocha Silva			B:
AUTOR: Natalia Aparecida dos Santos Eng.º Civil 20964DRO		DATA: SET/2025			C:
PREFEITURA MUNICIPAL:		DIM: METROS			D:
AUTOR:		ESC: INDICADAS			E:
					F:



D: 2115538 e CRC: 0F99DD97

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
NATALIA APARECIDA DOS SANTOS  
CPF: 04.040.020-12-04/09/1980  
Verifique em https://validar.ig.gov.br/



# Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Projeto</b>	<b>OS_023-2021_-_PROJ_ARQ_-_PRANCHA</b>	<b>15/10/2025</b>

ID:	<b>2115538</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>0F99DD97</b>		
Processo:	<b>1-3017/2024</b>		
Usuário:	<b>NATALIA APARECIDA DOS SANTOS</b>		
Criação:	<b>15/10/2025 07:47:58</b>	Finalização:	<b>15/10/2025 07:47:58</b>

MD5: **1131DF027310D535E4196B7B4CFAD3A8**

SHA256: **B0A9C41917202A0DBBAB04DBEC875E46ED3219DA7704668C9F1B0E1F5A59132B**

Súmula/Objeto:

**CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO**

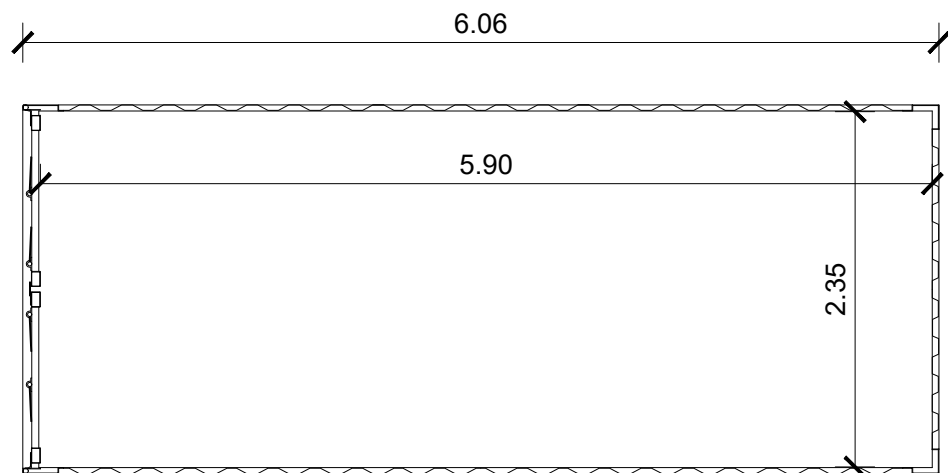
### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 07:47:58
------------------------------------------------	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

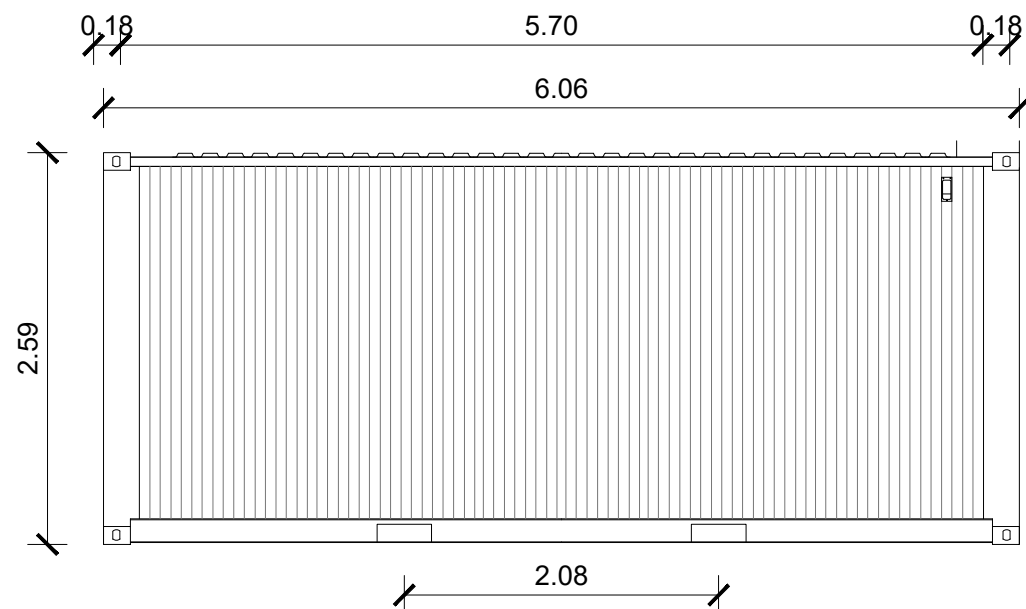
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	15/10/2025 07:47:58
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115538 e o CRC 0F99DD97.



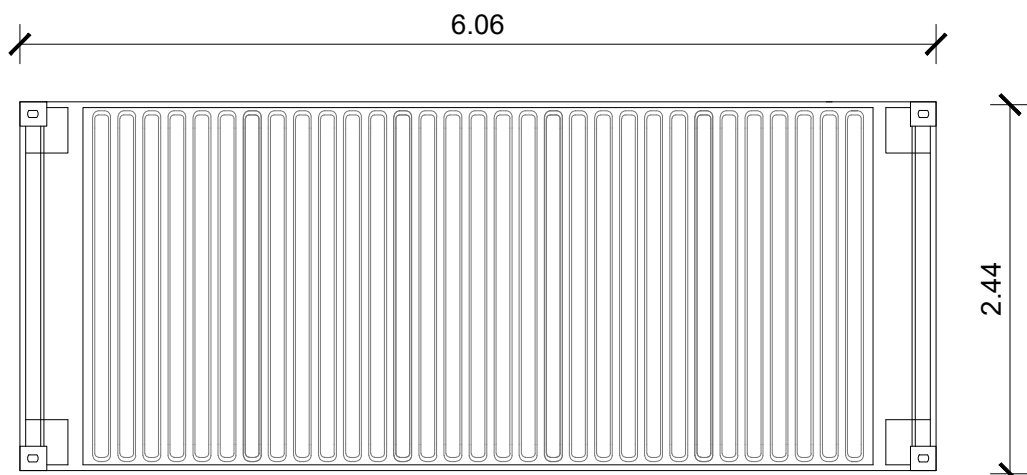
PLANTA BAIXA ALMOJARIFADO

ESCALA: 1:50



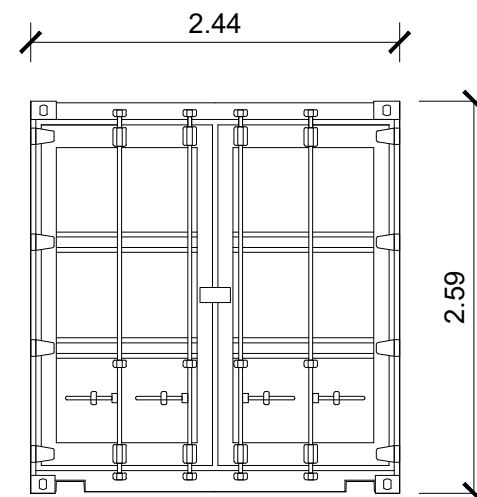
FACHADA LATERAL DIREITA

ESCALA: 1:50



PLANTA DE COBERTURA

ESCALA: 1:50



FACHADA FRONTAL

ESCALA: 1:50



LOCAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA

ESCALA: S/E



Documento assinado digitalmente  
**gov.br** NATÁLIA APARECIDA DOS SANTOS  
Data: 26/09/2025 09:30:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

 <b>SEMPPLAN</b> Secretaria Municipal de Planejamento		ANO:  2021	TIPO:	FOLHA:	
CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ		LOCAL: BAIRRO SÃO CRISTOVÃO, ENTRE AS RUAS HOLANDA, GRÉCIA, COSME FERREIRA DE MELO E RUA LÍRIO POSSAMAI			MODIFICAÇÕES:
OBRA:  ALMOXARIFADO PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO				ÁREAS:  Container: 14,64 m²	A:
CONTEÚDO:  PLANTA BAIXA, PLANTA DE COBERTURA, FACHADAS E CORTES					B:
AUTOR:  Natália Aparecida dos Santos Eng.ª Civil 20964DRO		DES.:  Cintia Rocha Silva		DATA:	C:
V I S T O	PREFEITURA MUNICIPAL:			DIM:  METROS	D:
	AUTOR:			ESC:  INDICADAS	E:



D: 2115672 e CRC: E439FE37





## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Documentos</b>	<b>OS_23.2021_-_PROJ_CANTEIRO_-_PRAN</b>	<b>15/10/2025</b>

ID: **2115672**

CRC: **E439FE37**

Processo: **1-3017/2024**

Usuário: **NATALIA APARECIDA DOS SANTOS**

Criação: **15/10/2025 08:13:59** Finalização: **15/10/2025 08:13:59**

Processo



Documento



MD5: **2C87C38E2FC91C39EAD846BDD946DD85**

SHA256: **D1DFDA141EBB62F4248A105E121F50C93292BB2DBF4EE96E2554BC0C2AA7427A**

Súmula/Objeto:

**CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO SÃO CRISTOVÃO**

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	15/10/2025 08:13:59
------------------------------------------------	-----------	----	---------------------

#### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	15/10/2025 08:13:59
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2115672 e o CRC E439FE37.

**ANEXO III**

**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-3017/2024 - SEMES**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, no Município de Ji-Paraná/RO, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e tudo mais que se fizer necessário para execução dos serviços, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer SEMES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

À

**Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL**  
Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
1	Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, no Município de Ji-Paraná/RO, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e tudo mais que se fizer necessário para execução dos serviços, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer SEMES.	UND	1	570.367,53	570.367,53
Valor total estimado.....R\$ 570.367,53 (quinhentos e setenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos)					

**Observação:**

*Deverão acompanhar a presente proposta, as planilhas orçamentárias e o cronograma físico financeiro, conforme exigências do edital e seus anexos.*

**Prazo de Execução da Obra:** Conforme descrito ANEXO I - Projeto Básico.

**Local da obra:** Conforme descrito ANEXO I - Projeto Básico

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data da apresentação.

**Dados do proponente:**

Razão Social:

CNPJ: .....

Endereço: .....

Município: ..... Estado: ..... CEP: .....

Telefone: .....



E-mail: .....

**Dados do responsável pela assinatura do Contrato:**

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função:

**Dados do Responsável Técnico da Empresa:**

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função: .....

Registro Profissional: .....

**Dados para contato/correspondência:**

Endereço:

Telefone:

E-mail:

**Dados para pagamentos:**

Conta Corrente n.º .....

Agência n.....

Banco.....

A empresa (**NOME DA EMPRESA**), (nº do CNPJ), sediada (**endereço completo**), tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Edital da **Concorrência Eletrônica nº xxxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARA** expressamente que:

1. Prestará, sob sua integral responsabilidade, os serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
2. Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa realização do serviço e sua entrega, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
3. Os serviços serão disponibilizados após o recebimento da autorização de início dos serviços.
4. Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
5. Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
6. Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

## DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

**DECLARA AINDA** sob as penas da Lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

---

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

---

Nome, cargo e assinatura do Responsável Técnico

**ANEXO IV**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- 1.2. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.3. Cédula de Identidade dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário da empresa, ou do representante legal da empresa.
- 1.4. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
  - 1.4.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

**2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 2.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 2.2. **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 2.3. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF – FGTS**);
- 2.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (**CNDT**);
- 2.5. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a **Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**;
- 2.6. Regularidade perante a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.7. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

**3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, caso não conste prazo de validade expresse na própria Certidão.
  - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
  - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**) e Solvência Geral (**SG**) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanco de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

#### **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E OPERACIONAL (Item 16 e subitens do Projeto Básico anexo ao Edital)**

##### **Qualificação Técnico-Profissional:**

**4.1.** Obriga-se a contratada possuir em seu quadro técnico permanente, devidamente relacionado na certidão de registro e quitação da Pessoa Jurídica/Licitante, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior habilitado na área de engenharia civil e/ou arquiteto detentor de atestados de responsabilidade técnica por trabalhos de características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente projeto básico, devendo ainda, comprovar possuir, no mínimo 01 (um) engenheiro (a) e/ou técnico (a) em segurança do trabalho.

**4.2.** O atestado referido no subitem anterior deverá estar devidamente registrado na entidade profissional competente (Conselho de Classe), ação essa que se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT-A (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado, nas condições dispostas na RESOLUÇÃO Nº 93, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014 (CAU) e RESOLUÇÃO Nº 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009 (CREA), e, de acordo com o art. 67, da Lei 14.133, de 2021.

**4.3.** Para fins de Qualificação Técnico-Operacional exigir-se-á das empresas licitantes, Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional ou Federal de Engenharia e Agronomia - CREA/CONFEA (Lei nº 5.194, de 24.12.66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR (Lei nº 12.378, de 31.12.10), em validade. Em caso de licitante com sede fora do Estado de Rondônia, deverá apresentar visto dos conselhos CREA ou CAU do Estado de Rondônia, no momento da sua contratação, em plena validade, com

indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com disposto no art. 67, da Lei 14.133, de 2021.

**4.3.1.** Na referida certidão, deve constar, em seu rol de Responsáveis Técnicos, profissionais com atribuição reconhecida por entidade de classe competente, quais sejam:

a) Engenheiro (a) Civil com atribuições pela Lei 12.378/10 e Art. 7º da Resolução 218 de 1973 do CONFEA, e/ou Arquiteto (a) respectivamente, mediante a apresentação de Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física/Profissional, junto ao Conselho de Classe competente, em validade, concomitante comprovar também, aptidão na execução de serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente projeto básico, mediante a apresentação de CAT-A (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado.

b) Engenheiro (a) ou Técnico (a) em Segurança do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão de Registro ou Inscrição do profissional, junto ao conselho de classe competente CREA/CONFEA, nos termos da Lei Federal nº 7.410, de 27 de novembro de 1985; Resolução nº 359, de 31.07.1.991-CONFEA e Portaria nº 3.275, de 21.09.1989 do Ministério do Trabalho. No caso de comprovação da atividade por Técnico de Segurança do Trabalho, apresentar também, no mínimo uma das comprovações, a seguir:

b.1) Certificado de Conclusão de Curso Técnico de Segurança do Trabalho (Art. 2º, Inciso I Lei n. 7.410/85);

b.2) Certificado de Conclusão de Curso Supervisor de Segurança do Trabalho (Art. 2º, Inciso II Lei n. 7.410/85);

b.3) Registro de Supervisor de Segurança do Trabalho (Art. 2º, Inciso III Lei n. 7.410/85).

**4.3.2.** Não serão considerados válidos as Certidões de Registros e Quitações dos Profissionais, junto ao CREA/CONFEA e/ou CAU/BR, bem como as Certidões de Acervos Técnicos CAT-A, cujos profissionais não estejam relacionados e inscritos no quadro técnico permanente da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica.

**4.3.3. DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO ENGENHEIRO E/OU TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO**, aceitando o exercício da função, objeto da licitação, garantindo cumprir fielmente as atribuições durante a vigência contratual pactuada, na observância as atividades de prevenção de Segurança do Trabalho, conforme preceitua a Resolução nº 437, de 27 de novembro de 1.999 em consonância como as atividades previstas nos itens 1 a 18 do art. 4º da Resolução nº 359, de 1991, do CONFEA, estando ainda obrigado a cumprir 40 (quarenta horas) semanais no canteiro de obras, observados o disposto no art. 1º e Incisos da Portaria nº 3.275, de 21/09/1989 e a Lei 7.410, de 27 de novembro de 1.985, sob pena de incorrer em sanções administrativas. (Em modelo próprio da licitante).

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

**4.4. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL (ACT)** em nome da licitante, emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes a 30% do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT 30%
1	5.4 PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	M²	899,80
2	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	8,00
3	PISO EM BLOCO INTERTRAVADO CONCRETO 10cm COM REJUNTAMENTO	M²	892,94

**4.4.1.** É admitida a soma de atestados provenientes de serviços prestados a empresas diversas para alcançar o quantitativo mínimo em obras ou serviços com características semelhantes e em proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

**OBSERVAÇÕES RELEVANTE EM FACE DE APRESENTAÇÃO DO (S) ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ACT:**

- a) Quando emitido por pessoas jurídicas de direito privado, constar os dados do expedidor (data de emissão, nome da razão social, CNPJ, endereço, telefone comercial) e do (s) signatário (s) do documento (nome, CI/RG / CPF, cargo/função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e da indicação da Anotação da Responsabilidade Técnica (nº da ART e/ou RRT);
- b) Quando emitido por pessoa jurídicas de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente.
- c) E, na ausência dos dados indicados acima em especial do reconhecimento de firma em cartório competente, antecipa-se a diligência prevista no art. 59, parágrafos 2º da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas fiscais, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, poderão ser solicitados no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.
- d) A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado (s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.

**4.5.** Também deveram ser apresentadas declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramenta, veículos e do pessoal técnico adequado, necessário e disponível para a realização do objeto da presente licitação.

**4.6.** Para fins do projeto básico e da licitação pertinente entendem-se enquadrado no quadro técnico permanente da empresa, o profissional que esteja devidamente inscrito e relacionado na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica (empresa), cujo vínculo de trabalho profissional seja comprovado, nos termos, a seguir:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Contrato Social;



- c) Contrato de prestação de serviços;
- d) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

**ANEXO V**

**DECLARAÇÕES**

A **Empresa** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, **CNPJ** n. n.xxxxxxxxxxxxxxxxxx, com endereço ..... devidamente credenciada no sistema ComprasGov, nos termos do edital, por intermédio do seu representante legal, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, que pratica todos os atos referentes ao procedimento mediante chave de acesso, apresenta, sob as penalidades da lei, as declarações a seguir:

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO  
REFERÊNCIA**

Declara que não possui, em seu quadro funcional e composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, e que não possui parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até 3º grau, e/ou não possui cônjuge ou companheiro (a) servidor da entidade contratante, de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança e que exerça suas funções na área responsável pela presente demanda ou contratação.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declara, para fins do disposto no inciso "VI", art. 68, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS INCISOS III e IV DO  
ART. 1º E NO INCISO III ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declara, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE  
CARGOS**

Declara, para fins do disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que os serviços são prestados por empresa que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**DECLARAÇÃO QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES  
CONTIDAS NO EDITAL**

Declara, para os devidos fins que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e seus anexos.

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declara que considerou o seu faturamento atualizado, até 30 dias anteriores a data de apresentação da proposta e que a empresa \_\_\_\_\_ (*preencher com 'possui' ou 'não possui'*), sócios em comum com outras empresas.

*(Caso possua sócios em comum com outras empresas preencher quadro abaixo)*

Os sócios em comum são:

Sócios	Empresa	CNPJ n.

Foi conferida a receita bruta global das empresas com sócios em comum até a data de 30 dias anteriores a data de apresentação da proposta, a fim de verificar se o valor é superior aos limites de ME/EPP, conforme prever o inciso V, § 4º, Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Sendo assim, esta empresa \_\_\_\_\_ (*preencher com 'encontra-se' ou 'não se encontra'*) enquadrada no conceito de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme disposição da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

---

Responsável ou Representante Legal da Empresa

ANEXO VI

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

Atestamos para fins de comprovação conforme exigido no **Edital da Concorrência Pública n.ºXXXXXXXXXX/202x**, que o Sr.(a) \_\_\_\_\_, Engenheiro(a)/Arquiteto(a), registrado no CREA/CAU sob o N° \_\_\_\_\_, na qualidade de Profissional Responsável Técnico do quadro técnico da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ N° \_\_\_\_\_, compareceu no local onde será executada as obras/serviços, e tomou pleno conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução da mesma, acompanhado do Engenheiro(a) \_\_\_\_\_ designado(a) pela Secretaria Municipal de Planejamento.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura – Engenheiro (a) – Prefeitura do Município de Ji-Paraná

\_\_\_\_\_  
Assinatura - Profissional Responsável Técnico da empresa

*OU*

**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável técnico (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ registrado(a) no CREA/CAU sob o N° \_\_\_\_\_, e/ou do(a) seu/sua representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_ DECLARAM abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o **Edital da Concorrência Pública n.ºXXXXXXXXXX/202x**.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico (a) e/ou Representante legal da licitante

**ANEXO VII**

**MINUTA DE CONTRATO**

(Processo Administrativo nº *xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx*)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx/xxxx*, QUE FAZEM  
ENTRE SI A REFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ,  
POR                    INTERMÉDIO                    DO                    (A)  
..... E  
.....

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representada pelo *[cargo e nome]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* **OU** *[procuração apresentada nos autos]*, conforme consta no Processo nº *xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx* e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº *XX/XXXX*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de *[objeto]*, nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais artefatos anexados aos autos.

1.2. Objeto da contratação:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Projeto Básico;
  - 1.3.2. Edital de Licitação da Concorrência Pública
  - 1.3.3. A Proposta e Planilhas do CONTRATADO;
  - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de *[indicar o prazo]* contados do(a) *[indicar o termo inicial da vigência]*, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXX;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

- 9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.47.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - 9.47.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - 9.47.3. florestas plantadas; e
  - 9.47.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
  - 9.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
  - 9.48.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e



9.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152



- Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do **ANEXO I - Projeto Básico**.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

*Ficha:*

*Unidade:*

*Funcional:*

*Cat. Econômica:*

*Código de Aplicação:*

*Fonte de Recurso:*

*Fonte STN:*

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

1-

2-